



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL**

ALEXANDRY SERRA CASTELO BRANCO

**NA ROTA DOS QUILOMBOS DE GUAXENDUBA: Projetos de desenvolvimento
e territorialidades da comunidade Santa Maria, em Icatu, MA.**

São Luís
2021

ALEXANDRY SERRA CASTELO BRANCO

NA ROTA DOS QUILOMBOS DE GUAXENDUBA: Projetos de desenvolvimento e territorialidades da comunidade Santa Maria, em Icatu, MA.

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

São Luís

2021

Branco, Alexandry Serra Castelo.

Na rota dos Quilombos de Guaxenduba: projetos de desenvolvimento e territorialidades da comunidade Santa Maria, em Icatu, MA / Alexandry Serra Castelo Branco. - São Luís, 2022.

150 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett.

1.Desenvolvimento. 2.Comunidades quilombolas. 3.Territorialidades específicas. 4.Santa Maria de Guaxenduba. I.Título.

CDU: 316.334.52(812.1)

ALEXANDRY SERRA CASTELO BRANCO

NA ROTA DOS QUILOMBOS DE GUAXENDUBA: Projetos de desenvolvimento e territorialidades da comunidade Santa Maria, em Icatu, MA.

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

Aprovada em: 10 de DEZEMBRO de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

Orientador

Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues.
(Programa de Pós-Graduação em Geografia- UEMA)

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos.
(Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-
UEMA)

São Luís

2021

Aos meus eternos amigos Bruno Costa (*in memoriam*) e Antônio Ferreira (*in memoriam*) e à minha saudosa avó Maria do Rosário Wolff (*in memoriam*), dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao fim dessa importante jornada, presto meus agradecimentos.

À Deus pelo dom da vida e pela resiliência durante essa etapa.

Aos meus pais Joaquim Lages e Lucy Wolff e aos meus irmãos Lucymary Serra, Cleuson Neves, José Ribamar Wolff e Francisco Wolff pelo amor, carinho e respeito que tiveram comigo ao longo da minha vida.

Aos meus tios José Wolff (*in memoriam*), Rafael Wolff, Zózimo Wolff, Amandio Wolff, Dulce Wolff, Cecília Wolff, Maria da Conceição Wolff, Reinaldo Wolff Francisco Paixão e Maria da Conceição Costa por todo o apoio e colaboração que me deram durante a realização desse trabalho.

Aos meus primos, Reinald Wolff, Márcia Wolff, Amiron Wolff, Arthur Wolff, Conceição Wolff e sobrinhos Mayara Serra, Mayane Serra, Maysa Serra e Italo Serra pelos momentos felizes e de descontração que me proporcionaram.

À minha namorada e meu porto seguro Darice Veras, por toda força, amor e compreensão durante essa etapa e em toda nossa história. Estendo meus agradecimentos aos seus familiares, que me acolheram e me tratam com muito afeto.

Ao professor Doutor Carlos Frederico Lago Burnett pela orientação, atenção e cuidado que sempre teve comigo e com a minha pesquisa. Sou muito grato por todo conhecimento repassado e pelo empenho em conseguir bolsas e auxílios, que foram imprescindíveis para a realização dessa dissertação.

À Carlos Batista pela enorme colaboração com a produção dos mapas e aos demais colegas da turma 2011.2 de Geografia da UFMA Rafael Barra, Mauro Chagas, Nayara Marques, Naiara Reis, Pereira Júnior, Ronald Bruno e Klinsman Lima pelo carinho e auxílio em questões acadêmicas.

Aos meus professores Josoaldo Rêgo, Roberta Figueiredo, Samarone Marinho e Saulo Costa pelos ensinamentos repassados que contribuíram para minha formação crítica.

Ao professor e amigo Sávio Rodrigues pela gentileza em ter aceitado participar das bancas de qualificação e defesa, e por ter colaborado, através de seus conhecimentos, com o enriquecimento desse trabalho. Sou grato ainda pelas palavras, debates e conversas que tivemos.

Ao professor Itaan Santos por ter gentilmente aceitado participar das bancas de qualificação e defesa. Assim como, por ter colaborado com o trabalho através da entrevista e do repasse de informações sobre Santa Maria e a Rota Guaxenduba. Ademais, seus ensinamentos na disciplina que ministrou foram de grande valia para a delimitação dessa pesquisa.

Ao PPDSR e a todo corpo docente, em especial, aos professores Zulene Barbosa, Ribamar Sampaio, Marivânia Furtado e Franci Dias, à secretária do PPDSR Elisete pela presteza e atenção, e a todos os colegas do PPDSR, sem exceção, pela incrível trajetória que tivemos e pelo companheirismo ao longo desse período.

À FAPEMA pelo auxílio financeiro, através da Bolsa de Mestrado, que foi de suma importância para a concretização desse trabalho.

Aos núcleos e grupos de estudo LATESE, NEGÓ E NERA pelo aprendizado e convivência e ao LABEX pelo repasse de informações referentes à Rota Guaxenduba.

Aos meus amigos e vizinhos de infância Thalysson Tavares, Inaiara Gomes, Ivanara Gomes, Socorro Lima e Durval Gomes pelo companheirismo e presteza que sempre demonstraram. Aos amigos Deivid Moraes, Ruan Rosa, Thiers Fabrício, Roberto Júnior e aos demais integrantes do grupo Geocopos.

Ao Clube Camisa 12 e seus diretores Allan Rosa e Galvão Júnior pelos momentos de diversão aos sábados.

A Wanderson Silveira, Thiago Silveira e Ribamar Silveira pelo auxílio com o transporte durante as idas até às comunidades de Santa Maria, Fazenda e Boca da Mata. Aos moradores da comunidade Mata, em especial às famílias Wolff, Silveira e Paixão pela ajuda e apoio em algumas fases desse trabalho.

À Elida Torres, sua família e todos os moradores da comunidade quilombola de Santa Maria que me receberam e colaboraram com as informações repassadas.

À Hamilton Gonçalves, Sáskia Conceição e a UCQMI pela disponibilidade e repasse de informações.

Por fim, agradeço a todos e a todas que colaboraram direta e indiretamente com a realização dessa pesquisa e que não foram aqui citados. Muito obrigado!

RESUMO

Nessa dissertação objetiva-se analisar os projetos de desenvolvimento local: Rota Quilombola de Guaxenduba, coordenado pela Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR), vinculada ao Governo do Estado do Maranhão e a Rota Guaxenduba, proposto pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (LABEX), da Universidade Estadual do Maranhão, através de suas propostas e intervenções na comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba, em Icatu- MA. Tais projetos propõem o desenvolvimento local por meio de conceitos que não fazem parte da atual configuração produtiva da comunidade, enquanto a Rota gerida pela SEIR preconiza por um modelo agrícola mais tecnológico, a Rota conduzida pelo LABEX investe no turismo de base comunitária (TBC). A comunidade de Santa Maria de Guaxenduba possui na pesca a atividade que mais desperta o interesse nos moradores, por ser amplamente realizada e representar a principal fonte de receita desse lugar. Discutir-se-á aqui ainda as conflitualidades entre as pretensões desses projetos e as demandas e particularidades socioprodutivas, territoriais e culturais da comunidade. A instrumentação teórica que conduziu esse trabalho foi o método do materialismo histórico e dialético, e os procedimentos metodológicos desenvolvidos foram: o levantamento e análise sobre a temática a ser discutida, sobre Icatu e a comunidade de Santa Maria e sobre categorias associadas à pesquisa, tais como desenvolvimento e territorialidade; reuniões com órgãos e instituições estaduais, para obtenção de dados e informações sobre os projetos de desenvolvimento em curso em Icatu; trabalhos de campo nas comunidades quilombolas Mata, Fazenda e Santa Maria para análise empírica de questões a que precisaram ser esclarecidas ou aprofundadas. Os aportes teóricos somados às informações colhidas *in loco* proporcionaram discussões sobre o discurso e a atuação de projetos estatais de desenvolvimento em uma realidade específica da comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Comunidades Quilombolas; Territorialidades específicas; Santa Maria de Guaxenduba.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze local development projects: Quilombola's Route of Guaxenduba, coordinated by the Extraordinary Secretariat for Racial Equality (SEIR), linked to the Government of the State of Maranhão and the Guaxenduba's Route, proposed by the Extension and Development Center (LABEX), from the State University of Maranhão, through its proposals and interventions in the quilombola community of Santa Maria de Guaxenduba, in Icatu-MA. Such projects propose local development through concepts that are not part of the current productive configuration of the community, while the Route managed by SEIR advocates a more technological agricultural model, the Route led by LABEX invests in community based tourism (TBC). The community of Santa Maria of Guaxenduba has in fishing the activity that most arouses the interest of the residents, as it is widely carried out and represents the main source of income in this place. Will be discussed here further, the conflicts between the intentions of these projects and the demands and socio-productive, territorial and cultural particularities of the community will be discussed here. The theoretical instrumentation that conducted this work was the method of historical and dialectical materialism, and the methodological procedures developed were: the survey and analysis on the topic to be discussed, on Icatu and the community of Santa Maria and on categories associated with the research, such as as development and territoriality; meetings with state agencies and institutions to obtain data and information about the development projects underway in Icatu; field work in the quilombola communities Mata, Fazenda and Santa Maria for empirical analysis of issues that needed to be clarified or deepened. The theoretical contributions added to the information collected in loco provided discussions on the discourse and performance of state development projects in a specific reality of the quilombola community of Santa Maria de Guaxenduba.

Keywords: Development; Quilombolas communities; Specific territories; Santa Maria de Guaxenduba.

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Preliminares;
APA	Área de Proteção Ambiental;
CAR	Cadastro Ambiental Rural;
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial;
CPT	Comissão Pastoral da Terra;
DIRTQ	Diagnóstico de Identificação e Reconhecimento do Território Quilombola;
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico do Maranhão;
FCP	Fundação Cultural Palmares;
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade;
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão;
LABEX	Laboratório de Extensão Rural;
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PBQ	Programa Brasil Quilombola;
PMQ	Programa Maranhão Quilombola;
PPDSR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional;
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista;
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação;
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar;
SEDES	Secretaria Estadual de Desenvolvimento;
SEIR	Secretaria de Estado da Igualdade Racial;
SEMU	Secretaria Estadual da Mulher;
SES	Secretaria Estadual de Saúde;
UC	Unidade de Conservação;
UCQMI	União das Comunidades Quilombolas do Município de Icatu;

UEMA Universidade Estadual do Maranhão;
UFMA Universidade Federal do Maranhão;
TBC Turismo de Base Comunitária;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Lixão localizado ao lado da principal via de acesso à zona rural de Icatu.	37
Imagem 2 - Localização da APA Upaon Açú-Miritiba-Alto Preguiças	48
Imagem 3 - Vista da comunidade para a Baía de São José de Ribamar	51
Imagem 4 - O mar ao final da rua principal da comunidade	51
Imagem 5 - Disposição das moradias na comunidade Santa Maria	53
Imagem 6 - Rua principal de Santa Maria.....	54
Imagem 7 - Local de atracação dos barcos na comunidade.....	55
Imagem 8 - Divulgação do projeto de Ferryboat entre São Luís e Icatu	55
Imagem 9 - Logo do Projeto Jovens em Ação	62
Imagem 10 - Sarau do Grupo Jovens em Ação.....	62
Imagem 11 - Encontro coordenado pela UCQMI.....	63
Imagem 12 - Ritual de batizado da biana pescqueira.....	67
Imagem 13 - Boi Brilho de Guaxenduba.....	68
Imagem 14 - Estabelecimento construído na praia.....	71
Imagem 15 - Boca de Lagoa.....	72
Imagem 16 - Trecho do rio presente em Boca de Lagoa.....	73
Imagem 17 - Porção de Boca de Lagoa próxima ao mar.....	73
Imagem 18 - A roça de Toco	77
Imagem 19 - Roça de um morador da comunidade ao lado da estrada	78
Imagem 20 - Dona Catarina cortando a maniva para realizar o plantio.....	80
Imagem 21 - Colheita da mandioca	81
Imagem 22 - Casa do forno localizada em Santa Maria.	81
Imagem 23 - A farinha de mandioca	82
Imagem 24 - Barcos pesqueiros atracados na praia da comunidade	84
Imagem 25 - Biana do pescador Ronaldo.....	85
Imagem 26 - Barco sendo preparado para a pescaria.....	86
Imagem 27 - Pescador da Comunidade Santa Maria arrumando sua rede de pesca.	88
Imagem 28 - Pescadores indo realizar a pesca de arrasto.....	88
Imagem 29 - Pescadores despescando a rede	89

Imagem 30 - Garoto recolhendo as sardinhas retiradas da rede	89
Imagem 31 - O Curral de Peixes.....	90
Imagem 32 - Equipe do ICMBIO na comunidade Santa Maria se preparando para fiscalizar a Resex	92
Imagem 33 - SSAA construído na comunidade Fazenda	101
Imagem 34 - Entrega de SSAA às comunidades quilombolas de Icatu	103
Imagem 35 - Campo Agrícola, com sistema de irrigação, na Comunidade Boqueirão	103
Imagem 36 - Canos para irrigação dos sistemas agrícolas guardados na casa da presidente da associação da comunidade Fazenda.....	104
Imagem 37 - Roça de toco na comunidade Mata	105
Imagem 38 - processo de fabricação da farinha de mandioca.....	106
Imagem 39 - Projeto Feirinha Verde, onde agricultores de Icatu comercializam a produção	107
Imagem 40 - Família recebendo a Cesta Verde, projeto municipal criado a partir do PAA.....	107
Imagem 41 - Cachoeira do Boqueirão	111
Imagem 42 - Lagoa da Boca da Mata.....	111
Imagem 43 - Reportagem sobre os pontos turísticos de Icatu.....	112
Imagem 44 - Divulgação de Viagem para a Cachoeira do Boqueirão, em Icatu.....	113
Imagem 45 - Hospedagem de Dona Catarina.....	121
Imagem 46 - Hospedagem de Agnado Torres	121
Imagem 47 - Bumba-meu-boi Brilho de Guaxenduba.....	122
Imagem 48 - Festa de Ano Novo em Santa Maria	123
Imagem 49 - Ônibus realizando excursão até Santa Maria	123
Imagem 50 - Turistas aproveitando a praia da comunidade	123
Imagem 51 - Reunião do LABEX com a comunidade de Santa Maria.....	126
Imagem 52 - Equipe do LABEX auxiliando na construção da horta.....	127

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Principais Biomas do Estado do Maranhão.....	32
Mapa 2 - Localização do Município de Icatu - MA.....	35
Mapa 3 - Biomas e Rede Hidrográfica de Icatu.....	45
Mapa 4 - Localização da Resex da Baía do Tubarão.....	46
Mapa 5 - Localização das comunidades presentes na Resex.....	47
Mapa 6 - Localização da Comunidade Quilombola de Santa Maria.....	52
Mapa 7 - Região de Santa Maria de Guaxenduba	58
Mapa 8 - Localização do Polo Munim	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comunidades Quilombolas de Icatu	43
Tabela 2 - Projetos desenvolvidos em Santa Maria	99

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Estratégias metodológicas	20
1.1.1. A fundamentação teórica da pesquisa.....	22
1.1.2. O trabalho de campo.....	24
2. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: A INVISIBILIZAÇÃO DE ICATU NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA MARANHENSE.....	28
2.1. A invisibilização histórica e os problemas estruturais de Icatu	34
2.2. Exploração, prosperidade e decadência em Icatu	38
2.2.1. Do território cativo ao território abrigo: a formação das comunidades quilombolas do município de Icatu.....	40
2.2.2. Os bens naturais de Icatu e as práticas camponesas.....	44
3. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA MARIA: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E UM MAR DE POSSIBILIDADES	51
3.1. A etnogênese do território: a territorialização da comunidade quilombola de Santa Maria	56
3.1.1. Quilombo em movimento: mobilização e representatividade da comunidade quilombola de Santa Maria	59
3.2. A construção simbólica do território de Santa Maria	65
3.3. O peixe e a farinha: uso e exploração do território de Santa Maria	69
3.3.1. A produção agrícola de Santa Maria	77
3.3.2. “Elas são da terra, eles são do mar”: a territorialidade marinha em Santa Maria	84
4. A COMUNIDADE SANTA MARIA E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: A ATUAÇÃO DO ESTADO E REALIDADE LOCAL.	94
4.1. As demandas das comunidades quilombolas e o Estado.	94
4.2. A articulação da Associação e os projetos desenvolvidos em Santa Maria.....	96
4.3. A Rota Quilombola de Desenvolvimento Sustentável de Guaxenduba	100
4.3.1. Os campos produtivos e a especificidade agrícola de Icatu.....	102

4.3.2. As idealizações da Rota de Desenvolvimento Sustentável Quilombola e a particularidade de Santa Maria.....	108
5. SANTA MARIA NO ROTEIRO DO TURISMO: A ROTA GUAXENDUBA E O ENSEJO DE DESENVOLVIMENTO VIA ATIVIDADE PESQUEIRA.....	111
5.1. Os atrativos naturais e o avanço do turismo em Icatu e no Munim.	111
5.2. Panorama da atividade turística em Santa Maria.....	116
5.3. A Rota Guaxenduba: desenvolvimento pela via do turismo comunitário.	117
5.3.1. Os efeitos da Rota Guaxenduba na comunidade Santa Maria	121
5.3.2. A retomada da Rota Guaxenduba.....	124
5.3.3. A viabilidade do TBC na comunidade	131
5.4. “O turismo é bacana, mas a pesca aqui seria a melhor coisa para nós”: a alternativa do turismo e os ensejos pelo desenvolvimento da pesca na comunidade Santa Maria	132
5.4.1. A pesca e a perspectiva do desenvolvimento local.	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	140
APÊNDICES	147

1. INTRODUÇÃO

Durante o período colonial, Icatu estava inserido em um contexto de exploração e espoliação conduzido pelo Estado Português, tendo na escravização do negro africano nas áreas de *plantations* e engenhos, a base para a extração e apropriação das riquezas desse lugar. Tocada pelas políticas escravistas, Icatu proporcionou valorosas contribuições financeiras para Portugal à época e se tornou imprescindível para os planos da Coroa.

Com o declínio econômico de Icatu, motivado, sobretudo, pelo interesse de Portugal em outras regiões maranhenses e o fim do regime escravista, as áreas de produção localizadas no município foram abandonadas, ou comercializadas com os escravizados que ali trabalhavam. Diante desse cenário, as comunidades quilombolas foram se expandindo pelo território de Icatu, aproveitando as características naturais para sua sobrevivência.

Em Icatu existem 32 comunidades quilombolas, que se territorializaram nas diferentes parcelas do município com características biogeográficas distintas e processos etnogênicos específicos. As comunidades de quilombos buscaram um rompimento total com o regime escravista ao qual foram subjugados, priorizando outro modo de vida e de produção, pautado em relações familiares e de reciprocidade. Em seus territórios, as comunidades quilombolas desenvolvem processos produtivos, em especial a pesca artesanal e a agricultura da mandioca, realizados a partir da apropriação sustentável dos bens naturais presentes, com o emprego de técnicas e saberes ancestrais, buscando o provisão doméstico e a geração de uma renda monetária com a comercialização do excedente de suas produções.

Atualmente, as comunidades quilombolas de Icatu enfrentam questões envolvendo relações institucionais exógenas, devido à invisibilidade histórica dessas populações, que dificultam o acesso a políticas públicas específicas direcionadas à melhoria das condições de vida nesses territórios tradicionais. As demandas por direitos territoriais e sociais, como infraestrutura e incentivo à produção, são as principais pautas de luta das comunidades e movimentos quilombolas em Icatu.

A partir de 2015 passam a atuar em Icatu duas iniciativas estatais distintas que colocam a questão do desenvolvimento econômico como chave para a melhoria das condições de vida das comunidades quilombolas do município: a **Rota de**

Desenvolvimento Sustentável Quilombola de Guaxenduba, desenvolvida pela Secretaria Estadual de Igualdade Racial-SEIR e a **Rota Guaxenduba**, coordenada pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento - LABEX da UEMA. Apesar da semelhança no nome, esses projetos apresentam diferenças significativas em suas finalidades e no modo de atuação. Enquanto a Rota dirigida pela SEIR visa, entre outras coisas, investir em infraestrutura e em inclusão produtiva das comunidades, através de investimentos em campos agrícolas para o acesso a mercados, a Rota coordenada pelo LABEX propõe a geração de emprego e renda para as comunidades por meio do turismo de base comunitária- TBC.

A comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba é uma dessas comunidades que passam a ser palco desses dois projetos desenvolvimentistas. A comunidade está situada na zona rural de Icatu, com 110 famílias, que possuem na agricultura de provisionamento e na pesca artesanal as suas principais fontes de alimento e renda.

Essas propostas em vigência divergem do atual contexto socioprodutivo de Santa Maria. Em seus processos de elaboração, esses dois projetos não foram voltados especificamente para a realidade dessa e de nenhuma outra comunidade quilombola de Icatu. Contudo, esses projetos resultam de demandas de algumas comunidades quilombolas de Icatu e foram aceitos por elas como uma oportunidade de melhorar as condições de vida dos moradores.

A análise das concepções e intervenções desses dois projetos desenvolvimentistas na (para a) comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba é o objetivo central desse trabalho dissertativo, que discutirá ainda as conflitualidades entre as pretensões desses projetos e as demandas e particularidades socioprodutivas, territoriais e culturais da comunidade.

Ao lançar luz sobre esse tema, buscar-se-á discutir essas propostas estatais, a partir da visão dos quilombolas de Santa Maria, visando compreender em que esses projetos coincidem com seus interesses? O que elas estão provocando em termos econômico e comunitário? Qual o nível de entendimento a respeito das oportunidades e ameaças aos seus modos de vida que eles enxergam nas propostas? As propostas acirraram conflitos internos na comunidade?

Importante frisar que aqui não é pretendido inferir, a partir de juízo de valor, se essas ou outras propostas servirão ou não para Santa Maria, nem conceber a comunidade em uma perspectiva romantizada, em uma redoma que não permita a

existência de outros cenários. Registra-se também que tais projetos ainda estão em execução e até o momento não impactaram substancialmente a vida dos moradores.

A pesquisa se debruçará sobre Icatu por ser, entre outras coisas, local de moradia e afeto desse pesquisador, que desde seu ingresso na vida acadêmica procurou se aprofundar nas questões relativas às comunidades quilombolas desse município, a exemplo na pesquisa de monografia, desenvolvida em 2018, para a conclusão do curso em Geografia Licenciatura, na Universidade Federal do Maranhão -UFMA, intitulada “**Um punhado de história e um bocado de saberes: territorialidades e conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas Mata e Santa Maria em Icatu-MA**”. O ingresso, em 2019, no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional-PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA foi objetivado pelo interesse na continuidade dos estudos direcionados às comunidades quilombolas de Icatu.

O enfoque desse atual estudo em Santa Maria se justifica, de imediato, pelos vínculos criados tanto ao longo da minha vida pessoal, quanto acadêmica. Ademais, a comunidade possui um grande destaque no município, por conta de fatores como: a história da Batalha de Guaxenduba¹, que ocorreu nesse território; a sua localização, próxima a Ilha do Maranhão; a praia presente na comunidade, que atrai muitos turistas; e a sua mobilização e organização política.

Este texto dissertativo está segmentado em quatro partes (além desse item introdutório), sendo discutida em um primeiro momento, a relação do desenvolvimento desigual maranhense e suas consequências no município de Icatu. Esse item contém ainda uma breve caracterização histórica do município no período colonial, além das formas atuais de apropriação do território e da natureza, e a crescente exploração do turismo.

No segundo capítulo, far-se-á uma análise mais aprofundada na territorialidade da comunidade Santa Maria, discutindo as suas dinâmicas socioprodutivas. Ademais será debatido o seu processo de formação, ocupação, organização e mobilização, os laços familiares e de reciprocidade e as relações práticas e simbólicas com o território. As particularidades das atividades produtivas realizadas na comunidade, representadas pela pesca e agricultura, também será debatido.

¹ A Batalha de Guaxenduba ocorreu em 1664 entre tropas de França e Portugal, motivada pela expulsão da armada francesa, que almejava o domínio dessa parcela do território brasileiro.

No terceiro capítulo será analisada a relação das comunidades quilombolas com o Estado e os projetos de desenvolvimento acontecidos em Santa Maria. Além disso, serão tratadas as propostas e atuações promovidas pelo Governo do Estado do Maranhão, através do projeto Rota Quilombola de Guaxenduba, e as suas disparidades em relação às particularidades de Santa Maria.

Por fim, no quarto capítulo será realizada uma discussão sobre o turismo em Icatu e a proposta de TBC do projeto de extensão do LABEX, buscando discutir os seus objetivos e formas de atuação. Esse capítulo irá expor ainda a percepção da comunidade de Santa Maria em relação ao turismo e a Rota Guaxenduba do LABEX, suas considerações sobre as ações já realizadas, e o que eles enxergam de possibilidades e entraves. Conclui-se essa parte, com as demandas dos moradores por projetos e investimentos em áreas que eles entendem ser interessantes para a comunidade.

1.1. Estratégias metodológicas

Essa pesquisa é norteadada pela discussão da categoria “desenvolvimento”, através de suas contradições com territorialidades específicas de comunidades quilombolas. Para tanto, será apropriado aqui o método do materialismo dialético proposto por Marx e Engels, que busca analisar a partir do movimento dialético os fenômenos da realidade social que se estabelecem no concreto, ao longo da história (MARX, 2009).

A utilização do materialismo dialético aqui é necessária para compreender as concepções de desenvolvimento que partem do Estado capitalista e seu *modus operandis* em realidades particulares das comunidades quilombolas de Icatu, em especial de Santa Maria, que operam através do modo de produção camponês, com relações econômicas pré-capitalistas, onde as dimensões comunais do território e coletivistas do trabalho são particularidades reproduzidas no cotidiano das comunidades.

Lang (2016) aponta que a meta do desenvolvimento é incluir territórios que não são inteiramente permeados pelas lógicas e práticas capitalistas aos circuitos de acumulação de capital, alterando suas bases socioprodutivas e transformando as populações residentes em consumidores, os camponeses em assalariados ou informais, a natureza em recurso e a propriedade coletiva em privada.

As particularidades da comunidade Santa Maria, representadas pela sua organização social e suas territorialidades específicas, em contraponto aos objetivos desenvolvimentistas pensados pelo Estado, representam a questão dialética central dessa pesquisa. Para Lakatos e Marconi (2003), a dialética compreende que os fenômenos não podem ser analisados como objetos fixos, nem isolados no tempo ou destacados uns dos outros, mas como um todo, em constante movimento.

Alves (2010) afirma que o método materialista histórico e dialético mantém o método dialético em sua análise, mas altera o papel do pensamento na determinação do real, demonstrando, desse modo, que as relações contraditórias podem ser descritas e empiricamente comprovadas. Chauí (1980) complementa que a dialética é materialista, pois o seu motor é o trabalho material propriamente dito, ou melhor, a relação dos homens, através do trabalho, com a natureza, transformando-a em coisas humanizadas ou culturais. Ainda segundo a autora, a dialética materialista se volta às condições de produção e reprodução da existência social humana, determinada pela luta de classes ou pelo antagonismo entre proprietários e não proprietários das condições de trabalho (CHAUÍ, 1980).

O materialismo histórico dialético como método ressalta a dimensão histórica dos processos sociais para a interpretação dos fenômenos observados, através da identificação do modo de produção em determinada sociedade, definido a partir das formas de apropriação da natureza, das regras sociais e do trabalho humano empregado e sua relação dialética com as superestruturas (MARX, 2009). A construção e interpretação das dinâmicas socioespaciais atuais e seus contextos econômicos são resultantes dos diferentes momentos históricos (NETTO, 2009).

O instrumental metodológico a ser utilizado nessa pesquisa está relacionado diretamente com o problema que será abordado. Para Lakatos e Marconi (2003), a escolha desses instrumentais depende dos inúmeros fatores ligados à pesquisa, tais como, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos e equipe humana disponível e outros elementos que venham surgir no decorrer da investigação.

Aqui os procedimentos empregados foram divididos em dois momentos, a pesquisa indireta e o trabalho de campo. A pesquisa indireta envolveu o aprofundamento teórico-metodológico, a partir de temas e categorias a serem aqui exploradas, além de pesquisas documentais e busca por reportagens em jornais e *sites*. O trabalho de campo, para a busca de dados e informações referentes aos

objetivos delimitados, foi realizado em órgãos públicos, na União das comunidades Quilombolas do Município de Icatu, nas comunidades quilombolas de Mata e Peral, e em Santa Maria de Guaxenduba.

1.1.1. A fundamentação teórica da pesquisa

Bachelard (1996) afirma que é preciso abandonar noções pré-concebidas, representam obstáculos epistemológicos que dificultam a realização da pesquisa e o entendimento de determinadas concepções de mundo. Para tanto foi realizado um aprofundamento teórico-metodológico envolvendo temas e categorias associadas à pesquisa, tais como desenvolvimento, território, campesinato e comunidades quilombolas.

Furtado (1961) caracteriza o desenvolvimento econômico como o aumento da oferta de bens e serviços à disposição de uma determinada coletividade, em um dado período de tempo. As diferentes concepções de desenvolvimento serão trazidas aqui a partir de autores como Furtado (1961; 1963; 1973), Bresser-Pereira (2014; 2008); Paul Singer (2004), Prata (2015). A questão desenvolvimentista maranhense será discutida através de Carvalho (2017), Ribeiro Júnior (2017), Lima (2017), Mesquita (2011), Delgado (2005; 2012) e Andrade (1984).

O território e sua variação direta, a territorialidade, são outras categorias aqui apropriadas. Raffestin (1993) aponta que o território é um espaço onde foi exercido um trabalho, envolvendo dessa forma relações marcadas pelo poder, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço” (1993, p.143). Para Santos (2005), o território deve ser entendido enquanto território usado, composto por ações e objetos, que permitiriam contar a história do território e o seu uso.

Haesbaert (2007) afirma que territorialidade se configura no âmbito mais subjetivo do território, diz respeito às formas de utilização dada pelas pessoas e ao modo como elas se organizam e constroem significados nesse lugar, através das relações sociais e do acesso aos recursos naturais presentes. Little (2004, p.253) define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu „território””.

O território para os quilombolas representa também abrigo, defesa e força (ALMEIDA, 2006). De acordo com Furtado (2018), as comunidades quilombolas são caracterizadas, fundamentalmente, pelas suas práticas sociais que estão intrinsecamente vinculadas as formas como ocupam e reproduzem seus territórios. As comunidades quilombolas concebem o território como bem comum, fundamental para as suas reproduções física e social.

Segundo Almeida (2006), as comunidades quilombolas, assim como os demais povos e comunidades tradicionais, possuem “territorialidades específicas”, por terem elementos que a distinguem das demais territorialidades, como relações construídas pela ancestralidade e pelo processo de territorialização.

As territorialidades específicas podem ser entendidas aqui como resultantes dos processos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de força em cada situação social de antagonismo. Distinguem-se neste sentido tanto da noção de “terra”, estrito senso, quanto daquela de “território”, e sua emergência atém-se a expressões que manifestam elementos identitários ou correspondentes à sua forma específica de territorialização (ALMEIDA, 2006, p. 25).

As relações sociais, territoriais e de produção das comunidades quilombolas são estudadas dentro do contexto do campesinato. Klass Woortmann (1990; 2018) promove em suas obras, debates sobre as relações de produção no campo, os conflitos e antagonistas e os princípios fundantes que regem o modo de vida dos camponeses. Paul Little (2004), a partir de seu conceito de cosmografia corrobora para o entendimento etnográfico da territorialidade de diferentes contextos camponeses.

Os escritos de Lang (2016), Svampa (2016), Acosta (2016) Brand (2016) discutem, a partir de uma visão decolonial, o modo de produção de povos e comunidades tradicionais e demais camponeses no seu cotidiano, as conflitualidades com as lógicas capitalistas e a alternativa do Bem-Viver.

Para entender essa diferenciação de modos de produção e de tipos de economias foram utilizadas literaturas de autores como Marx (2008), Smith (2008) e Polanyi (2012). Polanyi em seu livro *A subsistência do Homem e ensaios correlatos* (2012) faz uma distinção entre a lógica formal de economia e a lógica substantiva, que aqui iremos privilegiar. Segundo ele, “o significado substantivo aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente (2012, p. 63)”.

Em um segundo momento, fora desenvolvida uma revisão bibliográfica histórico-geográfica sobre o processo de ocupação do município de Icatu, sobre a escravização no Maranhão e sobre a territorialização da comunidade quilombola de Santa Maria. O icatuense José de Almeida colabora com sua obra *Icatu: terra de Guaxenduba* (2016), onde traz uma análise sobre a história desse lugar. Também foi trazido para o debate autores como Viveiros (1992), Coelho Netto (1985), Berredo (1988), Meireles (1982), que retrataram em suas obras acontecimentos históricos envolvendo o município, como a Batalha de Guaxenduba e o papel de Icatu dentro de um contexto estadual de colonização escravização e exploração econômica.

Por fim, ocorreu a busca por fontes documentais que contemplem o município de Icatu e a comunidade quilombola de Santa Maria, como a Lei que instituiu os Territórios da Cidadania, o Plano Maior de Turismo, Programa Rota Quilombola de Guaxenduba, artigos de jornais e reportagens que tratem das ações desse programa.

Toda essa pesquisa indireta foi a base para atualizar a questão quilombola em Icatu no geral e em Santa Maria de modo particular. Articulada com a base teórica e conceitual explanada acima, as questões e inquietações dessa dissertação, que tem como fulcro de sua discussão a diferenciação entre valores quilombolas e de mercado, conduziram à reflexões e debates que nortearam a construção teórica desse trabalho.

1.1.2. O trabalho de campo

O trabalho de campo é a etapa da pesquisa que tem como objetivo a observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem em dado espaço-tempo e a coleta de informações sobre um problema para o qual se procura uma resposta (LAKATOS; MARCONI, 2003). Sansolo (2000) entende que o trabalho de campo é parte do processo de investigação, em que o pesquisador se relaciona com o fenômeno segundo as suas próprias experiências.

Essa etapa empírica desenvolvida tem uma relação direta com dados iniciais da pesquisa indireta, sendo eles referências para atuação no campo, onde serão verificados e produzirão novas questões para teorias e dados bibliográficos. Nesse momento, existe ainda uma relação dialética entre teoria e prática, entre

documentação e ação, um alimentando/questionando o outro, em um movimento que aprofunda o concreto.

A minha primeira inserção enquanto pesquisador na comunidade de Santa Maria para a realização desse trabalho ocorreu em dezembro de 2019, onde apresentei a proposta dessa dissertação à presidente da Associação Quilombola da Região de Santa Maria de Guaxenduba, a senhora Élide Torres, e solicitei a ela colaboração no processo de coleta de informações sobre a comunidade. Durante a minha presença na comunidade, acompanhei no dia o 1º Sarau Afro dos Jovens em Ação, promovido pelo projeto Jovens em Ação, que me proporcionou conhecer mais sobre o grupo e conversar com alguns de seus participantes.

Devido à crise sanitária mundial desencadeada pela Covid-19, os trabalhos de campo pensados para essa pesquisa sofreram alterações no decorrer do processo de elaboração desse texto, pela impossibilidade de adentrar na comunidade por conta do risco de contágio de ambas as partes e pelas restrições de circulação impostas pela própria comunidade.

Com a flexibilização das medidas sanitárias, as coletas de dados *in loco* foram retomadas. Em setembro de 2020, me dirigi até à União das Comunidades Quilombolas do Município de Icatu - UCQMI, instalada na Casa de Apoio e Articulação das Comunidades Quilombolas do Município de Icatu, localizada na sede de Icatu. Na instituição fui recebido pelo Hamilton Gonçalves, coordenador da UCQMI e pela professora Ana Amélia Mafra, que me repassaram dados e demais informações sobre as comunidades quilombolas do município, suas demandas, conflitos, características e projetos desenvolvidos.

De posse dessas informações, realizei uma visita, por iniciativa própria, nas comunidades quilombolas, Mata, Jussatuba, Fazenda, Arraial e Itatuaba, para observar suas territorialidades e o desenvolvimento de suas atividades produtivas. Nas comunidades conversei com os produtores e fui levado até as áreas de cultivo da mandioca e de produção de farinha, onde pude acompanhar etapas do processo agrícola desenvolvido. Na comunidade Fazenda conversei com a Presidente da Associação de Moradores, Sáska da Conceição, que me apresentou a comunidade e me relatou a presença de um projeto estadual de desenvolvimento local atuando nas comunidades quilombolas do município com a prerrogativa de melhorar a infraestrutura e incentivar a produção nesses territórios.

O projeto é a Rota de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombola de Guaxenduba (ou Rota Quilombola de Guaxenduba), coordenado pela Secretaria Estadual de Igualdade Racial – SEIR, em parceria com demais órgãos do estado, para a elaboração e execução de estratégias para a melhoria das condições de vida das comunidades quilombolas. Diante dessa informação, entrei em contato com a SEIR para uma reunião, e fui recebido pelo Diretor de Comunidades Quilombolas, o senhor Mauro Marques Cardoso, que me repassou verbalmente mais informações sobre a finalidade do programa e sobre as ações já desenvolvidas nas comunidades quilombolas em Icatu.

Dentre essas ações, está a de titulação dos territórios das comunidades quilombolas, a cargo do Instituto de Terras do Maranhão – ITERMA. No ITERMA me encontrei com João Vitor Fontoura, Coordenador da Comissão de Territórios Tradicionais do órgão. Durante a reunião, João Vitor revelou alguns dados sobre as comunidades do município em processo de titulação, assim como ações já realizadas por essa autarquia em Icatu.

A inclusão produtiva também é outra importante estratégia do programa, sendo coordenada pela Secretaria Estadual de Agricultura Familiar- SAF. Por conta dos decretos estaduais de restrição das atividades, o contato com a secretaria ocorreu a partir de trocas de e-mails com a Superintendência de Organização Produtiva do órgão, que me enviou um quadro com as comunidades incluídas na Rota Quilombola de Guaxenduba e com as ações já desenvolvidas.

No decorrer da construção do trabalho foi verificada a atuação de outro projeto sendo desenvolvido em algumas comunidades de Icatu. O projeto intitulado Rota Guaxenduba, coordenado pelo LABEX, possui sua atuação voltada para o desenvolvimento de uma rota de turismo de base comunitária em algumas comunidades do município de Icatu, tendo como base a comunidade Santa Maria. Em reunião virtual realizada com o Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos, coordenador do LABEX, foram repassadas mais informações a respeito do projeto e o que levou o laboratório a desenvolvê-lo em Icatu. Ademais, o Professor Itaan relatou os principais entraves para a efetivação da proposta, assim como os resultados pretendidos com sua concretização.

Por fim foi realizado em julho de 2021 um trabalho de campo na Comunidade Quilombola de Santa Maria. Nesse contato foi realizada uma observação participativa, como foco na análise da infraestrutura da comunidade, dos espaços de

moradia, dos ambientes naturais, das atividades e seus locais de produção. Foram coletados pontos de GPS (Sistema de Posicionamento Global) para a representação cartográfica de espaços da comunidade, assim como registros fotográficos das atividades de produção e dos locais onde ocorrem.

Foram desenvolvidas ainda entrevistas semiestruturadas, realizadas com a presidente da Associação, Élide Torres e com alguns moradores de Santa Maria que desempenham atividades produtivas (agricultura e pesca) e estão ligados à atividade turística. Essas entrevistas foram gravadas, com a permissão dos moradores, utilizando o aplicativo de gravação de voz do celular, e tiveram como objetivo recolher elementos sobre questões que envolvem a comunidade, como a história, mobilização, as características produtivas e a percepção deles sobre os projetos em desenvolvimento em Santa Maria.

Por conta da vigência da Pandemia de Covid-19, as entrevistas tiveram que ser realizadas com um número reduzido de pessoas. Os moradores entrevistados, alguns por indicação da Élide, foram: Maria Augusta, agricultora e artesã; Aginaldo Torres, dono de bar e pousada, agricultor e pescador; Ronaldo, pescador; Catarina Torres, matriarca da comunidade, dona de bar e pousada, e agricultora aposentada. Além desses, outros moradores foram ouvidos, de modo informal, e suas informações contribuíram para a construção deste trabalho.

As informações e os dados obtidos em campo passaram por análise e tratamento. As entrevistas foram qualificadas e transcritas *ipsis litteris* (algumas trazidas no corpo do texto). Com os dados recolhidos, tabelas foram construídas, com os pontos de GPS coletados mapas foram criados nos softwares ArcGis e Google Earth e no aplicativo “Tô no Mapa”.

O norteamento pelo método do materialismo histórico e dialético, o aprofundamento teórico realizado e as informações obtidas em campo proporcionaram a construção desse texto dissertativo, que se vale ainda dos saberes tradicionais das comunidades quilombolas de Icatu, pois possuem grande valor científico e representam elementos ancestrais identitários.

2. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: A INVISIBILIZAÇÃO DE ICATU NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA MARANHENSE.

A questão do desenvolvimento, sob o viés econômico, é uma ideia e um projeto do século XX, ainda perpetuada no século vigente, como afirma Bresser-Pereira (2014). Para o autor, o desenvolvimento econômico busca atender especificamente um objetivo político das sociedades modernas: o bem estar. Indiretamente, outros quatro grandes objetivos das sociedades também seriam atendidos: a segurança, a liberdade, a justiça social e a proteção do meio ambiente (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Furtado (1963, p.115) concebe o desenvolvimento econômico como sendo, “basicamente, o aumento do fluxo de renda real, isto é, o incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade”. Bresser-Pereira (2008, p.1), assim define o desenvolvimento econômico:

O desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população.

A concepção de desenvolvimento econômico foi pautada na elaboração e adoção de políticas baseadas num modelo econômico-industrial exportado dos EUA e da Europa, tidos como única forma de superação do atraso de realidades sociais distintas. O modo de produção industrial acaba se tornando assim o estágio final de um caminho universal e unilinear que leva à evolução das sociedades (LIMA, 2017, p. 80).

O desenvolvimento econômico tem como ideologia a organização de uma sociedade capitalista em estado-nação, onde exista “um mercado coordenando o sistema econômico e um estado regulando esse mercado e complementando sua ação coordenadora” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 1). Assim, o Estado seria responsável por viabilizar as condições para promover o desenvolvimento econômico, financiando ações, a partir de demandas do capital/mercado (LIMA, 2017).

Segundo Bresser-Pereira (2014), o real sentido do desenvolvimento econômico deve se concentrar no aumento dos padrões de vida dos mais pobres, mesmo em locais com grande desigualdade econômica; e na conquista de objetivos

políticos associados aos direitos humanos. A métrica do desenvolvimento econômico é estabelecida pelo aumento da renda por habitante, pois este mede o aumento geral da produtividade. Contudo, no capitalismo, “é impossível aumentar substancialmente os padrões de vida dos pobres sem aumentar a renda (e o consumo) dos ricos” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.44).

O discurso desenvolvimentista, constituído por um desenvolvimento capitalista, foi incorporado ou imposto às diferentes nações subdesenvolvidas e realidades sociais. No Brasil, as políticas de desenvolvimento econômico são marcadas por um caráter classista e desigual no espaço, tendo na figura do Estado um importante (senão o principal) agente impulsionador da modernização, através da adoção de princípios econômicos que promovem o desenvolvimento produtivo e tecnológico (LIMA, 2017).

O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil amplificou as desigualdades regionais no país. Na tentativa de mitigar as disparidades resultantes do processo de acumulação neoliberal, o Estado Brasileiro passa a adotar políticas públicas buscando resolver as questões regionais (LIMA, 2017).

Madureira (2015, p.8) afirma que, “ao se pensar o desenvolvimento de uma região em particular, deve-se ter em mente o conceito de desenvolvimento regional”. As principais teorias que tratam sobre o tema do desenvolvimento regional apontam a necessidade de uma força motriz externa que impulsionaria, por meio de reações em cadeia, as demais atividades econômicas existentes nas regiões atingidas. A participação da sociedade local na elaboração do planejamento, na ocupação dos espaços de discussão e na distribuição dos resultados do processo de crescimento econômico devem nortear as políticas de desenvolvimento regional (OLIVEIRA e LIMA, 2003).

Para Riedl (2021), inicialmente, a concepção do desenvolvimento regional no Brasil estava atrelada à noção de superação dessas desigualdades sociais extremas regionalmente localizadas (no Nordeste brasileiro em específico), pois representavam um entrave para o processo de desenvolvimento do país.

Furtado (1963) aponta que fora criado, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)², como resultado da política de

² Em 1966 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e em 1967 a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL).

desenvolvimento regional do Estado Brasileiro, com o objetivo de planejar, promover e coordenar o desenvolvimento dessa região. Todavia, a repercussão socioeconômica dessa política foi estancada pela disseminação indiscriminada, por todo o país, do tratamento diferenciado às regiões subdesenvolvidas, perpetuando assim as desigualdades regionais.

No Maranhão, os planos e projetos empreendidos pelo Governo do Estado possuem grande vinculação com o projeto econômico nacional. As estratégias políticas, os planos e programas de governo orientaram e foram orientados pela busca do desenvolvimento econômico, revelando que o Maranhão é dependente de ferramentas políticas e econômicas vinculadas à concentração de poder e riqueza, como percebido nos discursos desenvolvimentistas dos projetos públicos e nas parcerias com o setor privado. (CARVALHO, 2017).

Os planos elaborados para o estado, assim como os projetos nacionais, tiveram na implantação de grandes projetos industriais a possibilidade de geração de lucros e a promoção do desenvolvimento econômico (CARVALHO, 2017). De acordo com Carvalho (2017, p.66), “o planejamento e as políticas públicas do Estado do Maranhão por muito tempo caracterizaram-se pelo dirigismo estatal que confundia a política industrial com a política regional”. Para a autora, a política industrial tem foco no setor produtivo e a política regional no território, sendo essa a que proporcionaria um desenvolvimento menos desigual.

Ribeiro Júnior (2017) constata que as estratégias de desenvolvimento do Maranhão privilegiam a integração multimodal, o complexo portuário, a pecuária, o agronegócio e as chamadas florestas plantadas. “A integração multimodal e o complexo portuário são sistemas, que além de incrementar a circulação de mercadorias, potencializam a pecuária, o agronegócio e as florestas plantadas” (RIBEIRO JÚNIOR, 2017, p.25).

Historicamente, a agricultura voltada para a exportação representa uma das principais fontes de receita do Maranhão. A agricultura realizada durante o período colonial no Maranhão teve nos cultivos de arroz e algodão localizados nos vales dos rios Mearim e Itapecuru os seus principais expoentes (ANDRADE, 1984). Essa agricultura era desenvolvida de forma tradicional, com técnicas rudimentares e com grande dependência de mão-de-obra escravizada, e entrou em decadência, sobretudo, pela substituição do trabalho escravo pelo livre. (MESQUITA, 2011).

Com a decadência desse período, as áreas de plantações foram abandonadas, provocando uma mudança na base produtiva estadual. A partir disso, o campo maranhense passa a ser caracterizado pela predominância de práticas camponesas, que utilizam a agricultura para o provisionamento familiar e a venda do excedente (MESQUITA, 2012).

Contudo, Mesquita (2011) e Delgado (2012) afirmam que o campo no Maranhão sofre uma nova reconfiguração a partir dos anos 90, com o processo de modernização agrícola, iniciado durante o período da ditadura militar, tendo forte participação do governo, através da execução de políticas de fomento produtivo e comercial com expressivo gasto público (DELGADO, 2004). Essa modernização no campo brasileiro teve como base a Revolução Verde, nascida nos Estados Unidos, que tinha no incremento de tecnologias de ponta e no uso de fertilizantes as suas principais características (MESQUITA, 2011).

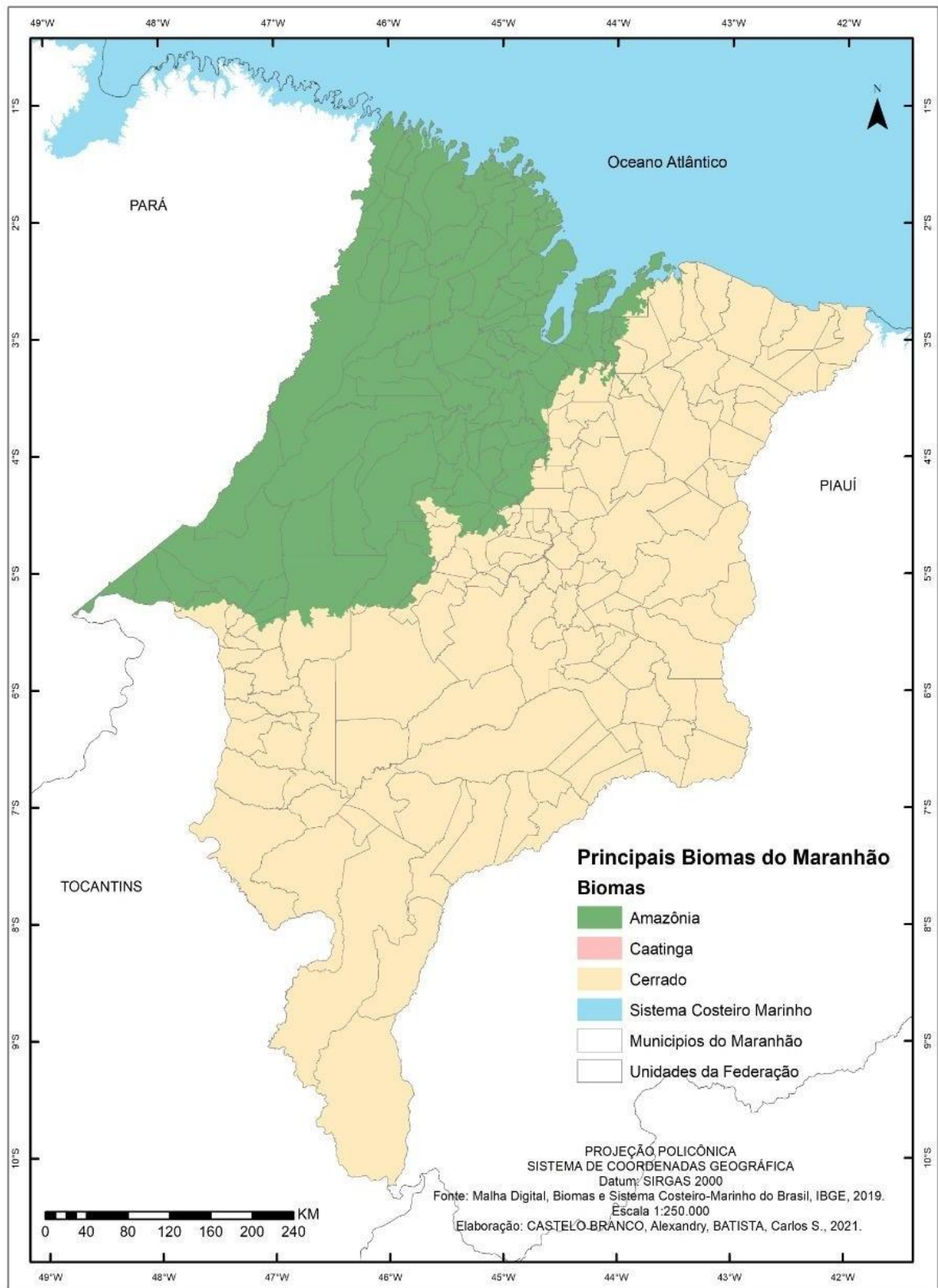
O acesso a novas tecnologias proporcionou uma completa mudança na lógica produtiva do estado, com a utilização de modernos maquinários, de técnicas científicas e de inúmeros insumos agrícolas. Este processo de modernização técnica da agricultura é caracterizado também por uma maior integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público, para atender a demanda do capital financeiro transnacional. A modernização estabeleceu um novo paradigma ao campo maranhense, o do agronegócio (DELGADO, 2012).

Atualmente, o agronegócio é um dos setores que mais demanda investimentos no Maranhão. No estado, o agronegócio é fomentado pelo MATOPIBA, tendo como principais características a produção de *commodities* como o milho, a soja e a cana-de-açúcar, cultivados a partir do uso intensivo de fertilizantes, agrotóxicos e modernos maquinários, e exportados por uma extensa rede logística multimodal, buscando atender a demanda do capital transnacional (PITTA; et. al., 2017).

O MATOPIBA é um projeto de caráter governamental e privado de expansão das atividades agroindustriais na região que compreende os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sendo regido pelo Plano de Desenvolvimento Agropecuário, instituído pelo Decreto Federal nº 8.447, de 2015. No Maranhão, o MATOPIBA (Mapa 01) se territorializou na região do cerrado maranhense, onde se estabeleceu como o principal vetor de desenvolvimento econômico.

Mapa 1 - Principais Biomas do Estado do Maranhão.

PRINCIPAIS BIOMAS DO MARANHÃO



Elaborado por: Castelo Branco; Batista, 2021.

Essa fronteira agrícola recebe vultosos aportes financeiros do governo estado, que investe na melhoria da infraestrutura, para facilitar o escoamento da produção, assim como oferta isenções fiscais, garante o afrouxamento de legislações e fiscalizações ambientais, e dá auxílio científico e tecnológico durante as fases da produção. O agronegócio, pelo seu modo de produção, promove uma grande produtividade e gera enormes lucros, que são concentrados aos produtores e investidores e não causa efeito prático na melhoria da qualidade de vida da maioria da população maranhense.

O avanço do MATOPIBA no cerrado maranhense provoca graves problemas ambientais, fundiários, além de conflitos socioterritoriais, sobretudo, ao se chocar com os territórios das comunidades quilombolas, indígenas e das demais comunidades camponeses presentes nessa região. O Maranhão atualmente é um dos estados com maior número de conflitos agrários, segundo a Comissão Pastoral da Terra – CPT³, devido ao avanço do agronegócio nos territórios das comunidades tradicionais.

Esses territórios e territorialidades tradicionais, que não estão incluídos na mesma lógica produtiva, são seriamente ameaçados pela ampliação indiscriminada dessa fronteira agrícola que, em nome do desenvolvimento e sob a vista grossa do Estado, desterritorializa povos e comunidades tradicionais e degrada o meio ambiente.

O deslocamento das fronteiras de exploração ameaça tais territórios, muitas vezes concebidas segundo um olhar miserabilista (populações atrasadas, economias submersas) ou um olhar sacrificial (concebidos como „desertos“ ou “territórios socialmente esvaziáveis”, na medida em que, com a exceção dos recursos estratégicos não conteriam elementos ou bens valorizáveis pelo capital). (SVAMPA, 2016, p. 162).

A agricultura e as demais práticas camponesas, por outro lado, não recebem a mesma atenção e recursos por parte dos governos do Maranhão. Os investimentos nessa área feitos ao longo dos tempos pelos governos estaduais foram pontuais e incapazes de promover o desenvolvimento a partir dessa lógica mais sustentável e equitativa. Ribeiro Júnior (2017) aponta, a partir de dados do IBGE que, apesar da agricultura camponesa ser fundamental na produção de alimentos de primeira necessidade no estado, os governos não a compreendem como uma estratégia de desenvolvimento para o Maranhão.

³ Caderno de conflitos agrários disponível no site da CPT
<https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>

Nesse cenário, o campesinato acaba se convertendo, segundo Delgado (2004), em um “imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semi-estagnada (p. 84)”. A agricultura camponesa resiste diante da forte pressão do capital financeiro desterritorializador.

Carvalho (2017) revela que a questão do desenvolvimento econômico foi encarada sob diferentes perspectivas no Maranhão, mas, no final das contas, foi reduzida a um direcionado crescimento econômico, sem a preocupação alguma com a redução das desigualdades e a geração em profusão de empregos e de renda em nível local, desconsiderando assim as demandas populares.

Os projetos de desenvolvimento econômico no Maranhão, quando existentes, foram relacionados à expansão econômica de determinadas áreas, ou polos, ocasionando a concentração de políticas “desenvolvimentistas” em alguns municípios e levando outros ao esquecimento, alimentando as desigualdades regionais (CARVALHO, 2017).

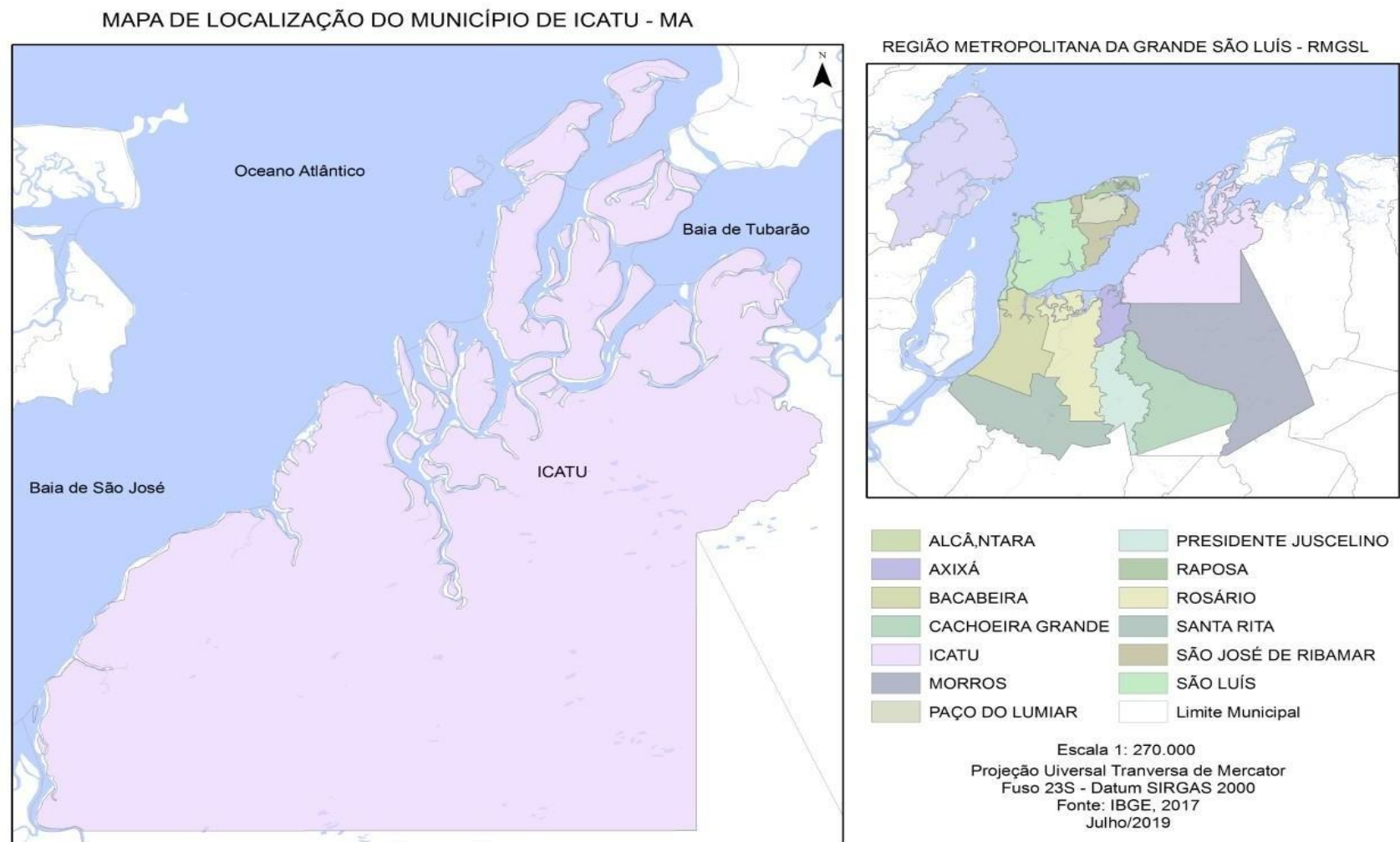
Icatu é um exemplo desses territórios que, até o momento, não estão no roteiro dos projetos de desenvolvimento econômico vigentes no Maranhão. A invisibilização do município no planejamento desenvolvimentista estadual resulta na progressão da piora nos índices socioeconômicos e na débil oferta de serviços fundamentais à população.

2.1. A invisibilização histórica e os problemas estruturais de Icatu.

Fundado em 1614, o município de Icatu está localizado na porção norte do território maranhense, distante cerca de 110 km da cidade de São Luís, por terra⁴. Tem como pontos limítrofes as cidades de Morros, Axixá e Humberto de Campos e a Baía de São José de Ribamar, que a separa da Ilha do Maranhão. Icatu possui uma população de 25.145 habitantes, segundo o último censo do IBGE de 2010, vivendo em uma área territorial de 1.124,730 km². Sua população vive majoritariamente na zona rural (cerca de 68,94%, de acordo com o IBGE). Através da lei complementar nº 161, de 3 de dezembro de 2013, Icatu foi inserida na Região Metropolitana da Grande São Luís (Mapa 02).

⁴ O acesso terrestre é feito pela BR-402.

Mapa 2 - Localização do Município de Icatu - MA



Elaborado por: Castelo Branco, 2019.

Apesar dos mais de quatrocentos anos de fundação, o município permanece até os tempos atuais à margem das políticas de desenvolvimento econômico do estado e até mesmo sem investimentos em áreas fundamentais para a qualidade de vida dos moradores.

A inserção do município na Região Metropolitana da Grande São Luís em 2013, até o presente momento não apresentou nenhum efeito prático que possa contribuir para a melhoria da vida de seus moradores, apesar de estar previsto na Lei Complementar Nº 174, de 25 de Maio de 2015, em seu artigo 16, incisos I, II, III, respectivamente, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Região; a melhoria dos serviços públicos municipais, considerados de interesse metropolitano; e a redução das desigualdades sociais no âmbito da região metropolitana.

O IDHM de Icatu de 0, 546⁵, reflete a falta de investimentos nas diferentes áreas e a pouca atuação do setor privado nesse lugar. As gestões municipais de Icatu pouco ou nada contribuíram ainda para o desenvolvimento de estratégias que levassem à melhoria das condições de vida dos moradores. O município ainda enfrenta sérios problemas em relação a sua infraestrutura deficitária, incapaz de atender as necessidades de seus habitantes, na oferta de emprego e renda e no apoio as atividades produtivas desenvolvidas pelos seus moradores.

O principal hospital do município, localizado na sede, não consegue receber demandas mais urgentes de pacientes, que são prontamente enviados a São Luís ou a municípios mais próximos, como Morros e Rosário. As estradas e pontes que dão acesso aos povoados da zona rural encontram-se deterioradas e dificultam a comunicação entre eles. No saneamento básico, o município ainda não possui um aterro sanitário adequado para o descarte e tratamento dos resíduos sólidos, feito atualmente de modo inadequado em um espaço à margem da principal estrada que liga a sede à zona rural (Imagem 01).

⁵ Icatu esta na 163ª posição no ranking estadual com 217 municípios.

Imagem 1 - Lixão localizado ao lado da principal via de acesso à zona rural de Icatu.



Fonte: Página do Facebook do vereador de Icatu Zé Inaldo, 2020.

Em Icatu existe um grande déficit de postos de empregos formais. Segundo o IBGE (2018), somente 4,6% da população possui emprego formalizado. Esse baixo índice é resultado da falta de investimentos e da pouca ou nenhuma atuação de setores econômicos no município, como industrial, agropecuário e de serviços.

Os benefícios sociais, como o Bolsa Família, são os responsáveis diretos pela renda da maioria dos moradores de Icatu. De acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social (2021), Icatu possui 4.577 famílias beneficiadas com o Bolsa Família, cerca de 17.313 pessoas foram diretamente favorecidas. Esse número equivale a 63% da população icatuense, que estariam em situação de extrema pobreza sem o programa.

Para compreender o atual contexto socioeconômico do município de Icatu é necessário analisar o complexo processo de ocupação e as diferentes e conflituosas formas de uso e exploração desse território, desenvolvidas ao longo do tempo. Abreu (1997) aponta que ainda hoje, o território é regido por configurações instituídas no passado, não as entendendo, não será possível compreender nem intervir eficazmente nos espaços atuais.

Em Icatu, as políticas adotadas por Portugal no início da colonização, em especial a de espoliação, povoamento e escravização, deixaram marcas no território, refletidas até os tempos atuais.

2.2. Exploração, prosperidade e decadência em Icatu.

Após a Batalha de Guaxenduba, em 1614, a Coroa Portuguesa ordenou o povoamento do então Arraial de Santa Maria de Guaxenduba e promoveu a escravização indígena nas plantações dos colonos portugueses. Porém, após rebeliões de indígenas livres e escravizados, o Arraial foi inteiramente destruído, as plantações foram devastadas e muitos colonos acabaram mortos (ALMEIDA, 2016).

Diante disso, a coroa resolve alterar a localização do Arraial de Santa Maria para um lugar mais distante do antigo e sem a presença de indígenas, além disso, eleva o então arraial a categoria de vila, a Vila de Icatu. Essa nova localização⁶ favoreceu a Vila, que passou a prosperar tocada pelo proveito do grande fluxo no Rio Munim e pela agricultura e extrativismo praticados nesse território (ALMEIDA, 2016).

A prosperidade da Vila muito se deu pela inserção da mão-de-obra negra escravizada nas plantações e engenhos. Em Icatu, os primeiros negros escravizados chegaram em 1702, levados pela coroa para auxiliar os colonos luso-açorianos (também recém-chegados a esse lugar) no trabalho das plantações e engenhos (ALMEIDA, 2016). Os escravizados foram utilizados como atrativo para os colonos, para a continuação do processo de colonização dessa região, que sofria com os ataques indígenas e a falta de mão-de-obra escravizada (FEITOSA; TROVÃO, 2006).

A inserção do escravizado africano na agricultura em Icatu levou a um expressivo crescimento econômico, tendo como sua principal característica a produção de mandioca e da cana-de-açúcar (ALMEIDA, 2016). A cana-de-açúcar foi de grande importância, a partir dela eram produzidos o açúcar, a cachaça e a tiquira, que eram consumidos no Maranhão na época. Segundo Almeida (2016, p. 100), “de início, a capitania de Icatu foi bastante favorecida pelos engenhos que fabricavam açúcar e aguardentes de cana (cachaça) e de mandioca (tiquira), assim também como outras lavouras”. Os escravizados também desempenhavam o extrativismo do babaçu, da madeira, do óleo de rícino e, em especial, do óleo de andiroba (COELHO NETTO, 1989).

Porém, alguns acontecimentos levaram ao declínio da Vila de Icatu, como o interesse de Portugal em outras regiões produtoras do estado, como nos vales dos

⁶ A localização da Vila de Icatu é a mesma da atual sede urbana do Município de Icatu.

Rios Itapecuru e Mearim, que passaram a receber mais investimentos, visando atender as demandas por exportação dos produtos ali cultivados, como o algodão (COELHO NETTO, 1989).

A adesão do Maranhão à independência do Brasil em 1823 acarretou ainda uma forte crise econômica em Icatu e no restante do estado, que era um dos mais fiéis e rentáveis para Portugal. Em termos econômicos, Icatu teve grandes perdas no decorrer dos tempos e passou a conviver com a estagnação e a falta de investimentos com o novo contexto político do estado (ALMEIDA, 2016).

Outro acontecimento que impactou diretamente foi a Balaiada, que também teve ramificações em Icatu. Em 8 de dezembro de 1839, aconteceu um sangrento confronto no Rio das Areias, esse embate ficou localmente como Combate das Areias. A Balaiada teve um importante papel na decadência da Vila, pois vários estabelecimentos foram destruídos e saqueados pelos revoltosos, que ainda promoveram a morte de muitos soldados e moradores (ALMEIDA, 2016).

A abolição da escravatura em 1888 foi outro fator apontado para o declínio da Vila, que possuía na escravização do negro africano a força motriz para o desenvolvimento de sua economia. Segundo alguns relatórios escritos nessa época, em 1875 o total de escravizados na Vila de Icatu era de 1.436 negros, em 1880 havia 1.256 e em 1883, cinco anos antes da abolição da escravatura, Icatu tinha 1.208 negros escravizados (COELHO NETTO 1989). Esse decréscimo no número de escravizados pode ser explicado pelo interesse de Portugal em outras áreas de exploração do estado, que colaborou com a saída de produtores e seus escravizados de Icatu. Além disso, mortes por surtos virais e fugas para quilombos podem ser apontadas como causas na diminuição do número de escravizados.

Por fim, os desmembramentos de povoados que se tornaram cidades mutilaram o território de Icatu. Almeida (2016) enfatiza que o de Morros em 1898 foi a maior perda, visto que o povoado havia se tornado o mais importante da Vila de Icatu, pois nele ocorriam muitas transações comerciais, devido a sua ótima localização e por possuir boas estradas que o conectava com outros lugares, como os rios Itapecuru e Parnaíba. Em 1924, a Vila de Icatu é elevada a categoria de cidade.

A partir desses acontecimentos, Icatu passa a conviver com o declínio e a estagnação de sua economia. A invisibilização e o isolamento econômico e

geográfico do município são perpetuados até os tempos atuais, refletindo em um cenário deficitário de oportunidades econômicas e de oferta de serviços básicos.

Todavia, a perda da importância dentro do cenário estadual de exploração possibilitou uma reformulação da base produtiva do município. As práticas camponesas, em especial das comunidades quilombolas (que passaram a representar parte significativa do território e da população de Icatu após o declínio da Vila e o fim do regime escravista), representam agora o principal modo de produção.

As atividades produtivas realizadas a partir desse modo de produção, em especial a pesca artesanal e a agricultura da mandioca, são as principais responsáveis por garantir alimento, renda e trabalho para muitos moradores, além de promover maior dinâmica financeira no município. Esse cenário reforça a importância das práticas camponesas, no desenvolvimento social e econômico municipal.

2.2.1. Do território cativo ao território abrigo: a formação das comunidades quilombolas do município de Icatu.

Durante o período colonial, o braço negro africano foi o motor principal para o desenvolvimento das atividades econômicas maranhenses, como as *plantations* de cana-de-açúcar e algodão existentes ao longo dos vales dos rios Itapecuru e Mearim. Para Coelho Netto (1989, p. 63), “a consolidação da aristocracia rural maranhense deve-se à escravatura africana que como era forte constituiu ciclo econômico, social e até cultural nesta província maranhense, destacando-a entre as mais importantes do império do Brasil”.

No Maranhão, os primeiros negros escravizados começam a chegar desde o ano de 1615, e logo destinados, em inicial, a locais estratégicos para a consolidação da colonização portuguesa (COELHO NETTO, 1989). Com as leis pombalinas, ocorre a substituição da mão-de-obra indígena pela africana, que passou a ser importada em maior quantidade pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, para realizar essa função (FURTADO, 2018).

Entretanto, diante das condições desumanas impostas pelos senhores de escravos, como o cerceamento da liberdade, açoites, estupros e privação de manifestações culturais e religiosas, os escravizados em todo Maranhão

desenvolveram estratégias de luta contra o regime escravista então vigente. A participação em rebeliões e levantes, como a Balaiada em 1838, onde lutaram com demais revoltosos contra a tirania da elite composta pelos senhores de terra e de escravos foi fundamental para o processo de libertação de muitos escravizados (FURTADO, 2018).

Outra estratégia desenvolvida foi o aquilombamento, a criação de quilombos como espaços de resistência e luta pela garantia dos direitos à vida e a liberdade (FURTADO, 2018). Segundo Lopes (1998, apud CHAGAS 2018), a palavra „quilombo” é oriunda do termo “quimbundo” que significa “união” ou “reunião de acampamentos”. O Conselho Ultramarino de Portugal, de 1740, definia os quilombos como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoados, ainda que não tenha ranchos levantados, nem se ache pilões neles” (CHAGAS, 2018, p. 23).

Os quilombos eram compostos por negros africanos que buscaram a liberdade das senzalas e que passaram a ocupar espaços estratégicos para sua proteção, com condições naturais que possibilitaram a vida e a liberdade, longe dos locais onde eram mantidos escravizados (FURTADO, 2018). Os quilombos representam casos específicos de etnogênese, cuja consolidação ocorreu a partir do estabelecimento de territórios livres, que proporcionaram a defesa diante de ataques externos (LITTLE, 2000).

Devido ao processo escravagista maranhense e ao modo como estavam organizadas as áreas de produção, muitos quilombos se formaram ao longo do território. Desses, alguns foram caçados e destruídos por incursões punitivas, reestabelecendo a posse dos escravizados fugidos aos senhores. Outros quilombos resistiram à tirania desse período através de estratégias que mesclavam a sabedoria que tinham da natureza com suas formas de combate e se fortaleceram com o passar dos anos (COSTA, 2018).

Almeida (2006) afirma que os quilombos maranhenses não foram formados apenas por casos de fuga, mas por outras situações no qual, em vez da evasão dos escravizados das áreas das fazendas, houve a apropriação efetiva das grandes propriedades que entraram em decadência por conta das crises econômicas e da proibição do trabalho escravo.

Em Icatu, o processo de territorialização dos quilombos de ocorreu, assim como em outras partes do estado e do país, em áreas que proporcionaram a reprodução, a vida em comunidade e o acesso a recursos fundamentais.

Esta expressão, processo de territorialização, tenta propiciar instrumentos para compreender como os territórios de pertencimento foram sendo construídos politicamente através das mobilizações por livre acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e em diferentes tempos históricos. (ALMEIDA, 2006, p. 88)

Alguns quilombos de Icatu se formaram a partir das rebeliões e fugas das plantações, outros possuem sua origem vinculada ao processo de abandono dos locais de produção e dos escravizados. Com a proibição da utilização da mão-de-obra escrava africana e o declínio econômico do Maranhão e do município, a fazendas foram abandonadas pelos senhores, assim como os escravizados, que acabaram “aquilombando a casa grande” (ALMEIDA, 2006).

De acordo com o INCRA, as comunidades quilombolas “são grupos étnicos, constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”.

Segundo a União das Comunidades Quilombolas do Município de Icatu, em Icatu existem 32 comunidades que se autodeclaram quilombolas. Dessas, a maioria possui certificação quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares e estão em processo de titulação territorial conduzidos pelo Instituto de Terras do Maranhão - ITERMA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, órgãos responsáveis por essa política territorial no âmbito estadual e federal, respectivamente. Todavia a UCQMI acredita que o número de comunidades quilombolas em Icatu é superior a essas 32, pois nem todas estão em processo de certificação e titulação ou se autodeclaram publicamente como quilombola, mas possuem sua história ligada ao processo escravagista desenvolvido no município durante o período colonial.

A tabela a seguir apresenta, a partir de informações do ITERMA, INCRA E UCQMI, uma lista de comunidades quilombolas de Icatu e seus respectivos processos de titulação. Das comunidades quilombolas do município, somente a comunidade Boqueirão possui a titulação e delimitação oficial de seu território, emitida em 2013, pelo ITERMA.

Tabela 1 - Comunidades Quilombolas de Icatu.

	Certificadas pela FCP	Processo de Titulação.
Jacareí dos Pretos	SIM	Em andamento no ITERMA
Boqueirão	SIM	Titulada pelo ITERMA
Boca da Mata	SIM	Em andamento no ITERMA
Mariano dos Campos	SIM	Em andamento no ITERMA
Papagaio	SIM	Em andamento no ITERMA
Fazenda	SIM	Em andamento no ITERMA
Mutirão	SIM	Em andamento no ITERMA
Ananás	SIM	Em andamento no ITERMA
Timbotúia	SIM	Em andamento no ITERMA
Retiro	SIM	Em andamento no ITERMA
Maruim	SIM	Em andamento no ITERMA
Itapera	SIM	Em andamento no ITERMA
Santa Maria	SIM	Em andamento no ITERMA
Serraria	SIM	Em andamento no ITERMA
Santo Antônio dos Caboclos	SIM	Em andamento do ITERMA
Cacaueiro	SIM	Em andamento no INCRA
Santo Antônio dos Pretos	SIM	Em andamento no INCRA
Quartéis	SIM	Em andamento no ITERMA
Bom Sucesso	SIM	Em andamento no ITERMA

Elaborado por: Castelo Branco, 2021.

As comunidades quilombolas se territorializaram em diferentes porções do município. Os quilombos estão presentes nas matas e às margens dos rios, como Boqueirão e Itapera, próximas ao centro urbano, a exemplo das comunidades Cacaueiro e Mutirão (tidos como bairros pela prefeitura), e nas áreas litorâneas, como Papagaio e Santa Maria. Estão dispostos por diferentes parcelas do território de Icatu, sendo que alguns estão situados próximos uns dos outros e os demais não apresentam uma continuidade territorial com outra comunidade.

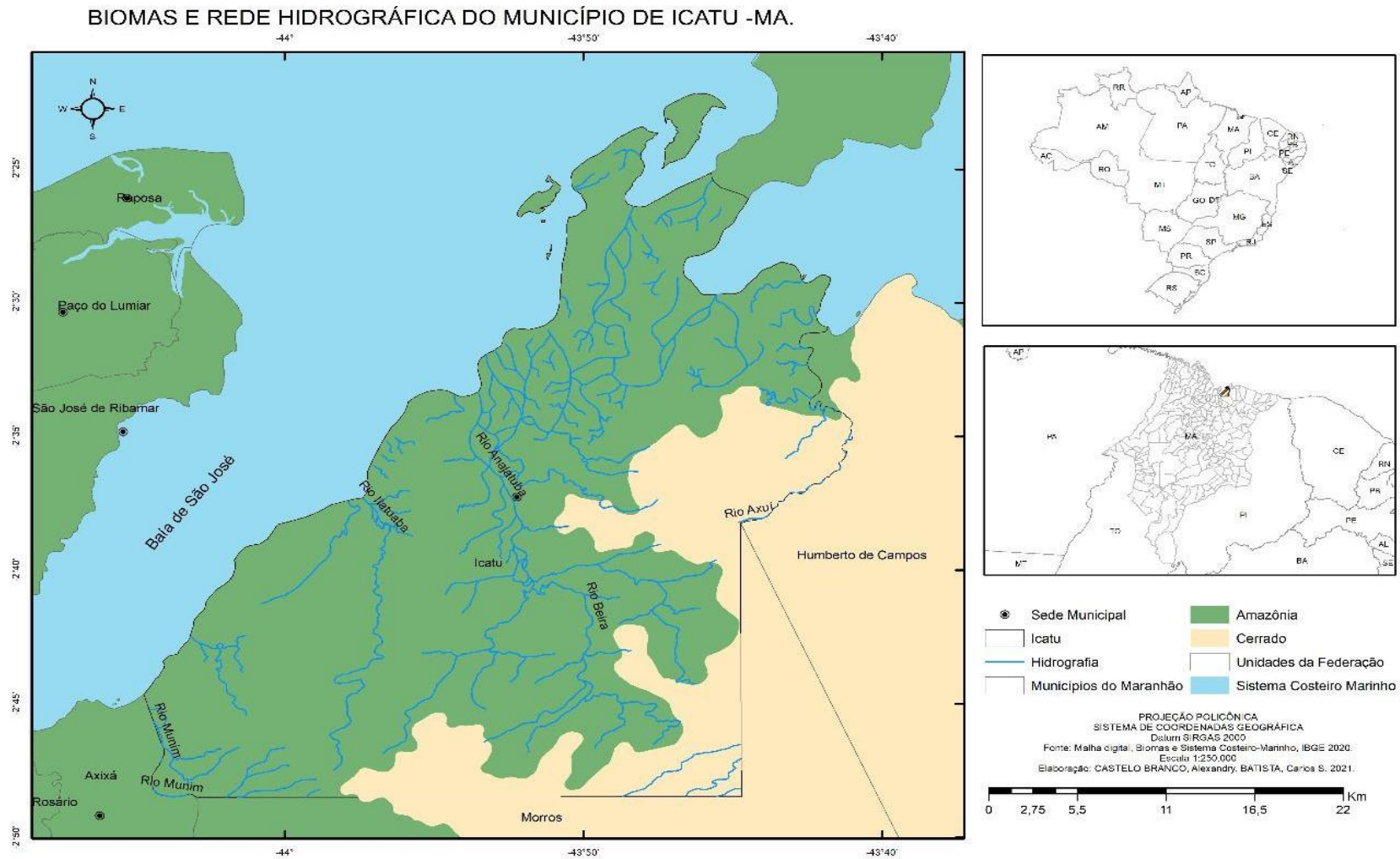
Diante dessa espacialização no território municipal, as comunidades quilombolas possuem além de características biogeográficas diferentes, dinâmicas sociais e produtivas distintas. Isso reflete diretamente na organização social das comunidades, pelas determinadas formas de uso do território desenvolvidas, assim como em suas atividades produtivas e do cotidiano, que são condicionadas pela presença ou proximidade de um ambiente natural, como áreas de mata, espaços agricultáveis ou uma praia. No município existem comunidades quilombolas que, pela presença do mar, se destacam na atividade pesqueira e possuem suas dinâmicas socioterritoriais em razão dessa atividade. Por outro lado, em comunidades mais afastadas do litoral, a agricultura passa a ser a norteadora das relações econômicas e produtivas.

2.2.2. Os bens naturais de Icatu e as práticas camponesas.

Por estar localizado em uma porção do território maranhense onde existe a influência direta de dois biomas (Amazônia e cerrado) e da zona costeira (Mapa 03), o município de Icatu apresenta uma grande diversidade de ambientes naturais ao longo do seu território que são característicos desses ecossistemas e que propiciam aos moradores inúmeras formas de uso e exploração desses espaços.

Extensas áreas com vegetação densa e também rasteira, ampla diversidade de fauna e flora, um vasto litoral, manguezais, regiões de brejo, presença de rios e nascentes são características naturais que tornam Icatu um lugar com grande pluralidade ambiental, fundamental para a manutenção do equilíbrio biológico dessa região.

Mapa 3 - Biomas e Rede Hidrográfica de Icatu

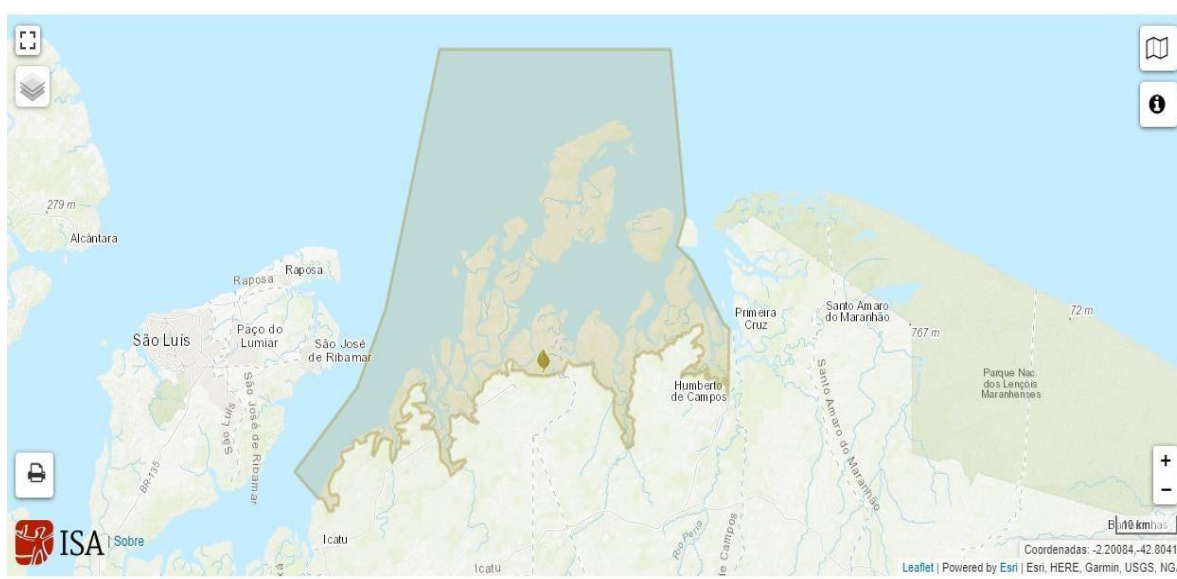


Elaborado por: Castelo Branco; Batista, 2021.

A toponímia de Icatu deriva do Tupi e significa “águas boas”, e basta uma breve visita ao município para entender o porquê desse significado. O município está situado em uma área rica em recursos hídricos, com influência das bacias hidrográficas dos rios Munim, Anajatuba e Tatuaba. Encontram-se nesse território nascedouros de rios, rios perenes e de água translúcida, cachoeiras, grandes lagoas e áreas de brejo. Além disso, uma grande faixa do território de Icatu é banhada pelas baías de São José de Ribamar e do Tubarão, o que proporciona mais áreas naturais, como espaços insulares e estuarinos.

Em 2018 foi criada pelo Decreto Federal nº 9.340 de 05/04/2018 a Reserva Extrativista da Baía do Tubarão (Mapa 04), sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio. A Resex da Baía do Tubarão possui uma área de 223.917,00 hectares, abrangendo os municípios de Icatu (cerca de 66.684,20 hectares, 29,72% do território municipal) e Humberto de Campos (83.244,42 hectares, 37,15% de seu território).

Mapa 4 - Localização da Resex da Baía do Tubarão



Fonte: ICMBIO

Na parcela da área de conservação no município e em seu entorno estão localizadas algumas comunidades tradicionais e quilombolas (Mapa 05). De acordo com o estudo socioambiental da Resex da Baía do Tubarão, realizado em 2017, as comunidades dentro da Unidade de Conservação são: Palmeira, Serraria, Papagaio, Prainha e Mamuna e em seu entorno: Itapera, Entre Rios (ou Retiro), Itatuaba, São Lourenço, Ribeira, Vista Alegre, Moinho, Mata, Ananais, Santo Antonio dos

Caboclos, Boi, Cavalo, Mirinzal, Sertão Grande, Salgado, Sertãozinho, Manajuí, Boa Vista, Morre Besta, Olho D'água.

Mapa 5: Localização das comunidades presentes na Resex.



Fonte: ICM-BIO.

A criação da reserva assegura a preservação de espécies ameaçadas, como o peixe-boi marinho, e a manutenção dos bens naturais e das práticas tradicionais da população. Esse modelo de unidade de conservação federal permite que povos e populações tradicionais possam continuar a extrair os recursos naturais para a sua subsistência, sem a necessidade de remoção para outras áreas fora da delimitação da Resex.

O território de Icatu também está localizado dentro dos limites da Área de Preservação Ambiental-APA Estadual Upaon Açú-Miritiba-Alto Preguiças (Imagem 02). Essa APA foi criada em 1992, compreendendo uma área de 1.535.310 hectares, constituída por terras públicas ou privada, pertencentes a 17 municípios. APA de Upaon Açú-Miritiba-Alto Preguiças tem como objetivos: proteger a diversidade biológica presente, disciplinar o uso e ocupação do solo e assegurar o modo sustentável de exploração dos recursos naturais (ICMBIO, 2017).

Imagem 2: Localização da APA Upaon Açú-Miritiba-Alto Preguiças.



Fonte: ICMBIO.

As particularidades ambientais do município e a significativa presença de corpos hídricos ao longo do território foram fundamentais para o povoamento na sua origem e a sua permanência até os tempos atuais, pois possibilitou a exploração das áreas naturais para a realização das atividades produtivas e o abastecimento doméstico e a dessedentação animal com a disponibilidade hídrica.

Os habitantes de Icatu desenvolvem suas atividades produtivas em suas localidades, a exemplo da pesca artesanal, da agricultura itinerante e do extrativismo vegetal, aproveitando os recursos naturais disponíveis. Tais atividades são responsáveis pela reprodução física cotidiana dos moradores, através da produção de alimentos para o autoconsumo e de renda com a comercialização do que fora produzido.

Além dessas atividades tradicionais, são realizadas outras estratégias de produção de renda e de alimentos, como a pecuária, o artesanato, assim como de comércios e serviços. Contudo, essas práticas são empreendidas em menor escala e, em muitos casos, são realizadas como complementares aos ofícios tradicionais.

Na agricultura, a principal modalidade desenvolvida é o plantio das roças de toco, voltadas para a produção da mandioca e o seu posterior beneficiamento. O

destaque para o cultivo da mandioca ocorre tanto pela especificidade do solo dessa região, que impossibilita a inserção de outra cultura, quanto por ser uma herança ancestral.

A atividade agrícola possui um grande impacto na vida socioproductiva do município. Durante sua realização são desenvolvidas relações sociais de produção que permitem o desenvolver de etapas do ciclo agrícola que dependem de mais força de trabalho. É acionada ainda uma gama de saberes tradicionais que norteiam essa prática e garantem a concretização dessa atividade a partir de instrumentos e técnicas próprias.

A farinha de mandioca representa para muitas famílias de Icatu a principal via para a arrecadação de dinheiro, além de um importante elemento nutricional. A comercialização da farinha possibilita a aquisição de bens e serviços indispensáveis ao cotidiano dos moradores.

O extrativismo é outra estratégia produtiva tradicional muito empreendida nas comunidades de Icatu, que se valem da grande diversidade de ambientes naturais em seus territórios para a coleta de produtos de origem vegetal e animal. Essa atividade possui na pesca artesanal o seu principal expoente, mas o consumo e a venda de frutas e frutos (*in natura* ou beneficiados) também apresenta grande destaque.

O recolhimento de produtos vegetais na natureza, como a juçara, o buriti, o babaçu, o bacuri, o murici, dentre outros, é um dos meios encontrados pelos quilombolas para o abastecimento alimentar doméstico e também para a comercialização. Os ambientes utilizados para o desenvolvimento dessa atividade são, em sua maioria, locais de uso comum das comunidades, tais como, brejos, igarapés, margens dos rios e nas matas.

O território marinho de Icatu é outro importante elemento natural para os moradores na geração de alimentos e de recursos financeiros, além de ser imprescindível para o acesso a Ilha do Maranhão e a outras localidades do município. Nas comunidades situadas no litoral, como Jussatuba, Salgado, Sertãozinho, Santa Maria, Papagaio, Maruim e Itapera, a realização da atividade pesqueira implica diretamente na economia municipal.

As características do litoral de Icatu e sua grande piscosidade, somadas as formas tradicionais de pescaria empregadas pelos pescadores do município proporcionam a captura de diferentes espécies de peixes e frutos do mar. Para isso,

se valem do extenso litoral composto por distintas áreas, como manguezais, igarapés e estuários, que possibilitam a captura de quantidades suficientes para o autoconsumo e a comercialização.

As regiões estuarinas e de manguezais presentes em Icatu servem para a reprodução de diversas espécies de peixes, crustáceos e mariscos, como berçário para diferentes aves e garantem a preservação de espécies ameaçadas como o peixe-boi marinho e de algumas espécies de tartarugas marinhas, que utilizam os recursos dessas regiões para alimentação, reprodução e desova.

3. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA MARIA: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E UM MAR DE POSSIBILIDADES.

A comunidade quilombola de Santa Maria (Mapa 06) está localizada na zona rural de Icatu, a cerca de vinte e cinco quilômetros da sede do município, tendo como acesso terrestre uma estrada vicinal que a interliga aos demais povoados. Santa Maria é banhada pela Baía de São José de Ribamar, que a separa, por mar, da Ilha do Maranhão.

A curta distância por mar entre a comunidade e a cidade de São José de Ribamar, localizada na Ilha do Maranhão, do outro lado da baía, (em torno de cinquenta minutos utilizando barcos motorizados) possibilita uma grande comunicação entre essas localidades. O mar (Imagens 03 e 04), além de facilitar o deslocamento dos moradores para outros lugares próximos, permite o desenvolvimento da atividade pesqueira.

Imagem 3 - Vista da comunidade para a Baía de São José de Ribamar



Fonte: Castelo Branco, 2021.

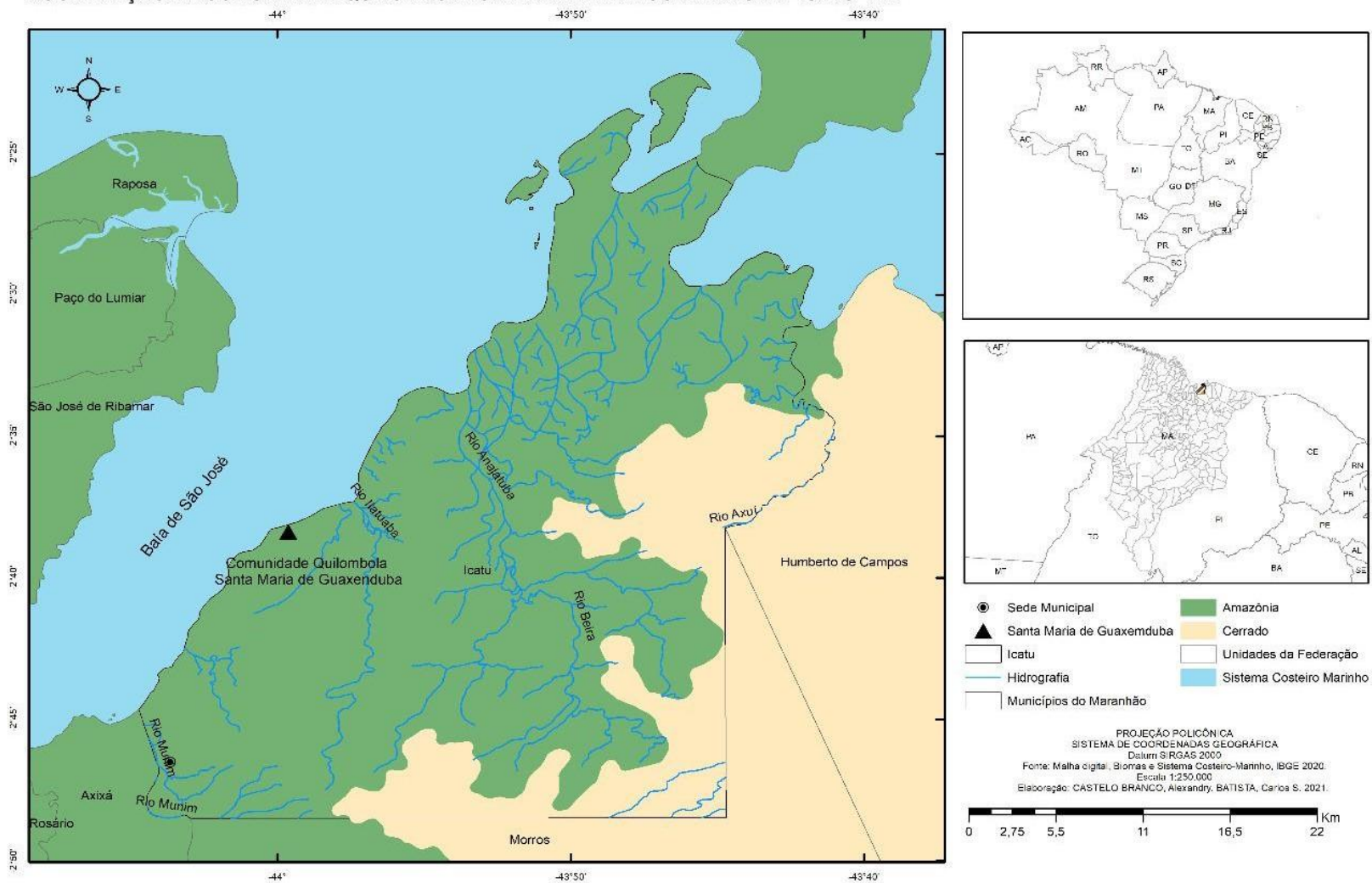
Imagem 4 - O mar ao final da rua principal da comunidade.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Mapa 6 - Localização da Comunidade Quilombola de Santa Maria.

LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA MARIA DE GUAXENDUBA - ICATU -MA.



Elaborado por: Castelo Branco; Batista, 2021.

A comunidade tem aproximadamente 110 famílias distribuídas ao longo do seu território. A maioria das residências é construída em alvenaria, estando dispostas no decorrer da estrada principal que termina na descida para a praia, as demais estão localizadas nas ruas transversais (Imagem 05). Não há linhas de transporte coletivo que atenda a comunidade, o deslocamento dos moradores é feito através de veículos particulares.

Imagem 5 - Disposição das moradias na comunidade Santa Maria.



Fonte: Google Earth, 2021.

A acanhada infraestrutura observada na comunidade contempla a estrada principal de piçarra (que se encontra deteriorada por conta da lixiviação) (Imagem 06), ruas de areia, sistema de energia elétrica em todas as residências, fornecida pela empresa Equatorial Maranhão e sistema de abastecimento de água. Santa Maria possui também uma escola de nível fundamental em atividade e outra abandonada, pequenos comércios, clubes de festa, bares, igrejas católica e evangélica e campo de futebol.

Imagem 6 - Rua principal de Santa Maria



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Na comunidade não existem estabelecimentos de saúde. Quando um morador apresenta alguma enfermidade ou precisa realizar consultas e exames, recorrem à sede municipal ou se deslocam de barco à cidade de São José de Ribamar. Além desses, os moradores de Santa Maria acessam vários outros serviços na cidade de São José de Ribamar, que não dispõem em sua comunidade ou na sede de Icatu. Correspondentes bancários, lojas de eletrodomésticos e de materiais de construção, supermercados, dentre outros. Essa fluente comunicação com São José de Ribamar, possibilita ainda a comercialização da produção dos moradores de Santa Maria, como a farinha de mandioca, o peixe e o camarão.

Apesar do grande fluxo de barcos, não existem linhas de transporte coletivo aquaviário entre esses dois pontos. O ir e vir pelo mar dos moradores ocorre por meio dos barcos individuais, que são utilizados na atividade da pesca. Ademais, não existe nenhum porto ou similar na comunidade, as embarcações ficam atracadas na faixa litorânea (Imagem 07).

Imagem 7 - Local de atracação dos barcos na comunidade.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Por conta da proximidade com a Ilha do Maranhão, em 2018 foi anunciada pelo governo do estado do Maranhão, através da Agência de Mobilidade Urbana-MOB, a implantação de uma linha de Ferryboat que ligaria a cidade de São Luís através de um porto localizado na zona rural da capital à Icatu, que teria seu atracadouro na praia da comunidade de Santa Maria (Imagem 08).

Imagem 8 - Divulgação do projeto de Ferryboat entre São Luís e Icatu.



Fonte: Agência de Mobilidade Urbana, 2018.

O projeto teria como finalidade principal encurtar a distância entre a Ilha do Maranhão e os pólos turísticos do Munim e Lençóis, facilitando assim o fluxo de turistas a essas regiões. O projeto previa o início das obras para o primeiro semestre de 2018 e o começo da operação de transporte para o segundo semestre do mesmo ano, porém, até o presente momento, não foi executada nenhuma de suas etapas.

Santa Maria está em um ponto estratégico que permite, não somente a comunicação física, mas também a tecnológica com as demais localidades. É uma das poucas comunidades localizadas na zona rural de Icatu em que o sinal de telefonia das diferentes operadoras que atuam no Maranhão funciona, sem que seja preciso o uso de antenas ou similares. O sinal é captado das antenas de telefonia localizadas em São José de Ribamar, permitindo também o acesso à internet.

Todavia, a proximidade com a Ilha do Maranhão não traz somente benefícios à comunidade, como também coloca problemas sociais, ligados à criminalidade, na rotina dos moradores desse pacato lugar. Ocorreram casos onde criminosos oriundos da Ilha se deslocaram a barco até a comunidade para praticar furtos e assaltos contra os moradores.

Outro problema enfrentado por Santa Maria pela sua localização é a deposição de resíduos sólidos na faixa da praia, oriundos de outras localidades que são levados pela maré até a comunidade. A comunidade não dispõe do serviço municipal de coleta de resíduos sólidos, nem de tratamento de esgoto. Os moradores descartam o seu lixo em valas escavadas no quintal e, quando podem, incineram.

A situação geográfica privilegiada da comunidade engloba além da proximidade ao mar e da Ilha do Maranhão, áreas de mata, com vegetação e solo agricultáveis, rios para o abastecimento hídrico da comunidade, brejos para a coleta de frutas e frutos e o mangue, onde os moradores retiram alguns frutos do mar.

3.1. A etnogênese do território: a territorialização da comunidade quilombola de Santa Maria.

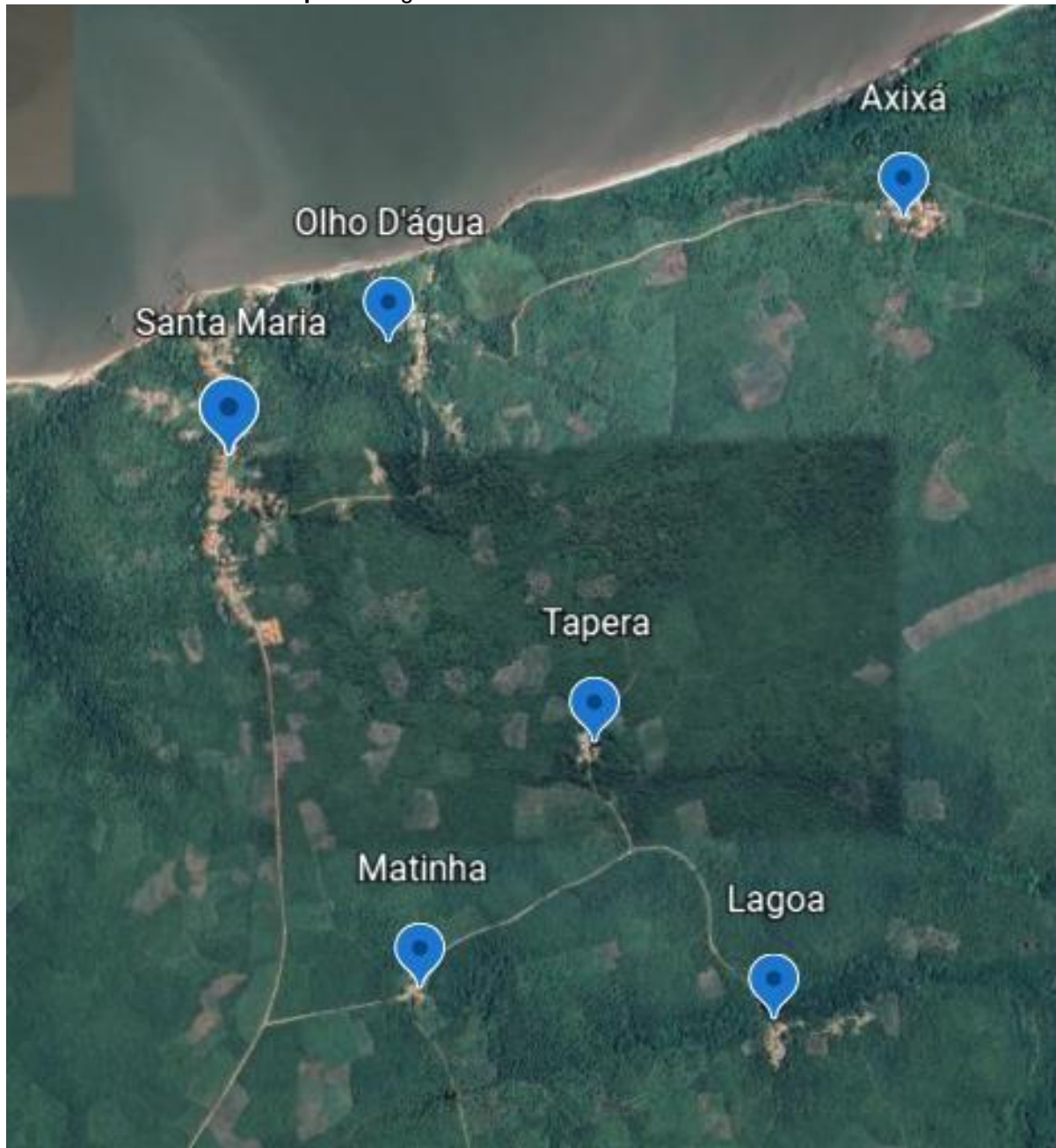
Em 1614 ocorreu, no local onde atualmente está situada a comunidade, a Batalha de Guaxenduba, onde tropas portuguesas e francesas travaram uma sangrenta disputa pelo domínio do território maranhense. A toponímia do povoado é oriunda do “Sítio de Santa Maria de Guaxenduba”, nome dado ao lugar aonde os portugueses vindos de Pernambuco se estabeleceram para a batalha. A comunidade é chamada de Santa Maria e de Santa Maria de Guaxenduba, o nome “Guaxenduba” deriva do tupi, significa lugar com abundância de guaxima, uma planta típica dessa região, encontrada em abundância margeando a praia (ALMEIDA, 2016).

Almeida (2016) pontua ainda que o território onde a comunidade se encontra foi o mesmo lugar da aldeia dos indígenas tapuias, trazidos de Pernambuco por Jerônimo de Albuquerque para Batalha de Guaxenduba. De acordo com Élide Torres, com o declínio da Vila de Icatu e o processo de abolição da escravatura, os escravizados que trabalhavam de modo servil em uma fazenda no entorno de Santa Maria negociaram a posse da terra com os senhores em troca de uma significativa quantidade de farinha de mandioca. Ainda segundo ela, o processo de formação do quilombo de Santa Maria está vinculado ao quilombo Olho D'água, localizado nas proximidades, de onde partiram algumas famílias que começaram o povoamento desse lugar, ainda habitado pelos indígenas participantes da Batalha de Guaxenduba.

Apesar dos fatos históricos ligados a influência indígena desse lugar, a comunidade se autodeclara quilombola. Todavia, esse reconhecimento enquanto uma “comunidade quilombola” só ocorre em 2005, com a participação, à época, da presidente da Associação de Moradores de Santa Maria, Élide Torres, em reuniões do movimento negro em outros municípios, onde se apropriou das discussões, se identificou enquanto quilombola e levou até a comunidade essa pauta, logo reforçada pelos moradores que, cientes de sua história e de como fora construída a comunidade, se reconheceram enquanto quilombola. Élide afirma que até então, a comunidade não tinha conhecimento sobre a questão quilombola, se reconheciam apenas como um povoado da zona rural de Icatu.

Em 2007, a Fundação Cultural Palmares certificou a Região de Santa Maria de Guaxenduba como uma comunidade quilombola. A Região de Santa Maria é um território composto por seis comunidades próximas: Olho D'água, Axixá, Lagoa, Matinha, Tapera e Santa Maria (Mapa 07). A decisão pela abrangência dessas comunidades em um mesmo território ocorreu pela proximidade física e pelos laços familiares e afetivos existentes entre os habitantes desses locais.

Mapa 7 - Região de Santa Maria de Guaxenduba.



Fonte: Google Earth, 2021. Elaborado por: Castelo Branco, 2021.

Das comunidades pertencentes à Região de Santa Maria de Guaxenduba, Santa Maria é a maior e a mais populosa e a que consegue exercer maior influência sobre as demais, seguida por Olho D'água. As demais possuem poucas residências e se originaram mais recentemente que essas duas. Nessas comunidades, a dinâmica socioprodutiva apresenta semelhanças, por conta da proximidade e das relações de parentesco existente entre moradores de diferentes comunidades.

Essas comunidades estão dispostas espacialmente nesse grande território (ainda não delimitado) de modo que algumas são bem próximas fisicamente de Santa Maria, se distanciando em poucos metros, e outras mais afastadas. O acesso entre elas é feito por ruas de piçarra e areia que partem da estrada principal.

A Associação Quilombola da Região de Santa Maria assiste a todas essas comunidades, recebendo suas demandas e levando aos órgãos responsáveis. Até o presente momento, a Associação não possui uma sede física, mas, como a presidente é residente da comunidade Santa Maria, as pessoas acabam indo procurá-la em sua casa para tratar de assuntos pertinentes às comunidades.

3.1.1. Quilombo em movimento: mobilização e representatividade da comunidade quilombola de Santa Maria.

Santa Maria é um exemplo positivo de organização social, isso é refletido no aspecto comunitário de mobilização e luta pela garantia de direitos socioterritoriais. A criação, em 2005, da Associação de Moradores da Comunidade de Santa Maria foi motivada, à priori, pela necessidade de ter uma representatividade diante de órgãos e entidades políticas, para buscar a melhoria das condições de infraestrutura, pois até então a comunidade não possuía energia elétrica, escola, abastecimento de água, nem estrada que a ligasse a outras localidades.

Élida Torres foi uma das pioneiras na luta pela criação da Associação e foi eleita presidente nos dois primeiros mandatos, e no momento está ocupando esse cargo novamente. Segundo ela, a comunidade entendeu que somente se organizando em uma associação seria possível buscar, pela via política, a melhoria para o lugar. As reivindicações da Associação junto a diferentes organismos promoveram conquistas como a estrada, a energia elétrica em 2007 e um sistema de abastecimento de água pelo Núcleo Estadual de Projetos Especiais-NEPE.

Com o fortalecimento da pauta pelo reconhecimento da identidade étnica quilombola, a Associação de Moradores de Santa Maria passou a se chamar, ainda em 2005, Associação Quilombola da Região de Santa Maria de Guaxenduba, contendo os 6 territórios aqui já mencionados. A existência da associação é passo fundamental para o processo de titulação do território quilombola, pois os órgãos responsáveis pela titulação desses territórios, como o ITERMA e o INCRA exigem, em seu trâmite, a presença de uma associação de moradores, pois ela será responsável por intermediar o diálogo entre a comunidade e o órgão.

Diante da certificação emitida em 2007 pela Fundação Cultural Palmares, a Associação iniciou o processo de titulação da Região de Santa Maria de Guaxenduba primeiramente no INCRA, mas, por questões burocráticas, não teve continuidade. O processo então foi enviado ao ITERMA em 2019, e logo foi colocado como prioridade para titulação, como exposto pelo João Vitor Fontoura, coordenador de comunidades tradicionais do órgão. Atualmente, o processo está em sua fase final, aguardando os demais trâmites legais para sua conclusão.

A titulação do território quilombola é um artifício legal que permite a salvaguarda dos territórios e das territorialidades quilombolas contra antagonismos que venham a ameaçar seus modos de vida. Para a comunidade de Santa Maria, a titulação tem como principal finalidade a busca por políticas específicas direcionadas às comunidades quilombolas, em especial, a melhoria da infraestrutura da comunidade e o incentivo à produção.

A melhoria da infraestrutura da comunidade é, por sinal, a principal demanda repassada pelos moradores para a Associação, que cobram da mesma, medidas para reformar as ruas dentro da comunidade e a estrada que lhe dá acesso. Além disso, outras demandas são feitas à Associação, como abastecimento de água, energia elétrica, emissão de declarações, dentre outras.

Em alguns momentos, a relação da comunidade com a Associação é conflituosa, por conta, segundo Élide, de visões contrárias à atuação da Associação, pelas demandas não atendidas e por questões envolvendo o processo de titulação territorial. Atualmente há um atrito envolvendo a atuação do ITERMA, que pretende titular a comunidade como território coletivo e alguns moradores que detêm a titularidade de terras particulares (o papel de terras). Esses moradores se vêm ameaçados por conta da titulação coletiva da comunidade, e por consequência a invalidação de territórios particulares e a exclusão da comunidade de pessoas que

não se declaram quilombolas. Por conta disso, a Associação foi acusada por essas pessoas de querer roubar as terras, sob a bandeira da posse coletiva da comunidade quilombola. Essas mesmas pessoas acreditam que Santa Maria ser uma comunidade quilombola é uma invenção de Élide Torres.

Élide Torres, pela sua formação acadêmica⁷ e articulação com movimentos sociais; e sua numerosa família, que se expandiu com o passar dos tempos, possuem grande influência dentro de Santa Maria. Sua mãe, Catarina, é uma das matriarcas da comunidade, de enorme representatividade, dona de bar e pousada. Dodoca⁸, sua irmã, foi eleita vereadora de Icatu no último pleito. Seus outros irmãos e os demais parentes são reconhecidos pelos seus trabalhos na pesca e agricultura.

Além do mais, Élide estabeleceu grande comunicação com órgãos onde são desenvolvidas políticas de âmbito estadual voltadas às comunidades quilombolas, a exemplo da SEIR e do ITERMA. Com a prefeitura municipal, a comunicação se estreitou nos últimos tempos, pois Élide passou a compor a atual gestão, trabalhando em um cargo na Secretaria de Assistência Social voltado à questão quilombola. Já com órgãos federais vinculados ao tema, como o INCRA, a relação é mais restrita. A Associação estabeleceu ainda parcerias com a ACONERUQ, CONAQ, CCN, e outras entidades que trabalham a temática negra/quilombola.

A Associação é um importante instrumento na luta por direitos que garantam melhores condições de vida para os moradores de Santa Maria. Por muito tempo, a mobilização política da comunidade se restringiu a Élide Torres e aos poucos membros que compunham a Associação. A juventude local, por exemplo, pouco se envolvia nas questões relativas à comunidade, mesmo convivendo com algumas adversidades, em especial a falta de emprego e qualificação.

Em 2019, movidos pela presença de alguns projetos de desenvolvimento na comunidade, os jovens passaram a se organizar coletivamente em um projeto chamado “Jovens em Ação” (Imagem 09), criado em parceria com a juventude de outras comunidades quilombolas circunvizinhas. Esse grupo tem por objetivo a mobilização dos jovens para a busca de melhores condições para as suas comunidades, além de emprego e renda para essa parcela da população.

⁷ Élide é formada em Serviço Social.

⁸ Além de vereadora, Dodoca foi eleita presidente da Associação Quilombola da Região de Santa Maria de Guaxenduba na última votação para o cargo. Mas, por conta do compromisso como vereadora, teve que repassar a presidência à Élide até a convocação de novas eleições.

Imagem 9 - Logo do Projeto Jovens em Ação.



Fonte: Página do projeto Jovens em Ação no Facebook.

Os Jovens em Ação atuam nas comunidades promovendo debates que envolvem a preservação da natureza, a capacitação dos jovens, o resgate e a valorização das tradições da cultura quilombola, como verificado no Sarau realizado pelo grupo (Imagem 10).

Imagem 10 - Sarau do Grupo Jovens em Ação.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

No Sarau dos Jovens em Ação, realizado em 2019 na praia de Santa Maria, o grupo promoveu um diálogo com a comunidade através de falas de lideranças do movimento negro maranhense. Ocorreram também oficinas, venda de comidas típicas, apresentações culturais, como o tambor de crioula, rodas de capoeira e cânticos tradicionais da luta quilombola. Esse sarau teve como objetivo principal arrecadar fundos para a construção de uma biblioteca para atender as comunidades.

O grupo atua junto a órgãos municipais e universidades para buscar capacitação dos jovens e propõem a eles formas de desenvolvimento local pautados no turismo de base comunitária e nas atividades produtivas tradicionais. Possui ainda parcerias com a União das Comunidades Quilombolas do Município de Icatu – UCQMI para a realização de atividades nas comunidades quilombolas do município.

A UCQMI é uma entidade de representação, na escala municipal, das comunidades quilombolas do município de Icatu, criada para atender a demanda desses territórios, onde lideranças debatem acerca de questões vivenciadas em suas comunidades. Élide Torres é uma das componentes da coordenação da UCQMI. Além disso, a UCQMI luta pela garantia de direitos e pelo acesso às políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, assim como, batalha junto com as comunidades contra antagonismos que venham a ameaçar as suas territorialidades ou os recursos naturais existentes.

Buscando fortalecer a temática quilombola no município, a UCQMI realiza trabalhos promovendo a cultura quilombola (Imagem 11), a formação de lideranças e incentiva a busca por direitos e por uma maior mobilização dos moradores que integram essas comunidades. Apoia a luta das comunidades pela titulação, orienta sobre a importância dela, e auxilia nas questões burocráticas envolvidas.

Imagem 11 - Encontro coordenado pela UCQMI.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A atuação da UCQMI nas diferentes escalas de poder é fortalecida através de parcerias com instituições que trabalham com a temática racial, como o ITERMA, o INCRA, a CCN, a Fundação Cultural Palmares - FCP, a CONAQ, a ACONERUQ etc.

Esses instrumentos de representação e mobilização quilombola ligados à comunidade de Santa Maria são movimentos sociais que detém projetos de luta e

reivindicações em face da coletividade. Para Gohn (2011, p. 335), os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”.

Essas representatividades buscam a congregação da comunidade, e juntas demandam pautas que visam o fortalecimento do território de Santa Maria e melhores condições para os quilombolas. Essas pautas diversificadas, em torno de questões mais simbólicas e de estilo de vida, a questões burocráticas, envolvendo titulações dos territórios são características dos “novos movimentos sociais”.

Gohn (2011) revela que os “novos movimentos sociais” foram construídos a partir da insurgência de novos atores sociais, não mais proletariados, mas sim jovens, mulheres, povos tradicionais, estudantes, dentre outros, que pautavam suas lutas em uma melhora na qualidade de vida e o respeito às diferentes formas de vivê-la. Defendem também formas de autonomia territorial, coletividade e desenvolvimento de atividades independentes ao poder do Estado.

Os novos movimentos sociais seriam formas particulares de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca de reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materiais”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas (ALONSO, 2009, p.64).

Os novos sujeitos de atuação desses movimentos possuem seu modo de atuação desvinculado do poder político-partidário e da grande mídia; voltado para a afirmação de identidades coletivas e para a manutenção das formas de vida, que estão sob a ameaça do desenvolvimento proposto pelo Estado e pelo mercado (ALONSO, 2009). Para Almeida (2006, p.26):

Foi exatamente esse fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levaram as pessoas a se agruparem a uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a algum povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demanda face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra. (ALMEIDA, 2006, p.26).

O agir coletivo e coordenado da Associação, dos Jovens em Ação e da UCQMI frente às adversidades históricas é uma das formas mais significativas de resistência, que ganha força e se realiza através da união e da comunhão de ideais, na busca por melhores condições de vida e para a salvaguarda dessas territorialidades. O engajamento dos quilombolas fortalece a comunidade,

expandindo-a para uma unidade social mais ampla, onde é possível estabelecer formas de atuação que protejam suas territorialidades.

3.2. A construção simbólica do território de Santa Maria.

As comunidades quilombolas são territórios cercados de simbolismos, que foram construídos pelos moradores a partir da sua história, de sua identidade étnica coletiva e das formas específicas de uso dos seus territórios. Para Tuan (1980, p. 116), “um símbolo é um repositório de significados. Os significados emergem das experiências mais profundas que se acumularam através do tempo”.

Haesbaert (2007, p. 23) aponta que “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de „funções” quanto na produção de „significados””. De acordo com Castro (1997, p.177), “o território, enquanto forma e símbolo, é o continente que afeta o seu controle social e é da mesma forma afetado por ele”.

Mais do que fonte de sobrevivência, a terra é um registro simbólico por excelência e, apesar da racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 1997 p.156).

As simbologias desses territórios são marcas impressas através do sentimento de pertencimento e de identificação dos quilombolas com os seus lugares. A topofilia, ou seja, os elos afetivos dos seres humanos com o lugar, ou meio ambiente material (TUAN, 1980), constitui elemento-chave na produção de territórios.

Diegues (2008) aponta que o território fornece às comunidades tradicionais os meios de subsistência, de trabalho e produção, assim como, representa a base material para as relações sociais que compõem a estrutura de uma sociedade. Santos (2007) complementa, afirmando que o território é, indissociavelmente, o fundamento do trabalho, da moradia, o lugar das trocas, da subsistência material e do exercício da vida.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir da manifestação de sua existência. (SANTOS, 2007, p.13)

O território é o *locus* das manifestações dos modos de vida e das relações sociais e identitárias de uma comunidade. Para Haesbaert (2007), o território é um construtor de identidades, no caso dos quilombolas, identidades territoriais. “A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” (SANTOS, 2007, p. 13).

Haesbaert (2021) sugere que para compreender mais a fundo as cosmovisões das comunidades tradicionais é fundamental analisar as suas relações com o território, ou seja, as suas territorialidades, pois representam formas particulares de encarar o território como recurso essencial à sobrevivência, avesso assim à típica visão funcionalista, restrita e de acumulação, adotada pelo sistema capitalista.

A territorialidade da comunidade quilombola de Santa Maria se materializa na manifestação, pelos quilombolas, dos seus modos de vida tradicionais, ligados aos seus laços familiares, às suas relações sociais e produtivas, às atividades do cotidiano, à cultura e a religiosidade. Tal territorialidade é resultado da expressão de uma identidade étnica coletiva, construída a partir da luta e resistência de seus ancestrais frente ao regime escravista, que lhes submeteu às diferentes e desumanas formas de sujeição.

Devido a sua origem, a maioria dos moradores da comunidade possui um grau de parentesco, de compadrio, assim como foram estabelecidos vínculos de amizade com não familiares ali residentes. Essas relações foram e ainda são fundamentais para a construção física e social desse território, permitindo que as atividades produtivas e do cotidiano sejam executadas através do espírito de reciprocidade.

Para Wortmann (1990), nas comunidades camponesas, se alguma família se encontra necessitada de meios vitais a sua existência, ou carecendo de auxílio para a realização de determinada atividade, ela é ajudada pelo espírito de generosidade da comunidade. A comunidade funciona dessa forma como uma “cápsula protetora”, regida pela solidariedade e fundamental para o desenvolvimento da vida (WOORTMANN, 1990).

Os princípios da reciprocidade e as relações de parentesco permitiram à comunidade Santa Maria a manutenção, ao longo dos tempos, dos modos de vida impressos nesse território, ao mesmo tempo em que garantiu renda e alimento aos produtores, através da solidariedade, imprescindível no desenvolvimento das atividades produtivas, ao se convergir em uma unidade de trabalho mais ampla.

A construção simbólica de Santa Maria passa ainda pela manifestação e manutenção de saberes, práticas e tradições ancestrais de grande valor identitário. Essas particularidades herdadas dos seus antepassados guiam a vida dos quilombolas até os tempos atuais e é a partir delas que são conduzidos os seus ofícios. Na comunidade, as atividades produtivas são regidas a partir de saberes e técnicas tradicionais apreendidas a partir da *práxis* e transmitidas de geração em geração. Tais saberes possuem como principal marca a relação de conhecimento e respeito aos ritmos da natureza.

Nessas atividades, a reverência a construtos religiosos e a simbologias são seguidos como condição fundamental para a realização e sucesso de suas práticas. A pesca, por exemplo, é cercada de simbolismos e nela são empreendidas formas de uso norteadas pelo respeito ao mar. Em suas práticas, o pescador se apega à religiosidade para a sua proteção durante a sua permanência nas águas e para o sucesso de suas pescarias.

Imagem 12 - Ritual de batizado da biana pesqueira.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A imagem acima representa o batismo de uma biana⁹ de um pescador da comunidade que passou por uma reforma e voltou a ficar disponível para a realização da atividade. Por ficar longe do mar por algum tempo, a biana precisou

⁹ Tipo de barco pesqueiro motorizado de pequeno porte.

passar por um novo ritual de batismo¹⁰, para a proteção da tripulação durante a empreitada ao mar, assim como para pedir fartas pescarias.

O cotidiano da comunidade possui forte referência na religiosidade. Atualmente, a maioria das manifestações religiosas realizadas em Santa Maria é voltada às igrejas católica e a evangélica. As religiões de matriz africana foram, segundo Dona Catarina, deixando de ser cultuadas na comunidade por conta, especialmente, do preconceito de alguns moradores. Todavia, ainda são percebidas no dia-a-dia da comunidade, em benzimentos, orações, simbologias e manifestações culturais, como o tambor de crioula.

São realizadas na comunidade algumas atividades culturais como o festejo da padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Vitória, que acontece 19 de novembro, o tambor de crioula, o bumba-meu-boi de matraca (Boi Brilho de Guaxenduba) no período junino (Imagem 13), e datas comemorativas, como a festa do réveillon, tradição da comunidade.

Imagem 13 - Boi Brilho de Guaxenduba.



Fonte: Página de Élide Torres no Facebook, 2020.

Ao não conceber o território apenas como uma fonte de recursos vitais para a reprodução da comunidade, os quilombolas de Santa Maria expressam as suas territorialidades, que estão diretamente associadas à religiosidade, saberes, tradições e costumes, de modo a reforçar sua identidade étnica coletiva e o sentimento de pertencimento a esse lugar.

¹⁰ O batismo foi conduzido por Dona Catarina, uma liderança da comunidade, e contou com orações e bebidas alcólicas, e a ajuda da comunidade para levar a embarcação ao mar.

Mas, enquanto território usado (SANTOS, 1998), Santa Maria também proporciona os meios materiais para a existência de seus moradores, através da apropriação e transformação da natureza nas atividades produtivas desenvolvidas, de onde são captados alimentos e dinheiro para a reprodução física e social das famílias.

3.3. O peixe e a farinha: uso e exploração do território de Santa Maria.

Em Santa Maria são desenvolvidas atividades produtivas rurais que são responsáveis por garantir alimento para o provisão familiar e renda para os moradores envolvidos no processo produtivo, através da comercialização do excedente da produção. O extrativismo marinho representado pela pesca artesanal e pela coleta de mariscos; e a agricultura voltada para a produção de mandioca são as principais atividades realizadas na comunidade.

A coleta de frutos e frutas, como a juçara, o buriti, o bacuri, o murici, a manga, etc., é outra importante estratégia empreendida pelos moradores para a produção de alimentos e de dinheiro, mas realizada em menor escala que a agricultura e a pesca. Na comunidade, o babaçu, apesar da grande ocorrência, não é muito explorado para o fabrico de óleos e azeitas. Sua utilização é maior na fabricação de carvão vegetal. Da palmeira do babaçu são aproveitadas as folhas e fibras para a cobertura de casas e para a confecção de utensílios, como os cofos¹¹ e meaçabas¹².

Para os quilombolas aqui consultados, a comunidade é caracterizada por ser tanto agricultora, quanto pescadora, pois, segundo eles, a maioria dos moradores desenvolve as duas atividades. Quem é pescador possui sua roça para complementar a renda e ter sua farinha e os agricultores também se aventuram nas pescarias para consumir e comercializar os pescados apanhados.

Porém, os moradores apontam que a pesca é a principal responsável pela maior dinâmica econômica na comunidade¹³, por proporcionar melhores ganhos financeiros e em menor espaço de tempo em relação à agricultura. Para muitos moradores, a agricultura da mandioca é uma atividade complementar à pesca, realizada para que se tenha a farinha na mesa.

¹¹ Cestos entrançados por palhas da palmeira do babaçu.

¹² Esteiras confeccionadas com folhas de palmeira de babaçu e utilizadas em várias situações.

¹³ A pesca é ainda atividade produtiva rural que mais gera receita ao município de Icatu, com uma produtividade anual estimada em 3.100 toneladas de pescados (ALMEIDA, 2016).

Essas atividades são desenvolvidas a partir da apropriação dos recursos naturais disponíveis ao longo desse território. As formas de utilização dos ambientes naturais e dos bens neles presentes primam pelo modo sustentável e comunal de apropriação, fatores que garantem condições à reprodução cotidiana e futura dessa comunidade.

Na comunidade, a relação com a natureza é norteada pela ideia de apropriação temporária (e não posse) dos espaços que dispõem de determinada finalidade. Nesse sentido, Marx (2008) afirma que essa forma de propriedade/apropriação (que não constitui uma propriedade privada) é uma condição necessária à produção de valores de uso.

A noção de bens comuns para as comunidades tradicionais refere-se às formas sociais estabelecidas para a administração e compartilhamento dos recursos de modo justo e sustentável. Segundo Svampa (2016), são sistemas sociais carregados de valores e simbologias que caracterizam a identidade de uma comunidade, ajudando-a a se autogovernar. O uso comunal revela a necessidade de preservar os recursos comuns como patrimônios naturais, sociais e culturais, que possuem um valor que transcende qualquer preço. “Esse caráter de „inalienabilidade” aparece vinculado à ideia do comum, do compartilhado e, portanto, à própria definição de comunidade ou de âmbitos de comunidade” (SVAMPA, 2016, p.149).

Por otra parte, la propiedad colectiva absoluta constituye también un caso límite. Desde la más remota Antigüedad, los bienes de consumo y una parte de los instrumentos fueron objeto de apropiación privada. De la misma forma ocurrirá en el futuro, hasta donde nos permiten prever nuestros conocimientos económicos, políticos y sociológicos. La ausencia de esta distinción tan simple y evidente entre medios de producción y bienes de consumo ha contribuido y contribuye a confundir muchas cuestiones relativas al régimen de propiedad. De hecho, todas las sociedades se han situado y se sitúan entre estos límites abstractos, propiedad colectiva y propiedad privada, más o menos cerca de uno o otro límite (LEFEBVRE, 1978, p. 28).

Todavía, possuem também relações variáveis no que diz respeito à apropriação desses bens, tendo de um lado bens coletivos, e de outro, bens privados, fruto do trabalho empreendido. As formas de apropriação privada do território se restringem aos locais de moradia, que garantem a privacidade e a autonomia dos núcleos familiares. Porém, a região costeira passou a ser alvo de apropriação privada de alguns moradores, para a instalação de empreendimentos que se valem do turismo, como bares, restaurantes e pousadas (Imagem 14).

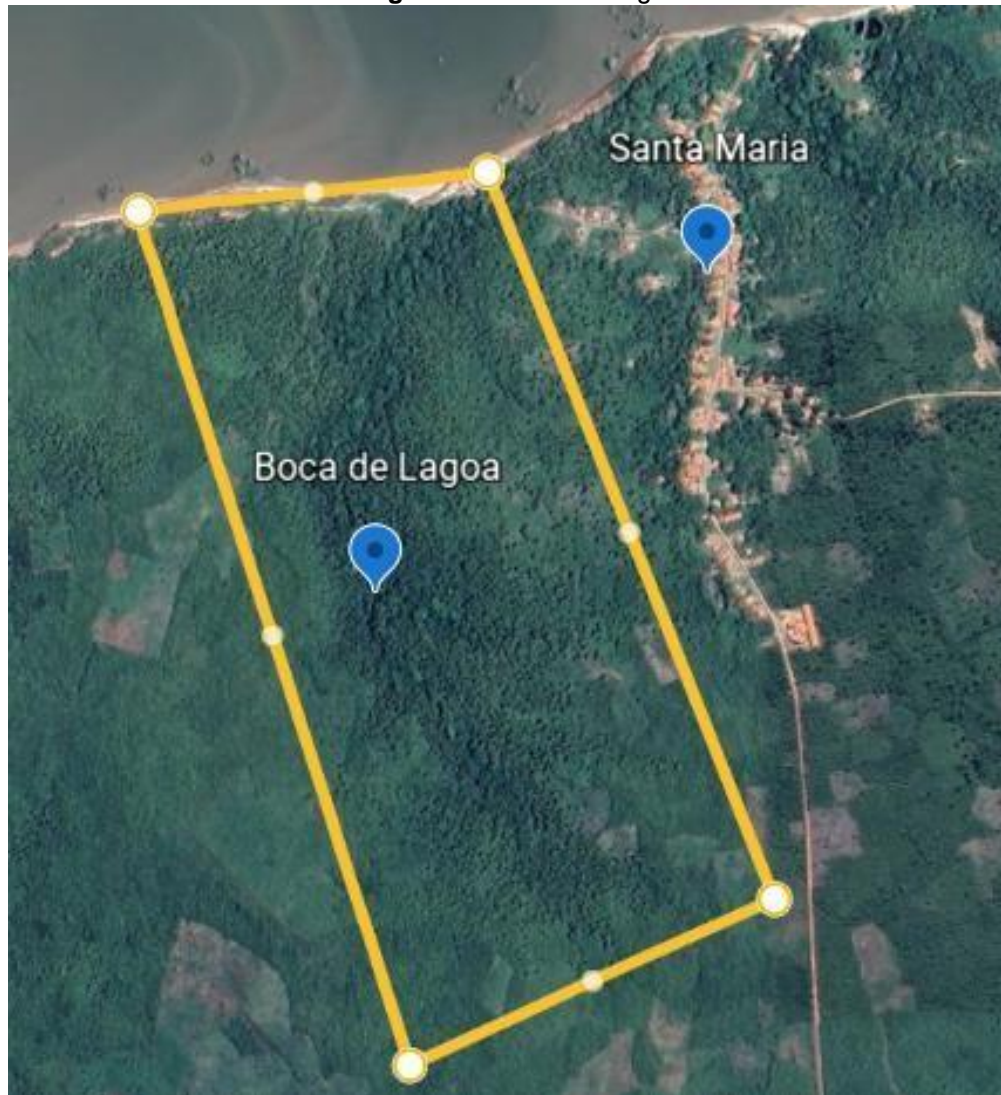
Imagem 14 - Estabelecimento construído na área da praia.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A situação geográfica proporcionou à comunidade de Santa Maria um território com grande diversidade de ambientes naturais. As áreas de mata e brejo, praia, rios e manguezais são exemplos de locais presentes na comunidade com grande oferta de recursos naturais. Contudo, dois locais são imprescindíveis para a realização das atividades produtivas: a região costeira e a área conhecida como Boca de Lagoa (Imagens 15).

Imagem 15 - Boca de Lagoa



Fonte: Google Earth, 2021.

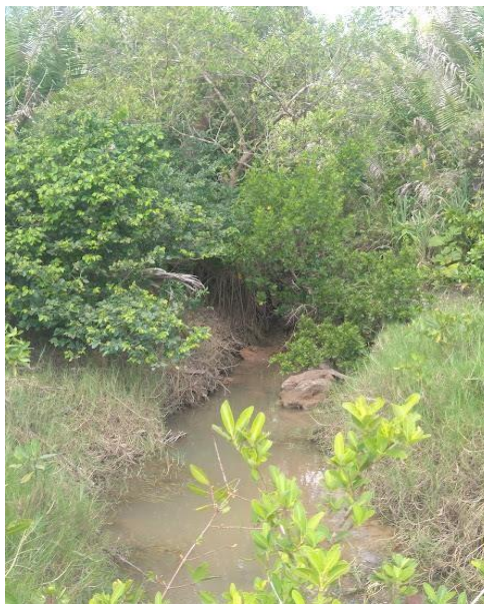
Boca de Lagoa é um lugar com uma grande diversificação de ambientes naturais, tendo rio, áreas agricultáveis e brejos de onde é extraída a juçara, o buriti e demais frutas, por exemplo (Imagens 16 e 17). Distante alguns minutos do núcleo de moradia na comunidade, Boca de Lagoa é amplamente utilizado pela comunidade de Santa Maria e pelas comunidades circunvizinhas para a realização de diversos fins, em especial para a agricultura e coleta de frutas.

Imagem 16 – Trecho do rio presente em Boca de Lagoa.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Imagem 17 - Porção de Boca de Lagoa próxima ao mar.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Todavia, esse importante lugar passa por um grave processo de degradação ambiental, que vem causando o assoreamento do rio, a perda da cobertura vegetal e deixando o solo cada vez mais lamacento. Segundo Élide Torres, as principais causas para a deterioração de Boca de Lagoa estão ligadas a extração irregular de madeira para a construção civil e a realização indevida de roçados, promovidos por pessoas da própria comunidade.

Alí tem uma outra área de alagado, que eles fazem roça lá, mas lá predomina buritizais. Ai eles fazem roça do lado do vento e quando eles tocam fogo, queima os buritizais (Maria Augusta).

Essa situação de Boca de Lagoa destoa do modo como os moradores de Santa Maria se relacionam com os recursos naturais presentes na comunidade. Os quilombolas fazem o uso racional e sustentável da natureza em seus afazeres do dia-a-dia, respeitando os ciclos e limites, para que todos da comunidade e as futuras gerações possam usufruir das riquezas naturais existentes em seu território.

De acordo com Acosta (2016), os processos sustentáveis são aqueles que se mantêm no tempo, sem comprometer as possibilidades atuais, nem das futuras gerações, pela escassez dos recursos existentes. Para Svampa (2016, p. 189-190), um processo sustentável pode ser entendido como “um conjunto de atividades possíveis que permitem desfrutar de uma adequada qualidade de vida enquanto asseguram-se a integridade da Natureza”.

A produção e a apropriação da natureza de modo sustentável presenciadas na comunidade são empreendidas por meio da utilização de saberes e técnicas tradicionais, que possuem forte influência ancestral e indígena em sua realização. Esses saberes derivam do vasto conhecimento da natureza acumulado pelos quilombolas, apreendidos a partir da oralidade e da vivência prática e repassados para as gerações futuras como modelo ideal de realização.

Tais conhecimentos englobam uma gama de saberes, que envolvem noções de eventos meteorológicos, dinâmicas do calendário lunar e a periodicidade de frutas e frutos e animais. Saber o período certo para plantar e colher, pescar e coletar é fundamental no desenvolver das atividades produtivas. Diegues (2008) afirma que nas comunidades tradicionais, as atividades produtivas são comandadas por elementos da natureza, como o aparecimento de determinada lua e do início do período chuvoso.

Há o tempo para fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher, como também há o tempo de se esperar as espécies de peixes migratórios, como a tainha. Uma vez terminado esse ciclo, ele recomeçará no período seguinte. (DIEGUES, 2008, p. 58)

No desenvolvimento das suas atividades, os quilombolas de Santa Maria utilizam técnicas e instrumentos artesanais que proporcionam a prática de seus trabalhos. As técnicas de corte e queima das roças, a construção de currais de peixe e redes de pescar, a confecção de instrumentos como cofos, meaçabas, tipitis¹⁴ e caçuas¹⁵ são alguns exemplos de técnicas e ferramentas desenvolvidas pelos quilombolas para a realização de seus processos produtivos.

Para Claval (1997, p.101-102), “o domínio do meio só é possível porque os homens souberam se cercar de um universo instrumental que os permite trabalhar a terra, efetuar as colheitas e preparar, a partir das matérias-primas disponíveis, os artigos do qual eles têm necessidade para o consumo”. Andrade (1987) conclui que a capacidade da sociedade de modificar a natureza é maior em função do domínio de técnicas e conhecimentos científicos disponíveis no espaço-tempo.

Os saberes tradicionais regem, além das atividades produtivas, as práticas do cotidiano da comunidade. A construção de casas, de utensílios domésticos, as preparações de alimentos, a criação de animais, as brincadeiras das crianças são norteadas também pelos saberes tradicionais apreendidos pelos quilombolas.

¹⁴ Equipamento confeccionado com fibras utilizado para a retirada do tucupi da mandioca.

¹⁵ Cestos feitos com fibras que são acopladas nas selas dos animais para o transporte de cargas.

A manutenção desses saberes é peça fundamental na dinâmica social e produtiva da comunidade, pois a partir deles que foi possível a fixação e reprodução nesse território. Essas territorialidades resistem a padrões hegemônicos capitalistas amplamente difundidos, que condicionam a esses saberes a ineficiência e o atraso, pois, segundo Lang (2016, p.31), “existem por fora do sistema de produção e dos mercados capitalistas”.

A produção camponesa da comunidade de Santa Maria segue à margem do cenário modernizador do processo produtivo vivenciado atualmente, seja por falta de políticas públicas, ou dificuldade no acesso ao crédito rural, ou mesmo pela resistência dos produtores em manter um sistema tradicional no qual já dominam e que atende às suas necessidades.

O modo de vida dos quilombolas de Santa Maria está assentado em valores que não se referem à acumulação nem à predação da natureza. O modo de produção desses camponeses é baseado em relações pré-capitalistas, que estão estritamente ligados com suas práticas produtivas e econômicas, desenvolvidas a partir das relações familiares e de reciprocidade e do respeito aos processos naturais.

Os processos econômicos empreendidos pelos moradores da comunidade não visam a acumulação massiva de capital, eles são necessários à satisfação das suas necessidades imediatas, que não necessariamente são corporais, como alimento e abrigo. De acordo com Polanyi (2012), essa forma de economia pode ser definida como uma economia substantiva, por apontar que a realidade elementar dos seres humanos, assim como qualquer outro ser vivo, não existir sem um meio físico que os sustente.

O significado substantivo do econômico decorre de a subsistência do homem depender da natureza e de seus semelhantes. Refere-se ao intercâmbio com seu meio natural e social, na medida em que isso resulta em lhe prover os meios de satisfazer a necessidade material. (POLANYI, 2012, p. 16)

Para Polanyi (2012), a relação do homem com a natureza, buscando a produção de economia depende fundamentalmente do funcionamento e organização básica de um grupo. Nas sociedades tradicionais, os processos econômicos estão relacionados em especial com os grupos familiares, pois, segundo o autor “são suportes da organização social” (POLANYI, 2012, p. 102).

Apesar de não estarem incorporados a uma lógica de produção capitalista maior, os quilombolas possuem relações econômicas que também interferem nos seus modos de produção e no modo de consumo, que para Marx (2008) é um momento interno na atividade produtiva, onde os produtos se convertem em objetos de gozo, de apropriação individual e servem à necessidade particular.

Na comunidade, os quilombolas reservam parte de sua produção para a comercialização visando adquirir alimentos, bens e serviços de seu interesse que não podem ser obtidos pela simples troca de produtos ou pelo trabalho em alguma fase do processo produtivo. Smith (1988, p.77) revela que “a produção de um excedente é condição necessária, apesar de não suficiente, para que ocorra a troca regular de valores de uso”.

Wortmann (1990) discute a relação entre a camponêsidade e o lucro resultante da produção e afirma que ao exercer essas relações econômicas os camponeses não deixam de ser camponeses, ou apresentam baixa camponêsidade. A integração ao mercado garante aos quilombolas de Santa Maria a aquisição de elementos básicos para sua reprodução, assim como comodidades e tecnologias atuais.

Embora essas atividades produtivas representem importante fonte de proventos, a grande dependência atualmente de benefícios sociais e previdenciários é uma realidade presenciada na comunidade e em todo município, como afirma Élide Torres. É a partir deles que grande parte dos núcleos familiares consegue se reproduzir fisicamente, já que alguns processos produtivos desenvolvidos são cíclicos, ou seja, não ocorrem intensivamente.

As atividades produtivas não são somente um modo de geração de alimento e renda para a comunidade de Santa Maria, elas são práticas identitárias, étnicas, com forte influência ancestral, desenvolvidas como forma de preservar esses importantes elementos históricos, que representaram a sobrevivência, por muitos anos, dos seus antepassados.

3.3.1. A produção agrícola de Santa Maria.

A agricultura desenvolvida em Santa Maria possui muitas similaridades com o modo de produção empregado pelas demais comunidades camponesas que possuem na mandioca a sua principal cultura. As roças de toco (Imagem 18), o emprego de técnicas e equipamentos tradicionais, a dependência dos ciclos da natureza e o beneficiamento através da produção da farinha de mandioca são características do processo agrícola de Santa Maria.

Imagem 18 - A roça de Toco



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Na comunidade, a produção agrícola promove uma significativa dinâmica social e econômica. A farinha e os outros derivados da mandioca são produzidos com objetivos de atender ao abastecimento familiar e a comercialização do excedente.

Numa linha de roça, a gente tira de trinta a quarenta paneiros, depende da marca da mandioca. Digamos que 15 sejam pra vender e os outros 15 pra comer. (Maria Augusta)

Em Santa Maria, as características edafoclimáticas favorecem a lavoura da mandioca e dificultam o plantio de outras culturas. As roças são cultivadas em áreas mais afastadas do convívio comunitário, em lugares com espaço para realizar o plantio, com solo, vegetação e topografia propícios. Os locais mais utilizados para a plantação das roças se concentram perto de Boca de Lagoa e próximo à estrada principal que dá acesso à comunidade (Imagem 19).

Imagem 19 - Roça de um morador da comunidade ao lado da estrada.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

O acesso a terra para a realização do plantio ocorre sem quaisquer conflitos na comunidade, pelo grande volume de áreas ainda disponíveis para realizar essa atividade e pela não existência, até o momento, de antagonismos que restrinjam essas formas coletivas de uso do território.

Todavia, apesar do território da comunidade ser concebido como comunal, na agricultura existe uma forma de posse que reserva a área cultivada ao núcleo familiar que ali trabalha, assim como a permanência dela no pós-colheita, chamada de capoeira. A capoeira é uma área que já foi trabalhada uma roça e passa por um processo de recuperação do solo, para servir ao plantio futuramente¹⁶.

Enquanto a terra não tem dono, as roças cultivadas e as capoeiras em descanso têm donos reconhecidos, com direito não só ao uso, mas a escolha do dono posterior... É por isso muito frequente que a roça que era cultivada pelos pais permanece com o último filho... por este ter ficado morando em casa, cultivando a mesma roça que eles (WORTMANN, 1990).

Os tamanhos das roças levam em conta a capacidade da força de trabalho familiar disponível, ou a possibilidade de custeio para que trabalhadores desenvolvam algumas fases do processo produtivo, ou ainda as relações de cooperação estabelecidas com outros núcleos familiares. O tamanho médio das roças na comunidade fica em torno de três a quatro linhas (uma linha equivale entre 50m² a 55m²), em uma linha de roça se produz, em média, trinta paneiros de farinha (sacas com 30 kg de farinha).

A agricultura aqui na Santa Maria é de porte familiar, aonde trabalha só a família junto. Vamos dizer assim: „vamos fazer quatro linhas de roça“, aí vai todos os membros da família trabalhar naquilo. (Maria Augusta)

¹⁶ A capoeira leva em média de 5 a 10 anos para se recuperar e servir novamente como roça.

Os agricultores de Santa Maria estabelecem, em diversas fases do ciclo agrícola, relações de cooperação e reciprocidade com outros núcleos familiares.

Os produtos dos roçados, por sua vez, não encontram-se sujeitos a partilhas, são indivisíveis, mesmo que formas de cooperação com outros grupos tenham sido acionadas em diferentes etapas do ciclo agrícola. Trata-se de atividade principal e autônoma à realização econômica da unidade de trabalho familiar (ALMEIDA, 2006, p. 126).

Contudo, no que tange às relações produtivas, fora afirmado pelos moradores que atualmente essa solidariedade acionada nas etapas de produção está cada vez mais sendo substituída pelas relações mediadas pelo dinheiro.

Aqui eles não trabalham mais com coletivo. Eles trabalham aqui pagando as pessoas para a limpeza da roça, capinação, plantação, até para mexer a farinha. (Maria Augusta)

Wortmann (1990) afirma que em uma comunidade camponesa essa relação de pagamento pelo trabalho desenvolvido representa uma relação de reciprocidade entre os agentes envolvidos.

Ainda que se trate, objetivamente, de uma relação de compra e venda de força de trabalho (que, nem por isso, transforma o comprador em capitalista, ou o vendedor em proletário), ela é representada - significada, pode-se dizer - através de uma categoria que expressa a reciprocidade entre iguais. Neste contexto, ajuda não pode significar a relação com o outro, mas apenas com o vizinho, um igual (WORTMANN, 1990, p.29).

A divisão sexual do trabalho expressa nessa atividade pelos quilombolas de Santa Maria é outra característica marcante observada. Algumas etapas do ciclo agrícola são desenvolvidas pelos homens, outras pelas mulheres e umas por ambos os sexos¹⁷.

Os homens roçam no período de roçagem, aí quando é depois, eles deixam para as mulheres. (Élida Torres)

Olha, eu te digo que aqui as mulheres vão mais (para a roça). Aqui os homens só vão na roçagem, na derrubada da mata e na hora de mexer a farinha. (Maria Augusta)

Os homens realizam, geralmente, as etapas que demandam maior esforço físico, como o roçado. O roçado é a etapa inicial das roças, consiste no uso da técnica do corte e queima, ou seja, os agricultores limpam a área destinada ao plantio através da capina e do corte de árvores, fazem o aceiro¹⁸ e em seguida ateam fogo no amontoado de folhas, galhos e troncos que resultaram da capina.

¹⁷ Essa é uma divisão de trabalho que ocorre na maioria dos casos, mas não em sua totalidade. Essas etapas podem ser realizadas apenas por um sexo, ou em conjunto, ou por pessoas contratadas, ou até mesmo em mutirão.

¹⁸ Delimitação feita no terreno para que o fogo não ultrapasse para outras regiões em torno da roça.

As mulheres, comumente, tomam de conta das fases seguintes, do plantio e das capinas. O plantio da mandioca (Imagem 20) é feito em torno de dois meses após o roçado, com o início do período chuvoso, que ocorre na maioria das vezes, em meados de dezembro, começo de janeiro (essa roça é também conhecida como roça de janeiro). Na comunidade existe outro modelo de roça existente, mas raramente utilizada, conhecida por roça de São Miguel.

O São Miguel, por exemplo, é roçado no final mês de maio, quando chega em agosto faz a queima. Depois da queima, no dia vinte e nove de setembro ou até antes, pois todo dia vinte nove de setembro a gente tem por tradição que vai chover, aí eles plantam. Aí se dá o nome de São Miguel, porque vinte e nove de setembro é dia de São Miguel. (Maria Augusta)

Imagem 20 - Dona Catarina cortando a maniva para realizar o plantio.



Fonte: Página de Élide Torres no Facebook, 2020.

A capina das roças de janeiro é praticada poucos meses após o plantio, para a retirada da vegetação que impede o desenvolvimento da mandioca. A colheita (Imagem 21), que acontece entre um ano e um ano e meio após o plantio, é realizada por ambos os sexos. É exercida de forma tradicional, com a utilização de utensílios artesanais e o emprego de muito esforço físico para arrancar a mandioca do solo. Findada a colheita da mandioca, a produção é transportada por animais até os rios existentes pelo território, onde os agricultores colocam a mandioca em tanques e cercados dentro do rio para que ela amoleça.

Imagem 21 - Colheita da mandioca.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Após alguns dias é exercida a etapa da descasca da mandioca, que é realizada, na maioria das vezes, pelas mulheres. Descascada, a mandioca é levada para a casa do forno (Imagem 22), para a produção da farinha. Nas casas do forno da comunidade, etapas são executadas por homens, como mexer a farinha no forno, outras as mulheres que comandam, tais como: triturar a mandioca, escorrer o tucupi e peneirar a massa.

Imagem 22 - Casa do forno localizada em Santa Maria.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A comercialização da farinha ocorre, usualmente, em São José de Ribamar. Os agricultores levam uma amostra de sua farinha a comerciantes especializados nesse produto, que avaliam e compram parte ou todo o estoque. Com a encomenda feita, levam de barco os paneiros de farinha até a cidade e lá entregam aos comerciantes. Outra forma de venda da produção relatada é a negociação com pessoas que percorrem de caminhão as comunidades de Icatu à procura da farinha.

O valor da saca de farinha varia conforme o período do ano, tendo como regulador a relação oferta/procura.

Imagem 23 - A farinha de mandioca.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A atividade agrícola representa um importante meio para se conseguir dinheiro para a aquisição de alimentos, bens e serviços para reprodução cotidiana das famílias da comunidade. Para muitos, a renda obtida com a venda da farinha é a única ou a principal forma de se conseguir dinheiro. Por isso a agricultura ainda é amplamente utilizada.

Todavia, uma série de situações vem obstando a prática dessa atividade na comunidade. A devastação causada pelos caititus¹⁹, que comem a mandioca e os outros produtos plantados nas roças é um enorme entrave para o desenvolvimento da agricultura em Santa Maria.

Tem vezes que tu tem uma sorte besta de caititu invadir, comer tudinho, aí não tira é nada. (Agnaldo)

Esse ano eu não fiz roça pelo motivo de bicho comer. Eu trabalhava perto do forte de Santa Maria e os porcos caititus iam comer lá. Eu deixei de trabalhar lá porque eles já estavam indo para lá. (Maria Augusta)

Outro percalço relatado pelos moradores é a necessidade de contratação de pessoas para a realização de alguma etapa do ciclo agrícola. Com as relações de cooperação cada vez mais escassas, os agricultores que precisam de mão-de-obra adicional em sua plantação têm que pagar profissionais²⁰ para terem condições de produzir.

¹⁹ Porcos selvagens, de rápida reprodução, que se alimentam de vegetais e tubérculos.

²⁰ Na comunidade existem pessoas que se dedicam a esse tipo de trabalho, alguns não possuem plantações, apenas ganham dinheiro trabalhando em roças de outros produtores.

O trabalho na roça não compensa. Por mais que a farinha seja cara, esteja em um preço bom, porque a gente planta, tira os tocos, aí tu vai e tem que pagar 300 a 400 reais por linha de roça para fazerem as outras coisas. O pagamento tem que ser na hora e com dinheiro. (Maria Augusta)

As vezes o caboco diz assim: „ah, a roça da dinheiro“, e passa o ano todinho trabalhando. Paga pra capinar, para recapinar, para roçar e no final quando tu vai vender o paneiro de farinha ta 150 conto. Ai no final soma pra vê se dá mesmo dinheiro. (Agnaldo)

Além disso, diferente da pesca, o lucro oriundo da agricultura é restrito a um determinado período do ano, quando o apurado da produção da farinha é vendido. Nos períodos em que a plantação ainda está em desenvolvimento, os agricultores sobrevivem com o ganho da última colheita, somado, em alguns casos, a benefícios sociais e previdenciários. Ademais, os agricultores podem desenvolver outras atividades, como a pesca e a coleta de frutas, para complementar a renda.

A roça é de ano em ano, a pescaria não. Se tu for viver de pescaria, se tu for direto mesmo, todo dia tu tem dinheiro e a roça não, faz é tirar do teu bolso. (Agnaldo)

Para os agricultores de Santa Maria, a agricultura tal qual como é desenvolvida atualmente é uma atividade que está fadada a desaparecer, pois o modo de produção vigente não está mais compensando o volume de trabalho exercido, nem os investimentos aplicados, além de não atrair as novas gerações a darem continuidade.

Essa etapa nova de juventude que tá se gerando eles não querem mais trabalhar com roça. Ai só fica mesmo aqueles que foram criados pelos pais indo para roça. (Maria Augusta)

Diante desse cenário, novas iniciativas relacionadas à agricultura passaram a ser adotadas por alguns moradores, como hortas em seus quintais, com produtos diversos, como feijão, milho, macaxeira, quiabo, maxixe e alguns temperos, como cheiro-verde, coentro, dentre outros. Tais iniciativas são resultantes de esforço e recursos dos próprios agricultores, no intuito de transformar a prática em algo mais rentável, menos oneroso, assim como diversificar a produção.

Contudo, a agricultura tradicionalmente desenvolvida em Santa Maria segue resistindo, ainda que apresente uma série de limitações, por ser a única fonte de renda encontrada pelos moradores, ou por ser a principal forma como os agricultores aprenderam a produzir, ou, simplesmente, por ter na farinha um alimento de grande valor afetivo e gastronômico.

3.3.2. “Elas são da terra, eles são do mar”: a territorialidade marinha em Santa Maria.

A comunidade de Santa Maria tem uma relação muito intensa com a prática pesqueira, pois é a atividade que promove maior ganho financeiro para os moradores que a ela se dedicam. A pesca é executada majoritariamente pelos homens da comunidade, as mulheres desenvolvem mais a pesca de linha nos arrecifes.

Os tipos de pescaria mais utilizados na comunidade são a pesca com barcos em alto mar, a pesca com redes de arrasto em baixa profundidade e a pesca com os currais de peixe. Dessas, a pescaria em alto mar é a modalidade que apresenta melhores resultados em relação à quantidade e variedade de pescados.

A pesca em alto mar ou embarcada (como é localmente conhecida) é a principal responsável pelo abastecimento de peixes na comunidade de Santa Maria, assim como em todo o município de Icatu. É também a mais complexa entre as desempenhadas, por exigir do pescador habilidades náuticas, além de recursos para a compra de equipamentos exclusivos para essa prática, como o barco (Imagem 24) e redes específicas.

Imagem 24 - Barcos pesqueiros atracados na praia da comunidade.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

O alto custo do barco pesqueiro e dos equipamentos utilizados limita o envolvimento maior da comunidade com essa modalidade de pesca. Na comunidade existem oito barcos, que são de propriedade particular ou familiar, sendo que um

desses é dedicado exclusivamente para o transporte dos moradores para São José de Ribamar²¹.

Os barcos foram comprados com recursos próprios pelos pescadores, com dinheiro conseguido com a realização da pesca ou com outra atividade. O principal modelo de barco encontrado na comunidade é a Biana (Imagem 25), que possui porte pequeno, com velas e motor movido a diesel. Não existem estaleiros em Santa Maria, os barcos são comprados e consertados em outras localidades, como Rui Vaz em Axixá, em São José de Ribamar.

Imagem 25 - Biana do pescador Ronaldo.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Para a empreitada ao mar são acionadas relações de trabalho próprias, que envolvem parcerias entre o dono do barco com pescadores especializados nesse tipo de pesca, que são chamados pelos proprietários para compor a equipe da pescaria. Os donos dos barcos escolhem seus companheiros de pescaria (de três a quatro pessoas) através da destreza apresentada durante a prática.

A gente vê aqueles que são melhores com as redes, aqueles que são mais esforçados, aí tu diz: "esse aqui eu vou levar na minha equipe", aí já chama.
(Agnaldo)

Os barqueiros possuem, geralmente, companheiros de pesca que os acompanham há muito tempo. Todavia, eles precisam atrair esses pescadores para a ida ao mar, já que precisam de suas habilidades em um determinado tipo de pesca²².

²¹ O morador conhecido por Carrinho é quem realiza o transporte. Mas quando estão disponíveis, os pescadores também transportam os moradores.

²² A equipe é formada conforme cada modelo de pescaria, ou uso de uma rede em específico.

No caso, eu como sou o patrão da rede, sou o dono da biana, no final da pescaria o meu quinhão eu ainda agarro e pego „rapaz, esse quinhão aqui divide entre vocês”, aí o pescador só quer vir para o meu lado. (Agnaldo)

No mês, os pescadores se aventuram de duas a três vezes, a depender da lua vigente²³. Como as pescarias duram de dois a três dias, os donos dos barcos realizam o “rancho”, ou seja, abastecem suas embarcações com mantimentos para suprir as necessidades dos pescadores enquanto estão no mar pescando, além disso, compra combustível e gelo para acondicionamento dos peixes já coletados.

A gente faz o rancho, como se chama. Ai a gente faz um rancho de 200 a 250 reais, que dê pra todo mundo. A gente conversa com o comerciante pra pagar quando voltar da pescaria. (Agnaldo)

Imagem 26 - Barco sendo preparado para a pescaria.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

O raio de atuação dos pescadores se concentra em áreas pesqueiras próximas a Santa Maria, em raros momentos extrapolam para outras regiões. Diegues (2008, p. 85) aponta que “para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de poder, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal”. Os locais mais piscosos apontados por eles se concentram em regiões de desembocadura de rios, em algumas croas e próximas às regiões de manguezais.

A gente pesca na nossa região, porque o peixe é mais gostoso. Esse peixe nosso aqui é mais gostoso porque quase não tem poluição [...] o lixo aparece mais quando venta diferente, venta norte, ai traz tudo de lá. (Agnaldo)

²³ As pescarias só ocorrem durante as luas de quarto crescente e minguante.

A quantidade de peixes apanhados por cada embarcação em uma só pescaria possui média de 100 a 400 kg de peixes. De acordo com os pescadores, de julho a setembro é o período de maior ocorrência de peixes, por conta do aparecimento da sardinha, isca natural que atrai os peixes maiores. As variedades de peixes mais capturadas pelos pescadores são a Jurupiranga, a Corvina e o Peixe-Pedra.

Do todo pescado, alguns quilos são retirados e divididos entre os pescadores para o próprio consumo e a maior parte é destinada a comercialização. A comercialização dos peixes e camarões apanhados é feita para atravessadores, que revendem em outras comunidades, e compradores em São José de Ribamar. Quando uma dada quantidade de pescados é alcançada, os donos das embarcações (que conduzem a negociação) levam até os comerciantes que adquirem parte ou o total do apurado.

O pagamento dos pescadores que acompanham o dono do barco é realizado, exclusivamente, com o dinheiro resultante da venda da produção, que é distribuído atendendo critérios próprios.

“O pagamento é no dinheiro. Vamos supor que deu tanto, aí sai um quinhão e meio para a rede, um quinhão para a biana e um quinhão para cada pescador (incluindo o dono do barco). A rede é quem ganha mais”.
(Agnaldo)

A rede de pesca (Imagem 27) é o elemento que mais recebe na divisão por conta da necessidade de constante manutenção e curta vida útil. Elas são utilizadas nas diferentes pescarias e variam de acordo com o tamanho, a malha e o tipo de fio utilizado para tecer. Atualmente, os pescadores de Santa Maria não fabricam mais suas redes (apenas consertam), compram em lojas especializadas em São Luís. Os tipos de redes mais encontrados em Santa Maria são as utilizadas em alto mar, como as gozeiras e de enseadas; e as pequenas redes de arrasto, como a pulsar e a redinha.

Imagem 27 - Pescador da Comunidade Santa Maria arrumando sua rede de pesca.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A pesca de arrasto é outra modalidade desenvolvida em Santa Maria. Esse tipo de pesca é realizado apenas por duas pessoas (Imagem 28), que arrastam a rede, um de cada lado, pela área de baixa profundidade do litoral. Dependendo do tipo de rede, do local e da época do ano, essa atividade produz quantidades suficientes para a distribuição entre as pessoas envolvidas e a comercialização de parte da produção.

Imagem 28 - Pescadores indo realizar a pesca de arrasto.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Diferente da pesca em alto mar, em que as grandes redes e os barcos acabam restringindo a prática a quem as possui, a pesca de arrasto possibilita que os demais moradores possam exercer a pesca, pois precisam apenas de redes mais modestas. De acordo com os pescadores entrevistados, em praticamente todas as residências da comunidade existe uma rede dessas. Ainda segundo eles, alguns

pescadores de pesca embarcada realizam, quando não estão em alto mar, a pescaria de arrasto.

Imagem 29 - Pescadores despescando a rede.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Nessa pesca, os peixes encontrados são de menor tamanho e menor valor que os apanhados em alto mar. A sardinha e a tainha são as variedades mais capturadas, assim como o camarão, de grande importância financeira para os pescadores.

Agora tá dando sardinha, embora que tá um pouco graudinha, mas tá 5 – 6 reais o quilo, aí eles cortam e vendem. Tem gente que pega 150 quilos, começa a cortar a sardinha sete horas e uma hora já terminou e vendeu. Já tá com o dinheiro na mão, isso é de todo dia. É uma renda aí, dinheiro vivo.
(Agnaldo)

Imagem 30 - Garoto recolhendo as sardinhas retiradas da rede.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A pesca e comercialização do camarão é uma estratégia, dentro da atividade pesqueira (tanto na de arrasto quanto na embarcada), de grande impacto na renda dos pescadores. O camarão, que pode ser vendido natural ou já beneficiado (como salpreso e/ou descascado) com valor agregado maior, possui enorme procura pelos compradores e valor de mercado que impulsiona a pesca desse crustáceo.

Outro tipo de pesca realizado na comunidade é a com curral de peixes (Imagem 31), que são armadilhas artesanais confeccionados pelos pescadores com várias estacas de madeira bem resistentes fincadas no chão uma ao lado da outra, formando um grande cercado (curral), onde são colocadas as redes para a captura dos pescados. Essa técnica apresenta grande engenhosidade em sua construção e operação, tendo forte influência indígena na sua concepção.

Imagem 31 - O Curral de Peixes.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Os currais são instalados em áreas de grande ocorrência de peixes, assim conseguem fisgar quantidades significativas de pescados, que são destinadas à venda, em sua maior parte. Todavia, não são de fácil instalação, exigem manutenção constante e onera muito seus donos, por isso, não são utilizados em larga escala pelos pescadores da comunidade, existindo atualmente apenas um.

Por poder ser realizada em praticamente todos os momentos do ano e promover um fluxo financeiro constante, os moradores conseguem sobreviver exclusivamente da renda oriunda da pesca, em especial a de alto mar. Contudo, eles apontam que a atividade poderia ser mais desenvolvida se alguns entraves fossem solucionados. A ausência de compradores que possam adquirir grandes volumes de pescados é apontada por eles como a principal limitadora da prática na comunidade.

No caso se chegar duas bianas chapadas de peixe, aí os caras daqui não vão dar conta de pegar esses peixes tudinho, aí tem que se deslocar para outro lugar. [...] se chegar uma quantidade de peixes alta, der bastante, eles

não vai ter como segurar, porque não vai ter como guardar esse peixe. [...] aí tem que diminuir o preço para vender logo rápido em Ribamar, para outras pessoas. (Agnaldo)

A sindicalização desses trabalhadores é outro problema por eles relatado. Alguns pescadores da comunidade são associados nas colônias de São José de Ribamar, pela dificuldade de associação no próprio município, outros se associaram como agricultores em sindicatos de Icatu. Com isso, não conseguem acessar benefícios previdenciários e recursos destinados a essa classe em períodos de restrição da atividade.

Para os pescadores aqui consultados, Santa Maria já foi uma comunidade mais pescadora, existiam até mais barcos pesqueiros. Os entraves financeiros para adquirir e manter os equipamentos de pesca, a falta de atuação política e de projetos direcionados a essa área e o baixo interesse dos jovens²⁴ são justificativas relatadas pelos pescadores para a redução da atividade na comunidade.

Outro motivo relatado é a grande quantidade de pescadores e redes de outras localidades e a pesca predatória, que diminuem o número e a variedade de peixes. Com a instituição da Resex do Tubarão, o ICMBio passou a disciplinar a prática e restringir a atuação de tipos de rede e a pesca em locais estratégicos para a reprodução de várias espécies de peixes e crustáceos, sob pena de detenção, multa e apreensão de redes e embarcações.

Não pode meter rede em regiões de sururu, como na barra de Itatuaba. Não pode ficar lá em cima para não arrebentar o sururu. Alguns pescadores são cientes que não podem pescar, já outros não tão nem aí, colocam a rede em cima da croa e tacam fogo no sururu para pegar o peixe. (Agnaldo)

Em Icatu, o ICMBio utiliza a comunidade quilombola de Santa Maria como base para as operações, de onde partem de barco para fiscalizar a faixa do litoral que está dentro dos limites da Resex (Imagem 32).

²⁴ A faixa etária dos pescadores é caracterizada por adultos e pessoas de idade mais avançada.

Imagem 32 - Equipe do ICMBIO na comunidade Santa Maria se preparando para fiscalizar a Resex.



Fonte: Página de Élide Torres no Facebook, 2021.

A preferência por um tipo de pescado que possui um preço de mercado mais elevado é outra causa relatada para a diminuição de peixes. Em várias situações, os pescados de menor procura e valor de mercado quando pegos nas grandes redes são abandonados pelos pescadores e acabam apodrecendo sem seu aproveitamento.

Vamos supor, bota uma enseada aí porreta, aí entra três cardumes de sardinha, vai ficar tudo morto lá. Se ele vai pescar o camarão, ele só vai querer o camarão. Se o quilo do camarão tiver quarenta reais, ele não vai querer ajuntar um quilo de peixe de corvina, de tainha que é sete, ele deixa tudinho. (Agnaldo)

Como forma de ampliar os ganhos e diversificar a produção, um morador da comunidade construiu há dois anos um açude particular para a criação de peixes de água doce visando à comercialização. Na comunidade, a pesca em lagos e rios não é explorada pelos moradores.

Em Santa Maria, o extrativismo marinho não se restringe somente à pesca, mas também à coleta de outros frutos do mar, como o sururu, a ostra, o sarnambi, o siri e o caranguejo. Essa atividade visa, em especial, o provisão familiar, em poucas situações os moradores apanham grandes quantidades que possibilitam a comercialização.

A coleta desses produtos ocorre nas praias, nas áreas de manguezais e nas croas próximas à comunidade, sendo realizada por ambos os sexos, por pescadores e por pessoas que realizam outros ofícios. Ademais, pode ser realizada totalmente de forma individual, sem o auxílio de parcerias para a coleta, mas costuma reunir pessoas para a ida em conjunto aos locais onde estão situados os frutos do mar.

A complexa territorialidade marinha presenciada em Santa Maria é reflexo do longo período de exploração do mar pelos moradores e seus ancestrais, que desenvolveram as melhores estratégias de pesca para essa região, através do vasto conhecimento dos ritmos e características naturais desse ambiente, adquirido com o passar dos anos e a realização constante da atividade.

A edificação de uma comunidade localizada envolta por um litoral permitiu a exploração de um ambiente rico em recursos naturais, onde são extraídos elementos essenciais à reprodução cotidiana de seus moradores. A proximidade do mar permitiu ainda a construção de uma gama de saberes e técnicas, acionados durante a realização das atividades produtivas que utilizam essa parte do território.

O mar, especialmente a parte da praia que sofre a maré, apresentou a melhor oportunidade para comer, fixar, reproduzir e aprender. Permitiu provisões abundantes e diversas, contínuas e inesgotáveis. Foi um convite para o desenvolvimento das habilidades manuais. (TUAN, 1980, p.132)

Enquanto valor de uso para os pescadores, o mar é território sagrado, possuidor de seus próprios ritmos, de não dominação, o lugar de onde se retira o alimento e se deposita a gratidão. Tuan (1980, p.137) afirma que “as pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas”.

A exploração do mar permite aos pescadores autonomia, tanto com a produção de alimentos para o abastecimento quanto com a renda obtida com a venda da produção. Para Wortmann (1990), a autonomia camponesa é expressa através da comercialização do que fora produzido e com a transformação do trabalho empreendido no processo produtivo em valor monetário.

Como aqui demonstrado, a pesca promove uma expressiva dinâmica financeira e socioprodutiva intracomunitária em Santa Maria, que ocorre de modo constante e com uma rica produtividade. O potencial dessa atividade, por outro lado, ainda não tomado como estratégia de desenvolvimento local pelos que pensam tal categoria, segue sob o ritmo e condições que os pescadores conseguem introduzir, pois a conduzem por esforço e recursos próprios.

4. A COMUNIDADE SANTA MARIA E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: A ATUAÇÃO DO ESTADO E REALIDADE LOCAL.

4.1. As demandas das comunidades quilombolas e o Estado.

As comunidades quilombolas brasileiras permaneceram durante séculos na invisibilidade tanto social, quanto simbólica (LITTLE, 2000). A Constituição de 1988 foi um importante marco na formalização de direitos étnico-raciais e territoriais emanados pelos representantes do movimento negro para as comunidades quilombolas no Brasil. A partir dela, os programas voltados às comunidades remanescentes de quilombos passaram a ser conduzidos como uma política de Estado (FURTADO, 2018).

Em relação ao direito territorial, a Constituição de 1988, no seu artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT assegura “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que já estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, Lei nº 7.668, 1998).

O Decreto 4887/2003, considera remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Tal decreto regulamenta ainda o procedimento para reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, concedendo a titulação definitiva das terras à forma comunitária de uso. A partir desse Decreto, foi designado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA responsabilidade, no âmbito federal, de titular territórios quilombolas.

Os demais direitos sociais também foram contemplados nos planos e programas federais. Um desses é o Programa Brasil Quilombola, instituído pelo Governo Federal em 2004, criado para promover a igualdade racial, a partir de ações políticas e administrativas que objetivam a inclusão social, mas sem afetar cultural e etnicamente essa população. “Trata-se de um marco importante visto que a causa dos quilombos deixa de ser apenas um problema político e torna-se um item

da agenda governamental, constituindo assim uma prioridade do governo” (BARBOSA et. al., 2016).

Com o objetivo de organizar as políticas e atuações desse programa, foi criado, pelo Decreto nº 6.261/2007, a Agenda Social Quilombola. A Agenda compreende ações que são direcionadas à melhoria das condições de vida e a ampliação do acesso a bens e serviços públicos às pessoas que vivem em comunidades quilombolas no Brasil. As ações da agenda envolvem, prioritariamente, quatro eixos: acesso a Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direito e Cidadania (BRASIL, 2007).

No Maranhão, na gestão da governadora Roseana Sarney foi criado em 2013 o Comitê Gestor Estadual do PBQ que, pelo Decreto Estadual nº 29.486, de 24 de outubro de 2013, ficou vinculado à Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial-SEIR. O Governo do Maranhão, por meio da SEIR, elaborou o Plano Estadual de Ações Integradas para o período de 2012 a 2015, um plano de ação com propostas de projetos e ações para alcançar os objetivos estabelecidos no PBQ para esse determinado período. Todavia, como a implantação do programa no estado ocorreu de forma tardia, quando ele iniciou no Maranhão, o PBQ deixou de receber recursos na programação da Lei de Orçamento Anual – LOA, pelo governo federal. Isso acarretou na não efetivação do programa na escala estadual naquele período (TEIXEIRA; SAMPAIO, 2019).

Em 2015, já na gestão do governador Flávio Dino, foi instituído, pelo decreto nº 30.981 de 29 de julho de 2015, o Programa Maranhão Quilombola, criado com o objetivo de alcançar as comunidades quilombolas do estado, a partir dos objetivos traçados pelos quatro eixos da Agenda Social Quilombola do PBQ. De acordo com tal decreto estadual, em seu parágrafo único, “a agenda do Programa Maranhão Quilombola alcançará prioritariamente as comunidades quilombolas com índices significativos de violência, baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social” (MARANHÃO, 2015).

Em Icatu, de acordo com lideranças da UCQMI e representantes do ITERMA que acompanham o processo de titulação dos territórios quilombolas de Icatu, as comunidades quilombolas não possuem, atualmente, nenhum conflito com antagonismos que possam ameaçar seus territórios. O acesso a direitos constitucionais específicos voltados para as comunidades quilombolas, como infraestrutura, saúde, educação e inclusão produtiva, é a principal demanda

emanada pelas comunidades quilombolas de Icatu aos órgãos responsáveis pela questão quilombola.

Devido a maior articulação da Associação da Região de Santa Maria de Guaxenduba com órgãos públicos, a comunidade de Santa Maria passa a receber em seu território projetos de desenvolvimento que objetivam melhorar a qualidade de vida dos moradores, através de propostas relacionadas à geração de trabalho e renda.

4.2. A articulação da Associação e os projetos desenvolvidos em Santa Maria.

A comunidade Santa Maria passa a ser palco de iniciativas de desenvolvimento local após a criação da Associação Quilombola da Região de Santa Maria, em 2005. A Élide Torres, atual presidente e que, por algumas vezes comandou a Associação, possui um papel fundamental nisso, através de sua articulação com os poderes estadual e municipal. Diante dessa aproximação, a Associação consegue ter ciência dos projetos em curso e dos editais abertos e se articula para incluir a comunidade. Com a aprovação dos projetos, a associação intermedia a proposta entre a comunidade e os órgãos que os promovem, levando até eles as demandas e opiniões dos moradores. Segundo Élide, todos os projetos e propostas buscados pela Associação são discutidos anteriormente com a comunidade e precisam do aval da maioria dos moradores para que possam ser implementados.

O primeiro projeto desenvolvido em Santa Maria foi o de apicultura em 2005-2006, onde a prefeitura municipal de Icatu levou até a comunidade a proposta da produção de mel. A prefeitura entregou a alguns moradores equipamentos utilizados para a realização dessa prática, como a caixa para abelhas e auxílio técnico durante as fases de execução do projeto. Segundo Dona Catarina, uma das participantes do projeto, as pessoas da comunidade envolvidas chegaram a produzir mel e comercializá-lo durante algum tempo, mas logo o abandonaram. Ela aponta o roubo de mel e das caixas onde ficavam as abelhas como principal motivo, pois elas se localizavam nas matas, distante das casas de seus produtores.

Nesse caso, a comunidade não trabalhava anteriormente com a produção de mel. A iniciativa, que foi proposta pela Prefeitura Municipal de Icatu, através da

Secretaria de Agricultura Pesca e Abastecimento, não teve um longo tempo de duração, principalmente, pela não adequação dos moradores proposta inovadora. O projeto não produziu efeitos continuados em Santa Maria, nenhum morador da comunidade produz mel atualmente.

Em 2012, a Associação acessou por meio de um edital um projeto de turismo pela Secretaria Estadual da Mulher, destinado às mulheres da comunidade, envolvendo artesanato. Na comunidade, como relatado por Élide, existem algumas artesãs que realizam esse ofício e teriam seu trabalho potencializado através desse projeto, assim como sua renda ampliada com a venda dos produtos confeccionados aos turistas. Além disso, o trabalho das artesãs possibilitaria o fortalecimento da cultura local, com a fabricação de indumentárias para o bumba-meu-boi e demais manifestações locais.

Tendo um financiamento orçado em R\$72.000,00, o projeto custearia a aquisição de equipamentos, matéria-prima e capacitação das artesãs. Todavia, apenas uma pequena parte desse montante foi repassada à comunidade e utilizada para a compra de material permanente, tais como: mesas, cadeiras, impressora e máquina fotográfica.

Esse projeto foi conduzido apenas pela Associação, ficando a ela o cargo de administrar os recursos e definir as estratégias de atuação, sem o planejamento e acompanhamento continuado da Secretaria Estadual da Mulher. A coordenação do projeto, que ficou com Élide, envolvia a gerência dos recursos financeiros repassados pela Secretaria, sendo isso a motivadora do conflito com a gestão da Associação, que assumiu no momento da execução do projeto e quis a tomar a frente da coordenação, prevendo a arrecadação dos recursos com a efetivação do projeto. O projeto foi encerrado prematuramente por conta dessa divergência, o restante do valor teve que ser devolvido aos cofres estaduais, levando a Associação à inadimplência, com um débito em torno de R\$ 4.000,00, que a impede de acessar atualmente alguns projetos e editais.

Em 2015, Santa Maria foi incluída no projeto Rota Guaxenduba, coordenado pelo LABEX, que tinha por objetivo promover o turismo de base comunitária nas comunidades de Icatu. A atividade turística é um setor que historicamente não é explorado em profusão pela comunidade, mas, pelas suas características naturais, acaba recebendo muitos visitantes. A Associação, representada por Élide, teve um papel central na articulação para tornar a comunidade um ponto estratégico dentro

dos planos do projeto. O projeto acabou não passando de reuniões entre o LABEX e as comunidades e foi encerrado por não ter condições de ser tocado sem o apoio de órgãos municipais e estaduais. Porém, acabou deixando alguns legados na comunidade, que se apropriou da proposta e desenvolveu, por conta própria, algumas ações referentes ao turismo de base comunitária-TBC.

No ano de 2018, um projeto de ostreicultura foi desenvolvido na comunidade, esse sem a participação da associação. O planejamento e execução do mesmo foram de responsabilidade de um vereador de Icatu em parceria com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Pesca do Maranhão – SAGRIMA. A SAGRIMA implantou na região marinha da comunidade, caixas específicas para a criação de ostras, mas não capacitou os moradores para o manejo desses viveiros. O projeto não seguiu adiante, as caixas com as ostras foram destruídas pela força do mar, outras foram levadas pelas águas para outras regiões e a comunidade não chegou a ser beneficiada por essa iniciativa.

Esse projeto, tido pelos moradores como um projeto com fins políticos, foi realizado sem qualquer planejamento, sem consulta à comunidade e sem verificar se os moradores possuíam alguma “afinidade” para tal atividade e sem oferecer a eles auxílio técnico contínuo.

No projeto das ostras, o pessoal veio aqui com aquelas caixas depuradoras, trouxe tudo e ficou aí jogado, mas não deu certo porque a comunidade não quis. Eles instalaram aí roubaram tudo, a maré veio, aí fizeram errado. Eles chegaram de cima pra baixo e jogaram, nem se perguntaram se a comunidade tem realmente aptidão pra trabalhar com ostras. (Élida Torres)

Aí veio esse projeto de ostra... Rapaz tá até as telas ali. Quando eles vieram pela primeira vez, que foi na época do Thiago Almeida (vereador já falecido), eles tinha que fazer logo uma reunião com os moradores, eles não fizeram, chegaram logo e aplicaram lá e deixaram. Foi embora tudinho, foi cano até em Itatuaba, a maré levou tudo. Aí foi um dinheiro botado fora. (Agnaldo)

Atualmente, dois programas estão em vigência em Santa Maria e em outras comunidades quilombolas de Icatu. Um deles é a retomada em 2019 da Rota Turística de Guaxenduba, com uma nova proposta de execução e coordenação, transformando a antiga Rota em um novo projeto, fazendo que ele seja mais independente do poder público e com o envolvimento maior da comunidade. A Rota Guaxenduba, apesar de não ser voltada diretamente para as comunidades quilombolas de Icatu, possui seu campo de atuação todo composto por elas. O

projeto está em andamento e vem realizando algumas ações que levem a efetivação da proposta e o prosseguimento, à posteriori, das atividades pela comunidade.

O outro projeto em execução é a Rota de Desenvolvimento Sustentável Quilombola de Guaxenduba dirigida pela SEIR, que passou a atuar em Santa Maria em Icatu em 2015 e em Santa Maria em 2019, onde busca promover o desenvolvimento local através de obras de infraestrutura e ações de inclusão produtiva. O projeto deriva do Programa Maranhão Quilombola, que tem como meta a melhoria da qualidade de vida nas comunidades quilombolas do estado.

Tabela 2 - Projetos desenvolvidos em Santa Maria.

Projetos	Órgão vinculado	Ano de início	Ano de conclusão
Produção de mel	Prefeitura de Icatu/ Secretaria de Agricultura Pesca e Abastecimento.	2005	Não informado
Artesanato	Secretaria Estadual da Mulher - SEMU.	2012	2012
1ª Rota Turística Guaxenduba	Laboratório de Extensão Rural - LABEX/ CODETER do Território Lençóis Maranhenses-Munim.	2015	2015
Ostreicultura	Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA	2018	2018
2ª Rota Turística	Laboratório de Extensão Rural - LABEX	2019	Em vigência
Rota Quilombola	Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial - SEIR	2015	Em vigência

Elaborado por: Castelo Branco, 2021.

4.3. A Rota Quilombola de Desenvolvimento Sustentável de Guaxenduba.

As Rotas de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas é uma estratégia de atuação, criada pela SEIR, do programa Maranhão Quilombola, que visam proporcionar aos quilombolas ações em áreas estratégicas, como inclusão produtiva, infraestrutura, acesso a terra, saúde, educação e cidadania. Como responsável por coordenar o programa, a SEIR reúne os diversos órgãos estaduais de forma integrada para a execução de ações em favor dos quilombolas. Além disso, firmou parceria com a EMBRAPA Cocais para orientar tecnicamente as comunidades nas áreas de desenvolvimento local e inclusão produtiva, qualidade de vida e infraestrutura (EMBRAPA, 2017).

Foram autorizadas cinco rotas, são elas: Rota de Guaxenduba, em Icatu; Rota do Tingidor, em Itapecuru-Mirim; Rota do Pitoró dos Pretos, em Peritoró; Rota do Rio Codozinho, em Codó, e Rota do Rio das Almas, em Serrano. Dessas, somente a Rota de Guaxenduba e de Rio das Almas estão em atividade até o momento. “Durante reunião na Embrapa Cocais, decidiu-se que uma rota servirá de vitrine para as demais: a de Guaxenduba no município de Icatu-MA” (EMBRAPA, 2017).

A atuação da Rota Quilombola de Guaxenduba nas comunidades quilombolas de Icatu começou em 2015, com a promulgação do programa Maranhão Quilombola. De acordo Mauro Marques, o diretor de comunidades quilombolas da SEIR, a Rota desenvolve atualmente ações em 23 comunidades quilombolas do município e objetiva atender todas as 32 comunidades nos próximos anos. Entretanto, observam-se ações pontuais da rota em poucas comunidades presentes na lista.

Na infraestrutura, a Secretaria de Agricultura Familiar-SAF e a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão-CAEMA realizaram a entrega dos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água - SSAA nas comunidades Santa Maria, Fazenda, Boca da Mata, Boqueirão e Batalha. Os SSAA"s incluem obras de melhoria no sistema de abastecimento doméstico das comunidades, construção de poços e a distribuição de caixas d"água. Inclui também os sistemas de irrigação que levarão água até os campos produtivos.

Imagem 33 - SSAA construído na comunidade Fazenda.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Na comunidade quilombola Fazenda, localizada a 28 km da sede do município de Icatu, o SSAA implantado beneficia as 34 famílias presentes nos dois povoados vizinhos (Peral e Fazenda) que integram esse território quilombola.

Em 2020, o Governo do Estado entregou ao município uma Motoniveladora para a melhoria das estradas vicinais que dão acesso às comunidades quilombolas, visando melhorar a comunicação entre as comunidades e facilitar o escoamento da produção dos campos agrícolas.

Na saúde, foram realizados cursos de formação de profissionais, das próprias comunidades, para atuarem na atenção básica aos quilombolas de Icatu. Além disso, as Caravanas Quilombolas, desenvolvidas em parceria com as Secretarias de Estado da Saúde (SES), de Desenvolvimento Social (SEDES) e da Mulher (SEMU) levaram diversos serviços de saúde a algumas comunidades, como odontologia, nutrição, psicologia, assistência social, exames e testes rápidos.

Na Educação foram estabelecidas diretrizes curriculares para o ensino nas comunidades quilombolas e a formação continuada de professores voltada à educação quilombola e suas particularidades. Foram desenvolvidas também ações de cidadania, como cursos e palestras de educação ambiental na comunidade quilombola Boqueirão, realizadas pela SEMA, além de palestras educativas, oficinas de saúde e de políticas públicas de igualdade racial com foco na mulher negra ofertadas pela SES e SEMU.

O acesso a terra é outra ação desempenhada pelo projeto, que tem na titulação dos territórios quilombolas o seu principal foco. O Instituto de Terras do Maranhão-ITERMA é o responsável, na escala estadual, pelo processo de titulação de territórios quilombolas que estão localizadas em terras devolutas pertencentes ao Maranhão. O Cadastro Ambiental Rural - CAR, desenvolvido pela SAF, também faz parte dessas ações de regularização territorial ocorridas nos territórios quilombolas do município, utilizado para emitir a posse individual das habitações rurais aos seus proprietários.

Das comunidades quilombolas do município atendidas pela rota, somente Boqueirão é titulada, algumas possuem certificação da Palmares, mas a maioria não possui nenhum instrumento jurídico que a certifique enquanto quilombola. A autoatribuição foi o elemento considerado pela SEIR para a inclusão dessas comunidades.

No município, o programa teve apoio da União das Comunidades Quilombolas do Município de Icatu-UCQMI e das associações de moradores das comunidades contempladas. Mauro Marques afirma que a SEIR assinou um termo de cooperação com a prefeitura municipal de Icatu para o desenvolvimento de algumas ações em conjunto, mas até o momento não houve nenhuma colaboração por parte da prefeitura nas atividades já realizadas.

4.3.1. Os campos produtivos e a especificidade agrícola de Icatu.

De todos os objetivos do programa Rota Quilombola, a inclusão produtiva é o que apresenta maior destaque, pois segundo Gerson Pinheiro, secretário estadual de Igualdade Racial é necessário resolver primeiramente a questão da segurança alimentar, por haver ainda muita gente passando fome. Além de elevar a segurança alimentar e nutricional das comunidades, as ações visam garantir a geração de renda por meio da produção de excedente.

As ações serão efetivadas por meio da instalação de sistemas produtivos agrícolas nas comunidades, beneficiando 20 famílias em cada comunidade. Os campos produtivos serão gerenciados por mães de família das comunidades, que trabalharão nele em regime comunitário, produzindo para o consumo próprio e para abastecer o mercado local com produtos a preços acessíveis e livres de agrotóxico.

As comunidades terão assistência técnica continuada para a instalação das hortas e nas demais fases da produção oferecida pela da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Agrícola (AGERP). O objetivo é a produção de hortaliças como cheiro verde, alface, rúcula, cebolinha, couve, vinagreira, João-gomes, manjeriço, espinafre, hortelã, alface roxo, dentre outros.

Em Icatu, a rota, por meio da SAF e da AGERP, implantou no ano de 2018, nas comunidades Boqueirão e Boca da Mata, campos produtivos agrícolas de um hectare de tamanho, com sistemas de irrigação oriundos dos SSAAs, também entregues às duas comunidades, para o plantio de frutas, legumes e verduras.

Imagem 34 - Entrega de SSAA às comunidades quilombolas de Icatu.

23/05 0:42

Em Icatu, quilombolas recebem mais de R\$ 450.000,00 em investimentos do Governo do Estado



Fonte: SEIR, 2018.

Imagem 35 - Campo Agrícola, com sistema de irrigação, na Comunidade Boqueirão



Fonte: SEIR, 2018.

Nas duas comunidades, os agricultores receberam sementes e insumos agrícolas para a instalação desses campos no valor de R\$13.000 cada, os dois SSAAs das comunidades custaram individualmente R\$219.617,48. A produção será destinada ao consumo familiar e a venda para abastecer o mercado local, para o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e demais políticas relacionadas (MARANHÃO, 2018).

Apesar de ter anunciado a instalação em um campo agrícola na Comunidade Boca da Mata, esse não chegou a ser efetivado até o presente momento. De acordo com Hamilton Gonçalves, presidente da associação de moradores dessa

comunidade, a falta de máquinas para a limpeza e aragem do terreno é o principal motivo apontado para a não instalação.

A comunidade Fazenda também foi contemplada com um campo produtivo agrícola para o plantio de hortaliças e frutas. O campo ainda não foi plantado, nem teve interligado o seu sistema de irrigação ao SSAA. Os equipamentos para a implantação do campo (Imagem 36) estão de posse da comunidade à espera da instalação e de maquinários especializados, segundo Sáskia, presidente da associação da comunidade.

Imagem 36 - Canos para irrigação dos sistemas agrícolas guardados na casa da presidente da associação da comunidade Fazenda.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A desmobilização dos moradores, que possuem também suas roças individuais e desenvolvem outras atividades produtivas, como a pesca, foi outro fator apontado por Sáskia para a não continuidade. Ainda segundo ela, o maior engajamento nesse projeto fica a cargo das mulheres da comunidade, que buscam a imediata implantação do campo produtivo.

O objetivo desses sistemas produtivos agrícolas é levar às comunidades um novo modelo de produção, “superando as técnicas rudimentares da roça de toco”, como afirmou Gerson Pinheiro. A proposta dos sistemas produtivos agrícolas da Rota quilombola de Guaxenduba (comum a todas as comunidades contempladas, tanto em Icatu quanto nos demais municípios que receberão essa ação das outras rotas) difere completamente do modo de produção agrícola desenvolvido pelas comunidades quilombolas do município.

Nas comunidades quilombolas de Icatu, a agricultura preserva o seu modo ancestral de produzir. Para produzir, os quilombolas cultivam as roças de toco (Imagem 37), plantações itinerantes que se desenvolvem a partir de técnicas e saberes tradicionais. Nas roças, a maior cultura desenvolvida é da mandioca, mas outros produtos como a melancia, maxixe, quiabo, melão-pepino, o feijão, o milho, vinagreira também são plantados, intercalando os pés de maniva²⁵.

Imagem 37 - Roça de toco na comunidade Mata



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Um ponto destoante entre o programa e a realidade agrícola local é referente ao emprego de técnicas e instrumentos. Enquanto os campos agrícolas dispõem de irrigação mecânica, fertilizantes, adubos, tratores e saberes científicos, as roças empregam equipamentos e técnicas artesanais e possuem grande dependência dos ciclos da natureza. Nas roças, a preparação da terra é feita como a técnica do corte-queima, onde os agricultores limpam a área onde será a roça, fazem o aceiro²⁶ e em seguida ateam fogo no amontoado de folhas, galhos e troncos que resultaram do roçado; o plantio é feito na reta final do ano, para o proveito das águas do começo da estação chuvosa. As etapas de manutenção das roças, chamadas de capinas, assim como a colheita (realizada entre um ano e um ano e meio após o plantio) também são realizadas com a utilização de equipamentos artesanais a exemplo do chacho²⁷, alguns deles confeccionados pelos próprios agricultores, como os cofos²⁸.

Nas roças de toco, as sementes utilizadas derivam do plantio anterior do agricultor, algumas delas são sementes crioulas de variedades usadas desde o

²⁵ A maniva é o nome do caule, a mandioca é sua raiz.

²⁶ Delimitação feita no terreno para que o fogo não ultrapasse para outras regiões em torno da roça.

²⁷ Instrumento semelhante à foice, utilizado pelos agricultores locais para o corte de madeira e para capinar.

²⁸ Cestos fabricados de palhas de palmeiras entrançadas.

princípio dos territórios. Quando vai encerrando uma roça o agricultor inicia logo outra, a maniva retirada da roça antiga servirá para plantar a nova. Nos campos agrícolas do programa, as sementes são selecionadas e doadas pela SEIR aos agricultores.

Durante o processo produtivo agrícola nas comunidades quilombolas são presenciadas relações familiares e de reciprocidade, para a realização das etapas mais dispendiosas do ciclo agrícola. Nessas comunidades, a troca de dias trabalhados no ciclo agrícola é o pagamento que o núcleo familiar que recebeu a ajuda realiza. Todavia, é comum o pagamento em dinheiro a agricultores para o auxílio em algumas fases do ciclo agrícola.

Diferente do proposto pela Rota, as comunidades quilombolas de Icatu não têm por costume o plantio de roças coletivas, pertencentes a mais de um núcleo familiar, onde todos trabalham em benefício da coletividade. Nos quilombos, as roças são particulares ou da família que habita a mesma residência.

O que é produzido é apropriado somente pela família, para o provisão doméstico e para a comercialização. A comercialização ocorre após o beneficiamento da produção, que é transformada em farinha nas casas do forno (Imagem 38), após ser submetida a alguns processos em instrumentos artesanais.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

A integração ao mercado é um dos objetivos principais das Rotas Quilombolas construídas pela SEIR, para a produção de renda aos agricultores e abastecimento de produtos do gênero nas localidades. Em Icatu, a produção, além de ser utilizada, em parte, para o consumo dos agricultores, será destinada aos

programas de aquisição de alimentos-PAA's e para comercialização em feiras e comércios do município.

Imagem 39 - Projeto Feirinha Verde, onde agricultores de Icatu comercializam a produção.



Fonte: Página da Prefeitura de Icatu no Instagram, 2021.

Imagem 40 - Família recebendo a Cesta Verde, projeto municipal criado a partir do PAA.



Fonte: Página da Prefeitura de Icatu no Instagram, 2021.

O programa ainda está vigente no município, mas sem produzir efeitos significativos nas comunidades quilombolas. O contexto pandêmico foi um dos agravantes, assim como, no caso do programa estatal, burocracias e restrições orçamentárias²⁹. Os dados e demais informações sobre o andamento e resultados obtidos do programa são escassos, mas se pode aferir que as comunidades contempladas ainda não produzem em profusão a partir dessa nova lógica proposta pelo programa. As comunidades que já possuíam uma maior dinâmica e comercialização agrícola anterior ao programa, como Boqueirão, Jacareí dos Pretos e Fazenda, mantêm o destaque na produção agrícola municipal.

²⁹ Conforme relato do coordenador do programa Maranhão Quilombola da SEIR.

4.3.2. As idealizações da Rota de Desenvolvimento Sustentável Quilombola e a particularidade de Santa Maria.

Atuando desde 2015 nas comunidades quilombolas em Icatu, a rota desenvolvida pela SEIR passa a operar em Santa Maria a partir de 2019, realizando como ação inicial a construção de um Sistema Simplificado de Abastecimento de Água- SSAA³⁰ na comunidade, que tem como uma de suas funções o abastecimento doméstico dos moradores de Santa Maria, que já dispunham de um³¹. Outro papel do SSAA nesse local será para a irrigação do campo produtivo agrícola, outra ação prevista pela Rota, através do bombeamento até o local onde será cultivado, possibilitando o plantio de algumas variedades mesmo na época de estiagem.

O campo agrícola, ponto auge das ações da Rota, ainda não foi implantado na comunidade, nem foram disponibilizados equipamentos, sementes e insumos agrícolas pela SEIR. Segundo Élide, até então somente o local foi escolhido pelos técnicos responsáveis pela condução do campo. Ela informa ainda que, depois de reuniões com a equipe da secretaria, ficou acertado para outubro a implantação do campo produtivo.

Com a instituição da rota, a Associação busca o selo quilombola para a comunidade, para ter a possibilidade de ofertar sua produção a redes de supermercados, a turistas e até mesmo exportá-la para outras localidades. O selo quilombola é um instrumento adotado pela SEIR que visa certificar produtos de origem animal e vegetal oriundos de comunidades quilombolas maranhenses, garantindo a procedência, a qualidade e sua característica orgânica.

Élide acredita que a rota é uma grande oportunidade para o desenvolvimento econômico da comunidade, através da maior produção e diversificação de gêneros agrícolas, além do acesso à mercados institucionais de aquisição de alimentos, como PAA, PNAE, PROCAF e também à comercialização e abastecimento local com esses produtos.

De possibilidade eu acho que se a comunidade mesmo querer e ajudar e o estado a executar, vai ser assim uma maravilha. Se botar em prática mesmo, pra fazer, vai ser uma maravilha. Agora se o estado ficar que nem esses 5 anos que a gente vem nisso aí, e ficar só no papel, vai ser uma negação. (Élide Torres)

³⁰ O SSAA é controlado pela Associação, que estipulou um intervalo de tempo diário de funcionamento, para evitar desperdícios.

³¹ Segundo Élide, com o novo abastecimento de água, uma parte da comunidade ficou com o abastecimento antigo e a outra com o fornecido pela SEIR.

Os pontos negativos apontados por Élide são a lentidão da SEIR em todo o processo para efetivação da Rota na comunidade e a desmobilização dos moradores em relação ao projeto, causando, por consequência, a sua desmobilização.

O estado já é ruim de trazer as coisas pra gente, para enxergar a gente, porque eles acham a gente é minoria, aí o que é que faz, ele traz e tu ainda não te empodera daquilo, é muito ruim. (Élide Torres)

Outro ponto por ela levantado é referente à mão-de-obra contratada para as obras de infraestrutura nas comunidades quilombolas do município que não é composta pelos moradores locais. Com o envolvimento dos quilombolas nas obras, ela acredita que o sentimento de pertencimento e o engajamento seriam maiores e por consequência o projeto teria melhores resultados.

Nós (associação) vamos ter uma reunião com o secretário e a gente vai falar: olha, a gente quer o projeto, a gente quer a rota, mas a mão-de-obra, se tiver pessoas locais que saibam fazer o serviço, a mão-de-obra a gente quer local. Isso é uma valorização. (Élide Torres)

Perguntada sobre a forma como a SEIR conduz a Rota em Santa Maria, Élide afirmou que todos os passos propostos pela Secretaria são anteriormente discutidos com a comunidade para o seu aval ou não, e assim ocorre desde a aceitação para implantação da proposta. Para isso, foram realizadas três reuniões de nivelamento com a comunidade para discussão de etapas futuras e repasse de informações sobre novas propostas da Secretaria.

Além desse, a comunidade receberá mais alguns projetos promovidos pela SEIR no bojo do Programa Maranhão Quilombola- PBQ, como a doação para alguns pescadores de motores de rabeta, para a instalação em embarcações, buscando assim incentivar e ampliar a prática pesqueira, bem como melhorar o transporte aquaviário entre a comunidade e as demais localidades.

Outra ação do órgão nesse lugar é o programa Agente de Desenvolvimento Rural Quilombola-ADRQ, que tem por objetivo promover a qualificação de jovens residentes em comunidades quilombolas do estado para a atuação em dois eixos centrais: Produção, preservação e Conservação; e Mobilização e Participação Social. A associação inscreveu cinco jovens da comunidade que demonstraram interesse para a seleção que será realizada pela secretaria

A Rota Quilombola foi construída pela SEIR como um projeto de replicação, assim a Secretaria acaba aplicando as mesmas ações e metodologia nas

comunidades quilombolas onde opera, seja em Icatu ou em outros municípios maranhenses contemplados por essa estratégia de desenvolvimento, como Serrano.

Apesar de não ser construída a partir da realidade das comunidades quilombolas de Icatu, em seu plano de ações, a Rota Quilombola contém as principais demandas das comunidades quilombolas do município atualmente, como:

incentivo a produção, demarcação territorial e melhoria da infraestrutura das comunidades. Essas políticas públicas também são pleiteadas pela comunidade de Santa Maria, que espera se beneficiar das ações da SEIR.

Silva (2008) concebe as políticas públicas como um conjunto de ações socialmente construídas e articuladas a processos políticos, econômicos, sociais e culturais, que são desenvolvidas como respostas do Estado a situações conflitantes.

Para Brand (2018, p.129), “as políticas públicas não são um “instrumento” do Estado, e sim um equilíbrio estável, resultado de disputas entre diferentes atores políticos e sociais, que respondem sempre a um determinado momento conjuntural”.

Contudo, como esse programa não é voltado exclusivamente para Santa Maria, as ações, em especial as de inclusão produtiva, possuem grandes disparidades do modelo de produção da comunidade. O modelo do campo agrícola proposto pela SEIR diverge em sua totalidade da forma como a agricultura é realizada pelos moradores da comunidade. A proposta comunitária de produção, a irrigação mecânica, as técnicas empregadas e a comercialização da produção são novidades que destoam da realidade produtiva dos agricultores de Santa Maria.

Santa Maria possui uma dinâmica agrícola ainda muito restrita, com a lavoura voltada para atender ao consumo familiar, com baixa diversificação da produção, o que interfere diretamente no acesso a mercados institucionais e na pouca oferta de produtos desse gênero nas feiras e comércios da comunidade e do município.

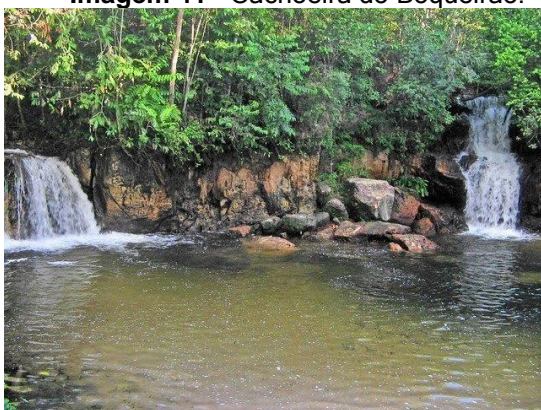
Além disso, a SEIR lida de forma desnivelada com as comunidades, como se todas possuíssem a mesma dinâmica e “vocação agrícola” e estivessem em um mesmo estágio dentro do projeto. Em Icatu, somente a comunidade Boqueirão está com o campo agrícola em atividade, produzindo e comercializando e de posse do selo quilombola, as demais ainda estão em estágios iniciais, outras ainda nem iniciaram o projeto, como Santa Maria. As ações pensadas pela Secretaria nesse setor-chave ainda não foram efetivadas em Santa Maria, apesar do longo período de atuação no município.

5. SANTA MARIA NO ROTEIRO DO TURISMO: A ROTA GUAXENDUBA E O ENSEJO DE DESENVOLVIMENTO VIA ATIVIDADE PESQUEIRA.

5.1. Os atrativos naturais e o avanço do turismo em Icatu e no Munim.

Atualmente, a atividade turística em Icatu é marcada pela baixa exploração, tanto por parte dos moradores do município, quanto por empresas ligadas a esse setor. O fluxo turístico é concentrado em atrativos naturais localizados, em sua maioria, nas comunidades quilombolas icatuenses, por exemplo, a Cachoeira do Boqueirão (Imagem 41), na comunidade quilombola Boqueirão; a Lagoa da Boca da Mata (Imagem 42), na comunidade quilombola Boca da Mata e a Praia de Santa Maria, na comunidade quilombola de Santa Maria de Guaxenduba.

Imagem 41 - Cachoeira do Boqueirão.



Fonte: O Imparcial, 2020.

Imagem 42 - Lagoa da Boca da Mata.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Todavia, as belezas naturais de Icatu passam a ganhar destaque dentro dos roteiros turísticos maranhenses, pela maior divulgação em postagens em redes sociais de pessoas que até lá viajaram e pela veiculação de reportagens na mídia apontando os encantos desses pontos (Imagem 43). Além disso, esses atrativos passam a ser estudados, a exemplo de Serra (2018) e Vieira (2017), sob a ótica de suas potencialidades turísticas.

Imagem 43 - Reportagem sobre os pontos turísticos de Icatu.



Fonte: G1 Maranhão, 2021.

Com isso, algumas empresas de turismo vêm realizando, com maior frequência, passeios de São Luís para esses lugares, levando em esquema de bate-volta, visitantes que buscam aproveitar, em especial, os locais que possibilitam o banho, como cachoeiras, rios e lagoas (Imagem 44). A farta disponibilidade hídrica do município e o estado de preservação dos locais onde estão situados, pelo modo como as comunidades quilombolas utilizam os recursos naturais, cria um ambiente favorável às práticas turísticas.

Imagem 44 - Divulgação de Viagem para a Cachoeira do Boqueirão, em Icatu.



Fonte: Página da VSL Turismo no Instagram, 2021.

O aumento do fluxo turístico em Icatu acompanha o crescimento desse setor na região do Munim. Essa região natural é banhada pelo Rio Munim e seus afluentes, com águas de característica translúcida e de baixa temperatura, o que acaba se tornando um grande atrativo para visitantes que buscam esse tipo de experiência.

Para a Embratur (1984) um atrativo turístico é definido como todo lugar, objeto, equipamento, eventos ou manifestações, que desperte o interesse turístico e motive o deslocamento das pessoas para conhecê-los. O atrativo é a base necessária para que ocorra o desenvolvimento da atividade turística. Os atrativos naturais correspondem às diversas paisagens, compostas pela biodiversidade, formações geomorfológicas, corpos d'água, dentre outros.

Os atrativos turísticos são concebidos a partir da perspectiva humana que transforma um recurso (natural, cultural, ou outro) existente em dado lugar em matéria-prima potencial para atração de turistas (OMT, 2001). Desse modo, o recurso é formatado em negócio, em produto, para atender às necessidades do setor turístico.

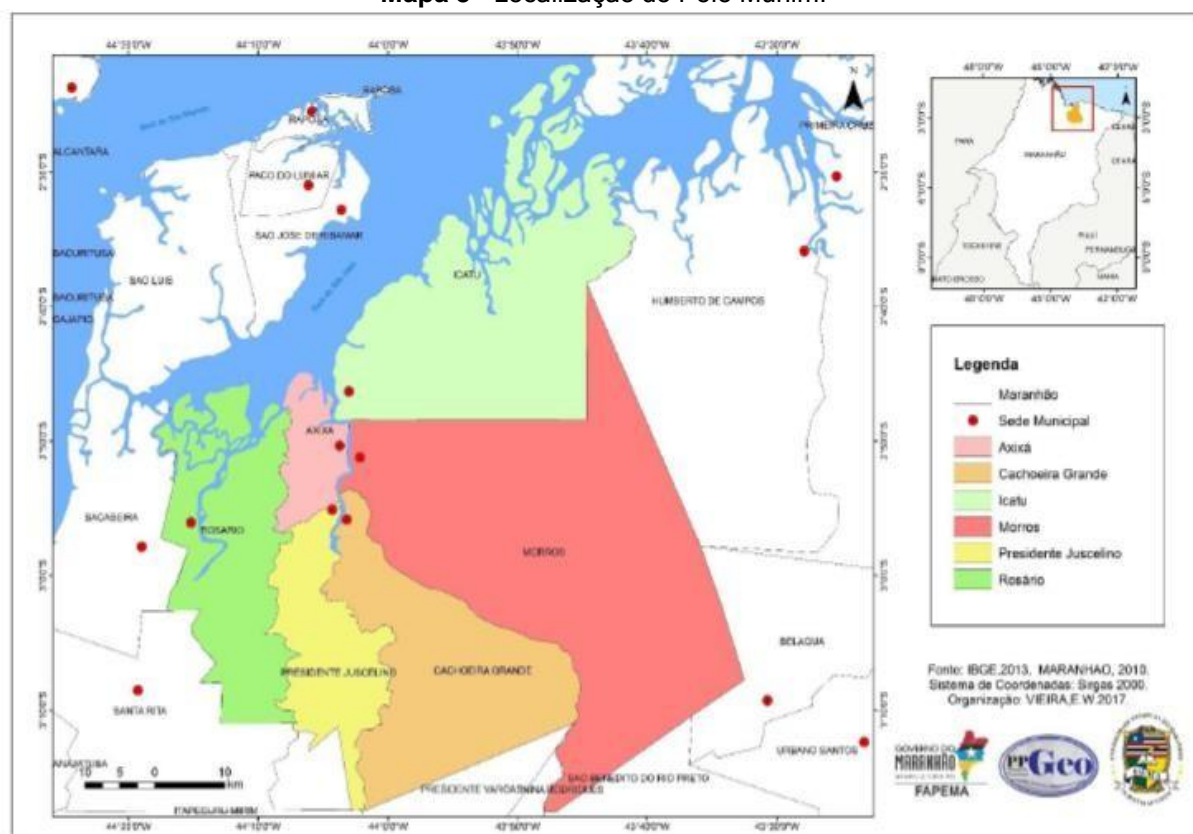
Segundo o Barbosa (2007, p17), o produto turístico é “o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou

mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço”. Os produtos turísticos são resultantes da oferta de bens e serviços disponíveis ao consumo do turista, e essa oferta caracteriza o segmento turístico de cada país, região ou lugar. “O produto turístico nacional caracteriza-se por oferecer tanto ao turista brasileiro quanto ao estrangeiro uma gama de opções, com destaque aos atrativos naturais, aventura e histórico cultural” (VIEIRA; FERREIRA; SERRA, 2016, p.105).

Cruz (2000) aponta que o turismo, além de criar novos objetos nos lugares, se apropria ainda de recursos preexistentes, como, por exemplo, de feições naturais (rios, praias, montanhas etc.) de artifícios culturais (infraestrutura, edifícios, patrimônio histórico), atribuindo-lhes novos significados, novas feições e funções.

Em 2010, o Governo do Estado do Maranhão criou o Polo Turístico Munim (Mapa 08), que integra os municípios de Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário. O Polo Munim está localizado entre dois dos principais Polos turísticos do Maranhão: o Polo São Luís e o Polo Lençóis Maranhenses.

Mapa 8 - Localização do Polo Munim.



Fonte: Vieira, 2018.

O Polo Munim foi criado como estratégia do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Estado do Maranhão (Plano Maior). O Plano Maior é um instrumento estadual de elaboração de políticas públicas a partir das potencialidades turísticas, com o objetivo de promover o desenvolvimento local e regional. Os Planos são elaborados visando atingir metas em intervalos decenais. Até o momento, dois planos foram construídos, um em 2000 e o outro em 2010, quando foi incluído o Polo Munim.

De acordo com Vieira, Ferreira e Serra (2016), o Polo Munim foi incluído no Plano Maior pelo grande potencial para o segmento do turístico ecológico e de aventura. Com o Plano Maior é pretendido desenvolver tal região, a partir de suas particularidades e diversidades, presenciadas nas riquezas naturais, culturais e históricas ali presentes.

O planejamento do turismo, através do Plano Maior, revela as intenções do Governo de desenvolver o setor, criando assim um clima favorável, que acaba beneficiando os turistas e o empresariado do setor (VIEIRA; FERREIRA; SERRA, 2016). Ao evidenciar as possibilidades de exploração do turismo no Polo Munim, o

Estado idealiza essa região como um “espaço de reserva” (COSTA, 2017), destinado à expansão do uso turístico.

O avanço do turismo no Polo Munim será acompanhado pela imposição de novos valores e usos do território (VIEIRA; FERREIRA; SERRA, 2016). As particularidades biogeográficas, históricas e culturais dos territórios que compõem o município de Icatu, em especial, as comunidades quilombolas, passarão a ser concebidas enquanto atrativos turísticos, e colocadas como chamarizes para a atração de visitantes.

Nas comunidades quilombolas de Icatu onde o fluxo turístico foi amplificado nos últimos anos, como Boqueirão, por exemplo, a atividade ocorre através do TBC, mas sem planejamento e sem projetos turísticos municipais. Sem planejamento turístico, e sem investimentos em infraestrutura, esses locais passam a conviver com problemas relacionados a esse setor, como o grande fluxo de visitantes, descarte irregular de resíduos e alterações na dinâmica comunitária (VIEIRA; FERREIRA; SERRA, 2016).

5.2. Panorama da atividade turística em Santa Maria.

A relação de Santa Maria com a atividade turística é antiga, mas caracterizada pela tímida exploração desse ramo pelos moradores. Todavia, essa atividade desperta o interesse em outros setores, que enxergam a possibilidade de lucrar com a capitalização em especial, das belezas naturais proporcionadas pela faixa litorânea, composta pela praia, falésias, rios e mangues.

Élida relatou que as Secretarias de Turismo da última e da atual gestão municipal de Icatu manifestaram o interesse de difundir o turismo em Santa Maria, mas sob a perspectiva do macro turismo, com a utilização de recursos pomposos, como a travessia de botes entre a Ilha do Maranhão e o município e a exploração do turismo de aventura. A Associação se mostrou contrária à proposta por acreditar que a comunidade não iria se envolver e se beneficiar com esse tipo de turismo.

As tentativas de exploração na comunidade de um turismo de grande impacto também partiram do setor privado. De acordo com Élida, em 2010 um empresário francês tentou adquirir, junto aos moradores, toda a região marinha de Santa Maria, para a construção de resorts de luxo. Mais uma vez a associação não concordou e o negócio não foi concluído.

A comunidade pouco se apropriava da atividade e do relativo fluxo turístico existente, o que refletiu por muito tempo na inexpressiva oferta de serviços ao público que se deslocava até a comunidade. Todavia, nos últimos anos, a comunidade passou a explorar o turismo, ainda que de forma tímida, através da iniciativa da Rota Guaxenduba, proposta pelo LABEX.

5.3. A Rota Guaxenduba: desenvolvimento pela via do turismo comunitário.

A Rota de Guaxenduba é um projeto coordenado pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento-LABEX da UEMA. De acordo com Itaan Santos, esse projeto é fruto de reuniões realizadas em 2009 pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), do Território Lençóis Maranhenses-Munim. O Território Lençóis Maranhenses-Munim, composto por doze municípios de duas microrregiões do estado - Rosário e Lençóis Maranhenses -, é uma ação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais- PRONAT, instituído em 2003, e executado pelo Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA.

A partir de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, implementa uma política de promoção do desenvolvimento rural sustentável com um recorte territorial contribuindo, assim, para uma nova visão de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 5).

Em 2008, o Território Lençóis Maranhenses-Munim se torna também uma estratégia do projeto federal “Territórios da Cidadania”, que tem por o objetivo de levar desenvolvimento econômico e cidadania para as regiões onde se instala (LIMA, 2017). Para Lima (2017) o programa Territórios da Cidadania é uma iniciativa de promoção de desenvolvimento regional sustentável, sob a ótica da multiculturalidade, a partir da participação de segmentos sociais como agricultores, assentados de reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais, com a realização de ações que contemplam a organização sustentável da produção, direitos e desenvolvimento social, saúde saneamento e acesso à água, educação e cultura infraestrutura, apoio à gestão territorial e ações fundiárias.

O programa trabalha com categorias diversas, como território, cidadania, direitos sociais, participação, sociedade civil e controle social, ampliando novos campos de possibilidades para as políticas de desenvolvimento regional (LIMA, 2017, p.88).

O CODETER do Território Lençóis Maranhenses-Munim é composto por equipes locais dos municípios, com representantes ligados ao poder público

municipal e a sociedade civil. Em Icatu, os membros do poder público são definidos por cada gestão municipal, já os da sociedade civil são representados pela articulação das comunidades quilombolas, e por pessoas ligadas às associações de trabalhadores rurais e da colônia de pescadores. Dentro do CODETER, são elaborados planos quinquenais para os diferentes territórios chamados de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável-PTDRS que possibilita qualificar e construir ações e processos a serem desenvolvidos no território.

Nesses planos fora apontado a forte atuação da atividade turística nesse Território, especialmente em atrativos-âncora, como os Lençóis Maranhenses, tendo como principais motivações o turismo cultural, o ecoturismo, o de aventura, sol e praia. Entretanto, o aumento do fluxo turístico nessa região tem causado efeitos indesejados para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, a exemplo da degradação do meio ambiente, a formação de favelas e a especulação imobiliária (BRASIL, 2010).

O turismo convencional, ou receptivo, comandado pelos interesses do capital, possui como premissa a geração de lucros a partir da oferta de serviços aos turistas. Para atender as demandas turísticas são realizados investimentos em infraestrutura em territórios turísticos (em muitos casos, investimentos públicos), alterando o espaço geográfico e provocando dicotomias socioespaciais. Os serviços e equipamentos promovidos nesses territórios acabam segregando as populações locais, que não os acessam com facilidade (SERRA, 2018).

Na elaboração do PTDRS de 2010 do Território Lençóis-Munim foi proposto pelos técnicos um modelo de turismo onde as comunidades tradicionais existentes nesse Território tivessem o protagonismo das ações. O Turismo de Base Comunitária- TBC, como é designado, representa uma alternativa ao turismo convencional.

Coriolano (2009) aponta que o TBC é uma alternativa de turismo em que as comunidades, de forma organizada, desenvolvem arranjos produtivos locais, e detém o controle efetivo do território e das atividades econômicas a serem exploradas pelo seguimento. Segundo a autora, existem quatro princípios necessários para o desenvolvimento do TBC: as necessidades sentidas, a participação, a cooperação e a universalização.

Para o ICMBio (2017), o TBC é um modelo turístico gerido e protagonizado pela comunidade, gerando benefícios comuns, promovendo a qualidade de vida e a valorização histórico-cultural dessas comunidades. O TBC promove ainda a utilização sustentável dos recursos naturais presentes nas comunidades para fins recreativos e educativos. O instituto lista 11 princípios fundantes do TBC, são eles: a conservação da sociobiodiversidade, a valorização da história e da cultura, o protagonismo comunitário, a equidade social, o bem comum, a transparência, a partilha cultural, a atividade complementar, a educação, o dinamismo cultural e a continuidade (ICMBIO, 2017).

Os representantes de Icatu manifestaram aos técnicos do CODETER, alguns desses membros do LABEX, o interesse de expandir esse modelo de turismo no município. Em 2015 foi elaborada em conjunto uma proposta para o desenvolvimento de uma rota turística para o município, que começaria na sede, percorreria 19 comunidades e terminaria na comunidade quilombola Santa Maria de Guaxenduba. A “Rota Guaxenduba” foi lançada em 2015 pela equipe local do Colegiado em um evento na Associação de Trabalhadores Rurais do Município de Icatu com a participação de vários secretários municipais e de estado e da sociedade civil e firmada parcerias para o desenvolvimento de alguns objetivos pretendidos pela rota (SANTOS, ROCHA, 2021).

Para a construção da rota foi realizado em 2016 um diagnóstico socioeconômico e ambiental nas comunidades inseridas, produzido pela equipe do LABEX, sob a coordenação dos técnicos que atuavam no território e da equipe local do colegiado. Foram levantadas as condições ambientais, a infraestrutura disponível em cada comunidade, a história dos grupos sociais, como os quilombolas, além da dinâmica cultural (SANTOS, ROCHA, 2021).

O resultado do diagnóstico e as propostas para a Rota Guaxenduba foram apresentados em um evento em Santa Maria, que contou também com a presença das secretarias municipais e de estado, os moradores da comunidade e demais setores da sociedade civil de Icatu. Esse diagnóstico possibilitou identificar os entraves e as potencialidades locais para a implantação do Turismo de Base Comunitária-TBC a partir da Rota Guaxenduba. Segundo Itaan, o turismo foi apontado por todos que participaram como a principal via de desenvolvimento para aquela região.

Desde a elaboração da proposta da Rota Guaxenduba em Icatu, Santa Maria teve um papel de destaque dentro dos planos da equipe envolvida e para ela foram pensadas algumas ações. Santa Maria, de acordo com a proposta, seria o ponto final e o ápice da Rota, que percorreria ainda outras comunidades que tivessem um atrativo turístico ou fossem de localização estratégica (SANTOS, ROCHA, 2021).

Segundo o professor Itaan, ao desenvolver o projeto de TBC em Icatu, a equipe do LABEX e o CODETER apontaram a partir da realização de diagnósticos com técnicos e ouvindo os moradores, que Santa Maria possuía um grande potencial para o desenvolvimento dessa atividade, e logo tornou a comunidade estratégica para a execução dessa proposta.

Depois de um diagnóstico feito pelo LABEX, foi verificado que a maioria da população envolvida apontou que o TBC era o referencial para a comunidade. Tudo nos indicava que Santa Maria era realmente uma comunidade que poderia ter como referência o turismo. (Professor Itaan)

Para Itaan, o projeto da Rota Guaxenduba buscou desenvolver o turismo não somente para promover o desenvolvimento econômico nas comunidades, mas o desenvolvimento social. O resgate e valorização da cultura local, através das manifestações culturais e das atividades e produtos típicos dessas localidades é um dos objetivos da rota. Outra estratégia do projeto é o fortalecimento das atividades produtivas que já são executadas nas comunidades. Com isso, os moradores das comunidades que estariam no decorrer na rota poderiam ofertar aos visitantes além de serviços como hospedagem e alimentação, os produtos desenvolvidos localmente.

Como etapa inicial do projeto foi realizada a apresentação da proposta à comunidade, alguns cursos de formação sobre a temática do turismo de base comunitária foram ministrados aos moradores e foram feitos alguns encaminhamentos para ações futuras. De acordo com Itaan, foi percebido nas comunidades (em especial pelos jovens), assim como no poder público municipal o entusiasmo pela proposta da Rota Guaxenduba com o TBC.

Entretanto, o projeto acabou não tendo continuidade por conta de conflitos com a Secretaria de Igualdade Racial que se apropriou da proposta da rota, inclusive do nome. Com isso, os órgãos municipais e estaduais priorizaram o trabalho com a SEIR, relativo às comunidades quilombolas e o LABEX passa a ficar sem condições de conduzir as atividades da Rota sem o apoio dessas instâncias. Outro entrave apontado foi a dificuldade das comunidades em tocar o projeto por

conta própria, pela dimensão do projeto e pela novidade da proposta do TBC. A diminuição da mobilização pela Rota Guaxenduba acabou por provocar uma parada nas atividades durante dois anos (SANTOS, ROCHA, 2021).

5.3.1. Os efeitos da Rota Guaxenduba na comunidade Santa Maria.

Apesar de não ter tido continuidade, a proposta do projeto de TBC despertou na comunidade de Santa Maria o interesse por essa atividade e com isso ações individuais foram desenvolvidas por alguns moradores a partir dos cursos de formação realizados, para atender as demandas que o turismo poderia promover naquela localidade.

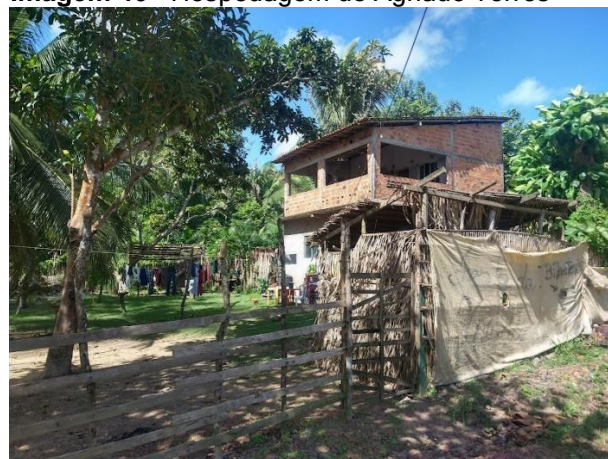
Por esforço e recursos próprios de seus idealizadores foram construídas hospedagens para acomodar turistas que desejassem passar mais tempo na comunidade. As duas hospedagens foram construídas à beira-mar, ambas com três quartos, sendo a primeira construída como anexo ao bar, pertencente à Dona Catarina (Imagem 45) e a outra edificada posteriormente pelo seu filho Agnaldo Torres (Imagem 46), a partir da ampliação de sua casa.

Imagem 45 - Hospedagem de Dona Catarina.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Imagem 46 - Hospedagem de Agnaldo Torres



Fonte: Castelo Branco, 2021.

O professor Itaan afirma que a equipe do LABEX começou a plantar a ideia nos moradores de ter um espaço na comunidade que pudesse servir como uma pousada, para oferecer ao público que ali chegava e só consumia bebidas e alimentos por eles mesmos levados, a opção de se alimentar com pratos locais e se hospedar na comunidade.

Pessoas que produzem artesanato, lanches, sobremesas, polpas de frutas passaram também a vender esses itens aos turistas. Além disso, o maior engajamento na atividade possibilitou ainda a maior comercialização da produção dos moradores com os visitantes, como o pescado, o camarão e a farinha de mandioca.

A gente quer pegar cada um desses segmentos, pesca, agricultura, a questão da horta, da juçara que a gente tem muita, da polpa de fruta, tudo pra envolver nisso, pra eles ganharem dinheiro a partir do turismo de base comunitária. (Élida Torres)

Outra ação com influência do projeto foi a criação do bumba-meu-boi da comunidade, chamado de Boi Brilho de Guaxenduba (Imagem 47), como forma de valorização da cultura quilombola da comunidade. O resgate de elementos culturais busca incluir Santa Maria no roteiro de um turismo voltado para apreciação de manifestações tradicionais, oriundas de identidades ancestrais próprias.

Imagem 47 – Bumba-meu-boi Brilho de Guaxenduba



Fonte: Página de Élida Torres no Facebook, 2021.

As festas tradicionais, como o Réveillon (Imagem 48) e o festejo de Nossa Senhora da Vitória, assim como algumas festas realizadas fora do calendário festivo tradicional são outros atrativos. Nessas festas, alguns moradores aproveitam para vender lanches e bebidas às pessoas que se deslocam de outras comunidades e municípios.

Imagem 48 - Festa de Ano Novo em Santa Maria



Fonte: Página de Élide Torres no Facebook, 2020.

De acordo com Dona Catarina, após a iniciativa da rota e das mudanças promovidas por alguns moradores para a oferta de serviços, a presença de turistas na comunidade aumentou consideravelmente. Contudo, o turismo em Santa Maria ainda é regido pela lógica do bate e volta, onde os visitantes aproveitam o dia e regressam em seguida para suas localidades de origem.

Excursões de outros municípios são realizadas com mais frequência, além disso, moradores de demais povoados de Icatu passaram a ir à comunidade com mais assiduidade, tendo como principal atrativo a praia e o estado de preservação ambiental em que ela se encontra. Dona Catarina afirma que a maioria dos turistas que chega à Santa Maria é oriunda de municípios próximos à Icatu, como Morros, Axixá, Rosário, Cachoeira Grande e São Luís.

Imagem 49 - Ônibus realizando excursão até Santa Maria



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Imagem 50 - Turistas aproveitando a praia da comunidade.



Fonte: Castelo Branco, 2021.

Élide afirma que o perfil dos turistas que se hospedam em Santa Maria é o dos que buscam experimentar uma “tradicionalidade”, presenciar a rotina, as atividades e o modo de produção da comunidade. Desejam consumir e saber a

história dos alimentos oriundos do trabalho dos moradores e frutos de criações orgânicas.

As pessoas aqui entrevistadas afirmam que o fluxo de turistas e veículos na comunidade foi ampliado, mas, até o momento, não impactou na dinâmica comunitária e produtiva dos moradores. Alguns pontos negativos da atividade turística na comunidade foram relatados, dentre eles, o descarte irregular de resíduos pelos visitantes foi o mais recorrente. Por Santa Maria estar localizada em uma zona litorânea, os ventos fortes e constantes acabam dissipando os resíduos por grande parte da comunidade. Alguns estabelecimentos disponibilizam lixeiras, mas ainda assim o descarte ocorre de forma errada.

Rapaz, pelo uma parte traz benefício e por outra não traz, porque tem muitas vezes que o turista vem só para poluir. Ele chega bem aqui e vem com um vidro de água mineral e joga na praia e faz a bagunça (Agnaldo Torres)

O pessoal que vem aí de fora vem para a praia e deixam muito lixo aí na praia. O certo era para ter uma lixeira lá em baixo para quando eles forem embora jogar o lixo na caçamba de lixo. Quando eles não jogam o lixo lá perto do bar eles jogam aqui na subida (Ronaldo)

Segundo o professor Itaan, Santa Maria foi a comunidade onde o projeto teve maior engajamento e produziu melhores resultados, pois produziu efeitos ainda que tímidos na economia da comunidade, com a oferta de serviços e a comercialização de produtos. Ainda segundo Itaan, a partir da Rota, Santa Maria se assume como uma comunidade turística.

Diante do que foi produzido, do retorno trazido e da mobilização feita em torno da proposta, parte da comunidade manifestou o desejo do retorno das atividades da Rota para que o turismo de base comunitária fosse ainda mais explorado e mais pessoas pudessem desenvolver, a partir do auxílio e formação técnica, estratégias para produzir renda com essa atividade (SANTOS, ROCHA, 2021).

5.3.2. A retomada da Rota Guaxenduba.

Em 2019, a Associação voltou a entrar em contato com o LABEX para a retomada das atividades da Rota que, diante da mobilização de parte da comunidade e de jovens de comunidades como Mata, Jussatuba e especialmente Santa Maria, se colocou a disposição para construir uma nova proposta de turismo de base comunitária. A Rota Guaxenduba passou a operar de modo distinto da

primeira proposta, buscando desenvolver ações que ampliem a autonomia do projeto em relação aos setores públicos, para que as comunidades possam dar prosseguimento nas atividades mesmo sem o apoio da prefeitura e do governo do estado e mesmo após a saída do núcleo da coordenação do projeto.

Um ponto comum entre a antiga e a nova Rota Guaxenduba é a presença da comunidade Santa Maria como referência para o projeto. Na nova Rota, essa decisão foi tomada em comum acordo entre a juventude, os moradores da comunidade e a equipe do LABEX, tendo como causas principais a presença da comunidade no projeto anterior, pela localização privilegiada em relação à Ilha do Maranhão e, especialmente, por haver um razoável fluxo turístico atualmente (SANTOS, ROCHA, 2021).

O principal objetivo do LABEX é que a comunidade assuma o protagonismo total na condução desse projeto, como afirmado pelo Professor Itaan. Por enquanto, a Rota Guaxenduba ainda é regida pelas propostas emanadas pelo núcleo, que orienta e mobiliza os moradores nas ações desenvolvidas. Todavia, as atividades sugeridas pelo LABEX passam, de acordo com Élida, pelo consentimento da comunidade, para o seu aval ou não.

É um processo de diálogo, tanto que às vezes eles trazem alguma coisa e a gente diz que não quer assim, e eles respeitam. É uma construção coletiva.
(Élida Torres)

Na concepção anterior da Rota, Santa Maria seria o ponto final do roteiro que passaria por outras 19 comunidades. Nessa atual, a comunidade será o ponto inicial da Rota, envolvendo as comunidades do entrono, como Jussatuba, Arraial, Boca da Mata, Itatuaba, Olho D'água, Axixá e Mata, que fornecerão serviços e atrativos que complementarão a Rota. A coordenação local da Rota nessa nova etapa está a cargo do grupo Jovens em Ação.

Depois de algumas reuniões entre o LABEX, os moradores de Santa Maria e de algumas comunidades do entorno e o grupo Jovens em Ação (Imagem 51) foram traçados objetivos e ações para o recomeço da Rota. Como ação inicial, foi pedido aos jovens que catalogassem e apresentassem os possíveis pontos e atrativos turísticos de suas comunidades, para que sejam incluídos no roteiro do projeto.

Imagem 51 - Reunião do LABEX com a comunidade de Santa Maria.



Fonte: Página dos Jovens em Ação no Facebook, 2021.

Porém, com a instauração da pandemia de Covid-19, as ações da Rota foram paralisadas. Com a impossibilidade de continuação presencial das atividades, a comissão responsável pela organização do projeto passou a se reunir virtualmente para a tomada de decisões. Foram realizados alguns encaminhamentos para o retorno das atividades da Rota após a pandemia.

De acordo com o professor Itaan, a Rota Guaxenduba é regida sobre três vieses. O primeiro é a capacitação dos moradores das comunidades para o turismo, para que eles possam oferecer serviços de forma adequada aos visitantes, e também formar guias e agentes comunitários de turismo. O segundo é a realização de “projetos de vitrine”, visando que a comunidade replique individualmente e por conta própria um modelo construído pelo núcleo. O terceiro e último é o retorno financeiro para a comunidade, a partir da realização dessas atividades propostas.

Um “projeto de vitrine” a ser desenvolvido em Santa Maria é o de horticultura, oriundo da demanda da juventude da própria comunidade. A equipe do LABEX construirá em parceria com os moradores uma horta coletiva (Imagem 52), com produtos agrícolas diversificados, para abastecimento doméstico e comercialização. O objetivo desse projeto é que os moradores envolvidos façam as suas produções individuais, a partir dos conhecimentos teórico e prático oferecido pelos técnicos do LABEX e da AGERP, que irá instalar os kits de irrigação.

Imagem 52 - Equipe do LABEX auxiliando na construção da horta.



Fonte: Página dos Jovens em Ação no Facebook, 2021.

A Rota também busca organizar os pescadores para adentrarem na proposta do projeto, sugerindo que eles possam oferecer serviços ligados à sua prática, como realizar passeios e transportes de turistas com suas embarcações, relatar aos visitantes como é desenvolvida essa atividade na comunidade e oferecer a eles suas produções. Contudo, os pescadores da comunidade entrevistados afirmaram que não foram procurados pelo projeto, enquanto um grupo específico, para uma reunião ou para tratar de ações. Eles asseguraram que já ouviram falar do projeto, mas relataram que não conhecem mais a fundo as suas propostas e o que foi pensado para a categoria.

Rapaz, eu ouvi falar uns dias ai desse projeto de turismo, ai depois eu vi acalmar, não falaram mais nada. Eu já vi umas três reuniões aqui rolando pelo bar, mas assim, com os pescadores não. (Agnaldo Torres, pescador)

Esse negócio de turismo ai eu vi que eles estavam fazendo um curso uma época na igreja, eu não dei muita atenção porque foi mais coisa das mulheres, é a minha mulher que vai. (Ronaldo, pescador)

Ainda que não estejam, no momento, envolvidos pelo projeto do turismo, os pescadores relataram que essa atividade pode trazer muitos benefícios à comunidade e à categoria. Perguntados sobre como se encaixariam no projeto, afirmaram que podem oferecer suas produções aos visitantes que se interessassem em comprar pescados, como já ocorre na comunidade.

Às vezes eu chego da pescaria dia de sábado e tem muita gente na praia, aí eles aproveitam e compram da minha mão o peixe. [...] Para a gente aproveitar o turismo tinha que ter aqui uma casa do peixe, para quando o turista chegar, olhar o peixe. Entendeu? (Agnaldo Torres)

Questionados sobre a possibilidade de trabalhar com o transporte dos turistas, a partir de suas embarcações, em rotas para exploração do litoral, os

pescadores expuseram que para fazer tal atividade é necessário acessar investimentos para aquisição de barcos específicos para isso, já que os seus não possuem características que permitem transportar esse público.

O turismo com o barco ele precisa de apoio para comprar uma voadeira, uma biana maior para levar o turista para conhecer a região. (Agnaldo Torres)

Outra ação a ser desenvolvida pela Rota é a retomada do projeto de ostreicultura, que a SAGRIMA não deu continuidade à época. Para isso foi realizada uma rodada de conversas com a SAGRIMA, que se comprometeu a recuperar e reimplantar os equipamentos em Santa Maria. O LABEX reuniu um grupo de moradores que coordenará o projeto e serão assessorados por uma engenheira de pesca que compõe a equipe do LABEX.

O projeto de turismo em Santa Maria também visa futuramente explorar a riqueza histórica da comunidade, palco de importantes acontecimentos da historiografia maranhense, como a Batalha de Guaxenduba. Nas proximidades da comunidade ainda é possível presenciar as ruínas do forte de Guaxenduba e da casa dos Jesuítas, elementos históricos que ajudam a entender o momento da retomada portuguesa do Maranhão (SANTOS, ROCHA, 2021).

Para exploração desses locais foi pensada a sua limpeza e delimitação e em seguida a construção de trilhas para o acesso dos turistas, que seriam levados por guias da comunidade e lá receberiam informações sobre os fatos históricos que envolvem tais monumentos. Com isso, a comunidade espera atrair interessados na historiografia maranhense, assim como estudantes e pesquisadores que, além de desfrutar das belezas naturais da gastronomia e da cultura local, teriam mais esse atrativo.

Além disso, a Rota busca realizar ações de educação ambiental com as comunidades, fazendo juntamente com os moradores a recuperação dos ambientes naturais degradados, como as nascentes, margens dos rios, lagoas, limpeza das praias. Para essas intervenções, a Rota terá o apoio dos Agentes de Desenvolvimento Rural Quilombola, que irão cultivar mudas de árvores típicas e realizarão o replantio nessas áreas.

Apesar de desenvolver um projeto menos dependente, o LABEX está costurando parcerias com as Secretarias de Estado da Cultura e do Turismo e já teve retorno positivo delas. Com a nova gestão municipal, o LABEX tenta

estabelecer parcerias com algumas secretarias para a realização de ações em conjunto. Outro órgão que o LABEX busca trabalhar junto é o ICMBio, que coordena e fiscaliza a RESEX da Baía do Tubarão, onde estão presentes as comunidades envolvidas na Rota Guaxenduba.

Assim que a Rota Guaxenduba estiver estruturada, o objetivo do LABEX é colocar esse roteiro à disposição das empresas de turismo, para que elas possam vender os pacotes e levar o público interessado até lá. Segundo o professor Itaan, a ideia é que as empresas não coordenem a rota, apenas levem o turista até um determinado lugar, e de lá as pessoas da comunidade ofereçam os serviços disponíveis.

Diante das parcerias firmadas e da disposição dos moradores das comunidades, o professor Itaan acredita que a Rota será enfim lançada e cumprirá sua função de levar desenvolvimento econômico para essas localidades. Ainda segundo ele, se não fosse a pandemia da Covid-19 a rota já estaria em atividade.

Entretanto, alguns pontos precisam ser resolvidos ou ajustados para a efetivação da Rota. Entre eles, o principal apontado pelo Professor Itaan e pela Élide Torres é a desmobilização das demais pessoas que não estão ligadas diretamente ao projeto. Segundo eles, alguns moradores não demonstram interesse, por acreditar que é mais um projeto político que não terá continuidade. Em Santa Maria, o projeto é conduzido, em sua maioria, pelas mulheres e uma parcela dos jovens que compõem o grupo Jovens em Ação. Mas segundo Élide, o projeto foi repassado à toda comunidade e todos foram comunicados, os que não foram já ouviram falar. O problema central é o interesse pela proposta do turismo, concluiu a presidente da associação.

O professor Itaan aponta que outro ponto negativo é referente à dificuldade de fazer algo que é novo para aquela comunidade. Para ele, os moradores de Santa Maria têm muito temor em ingressar em uma coisa no qual eles não estão acostumados, em ter que mudar toda a sua dinâmica socioprodutiva em detrimento do projeto.

Mesmo a gente dizendo que eles não mudariam muito a dinâmica da vida deles, é sempre uma novidade, é sempre uma coisa que você tem que mudar a forma como você vinha agindo, mesmo que seja mudar um jeito pequeno de fazer uma determinada coisa. (Professor Itaan)

O objetivo da Rota, segundo o professor Itaan, não é substituir as atividades tradicionais realizadas pelos quilombolas de Santa Maria pelo turismo, nem

modificá-las integralmente para atender a essa nova demanda. Tais atividades desenvolvidas de modo tradicional compõem o leque de atrativos a serem explorados por essa ótica de turismo, que se apropria dessas tradicionalidades e as oferta como mercadoria.

Ainda segundo o professor, os moradores ainda têm receio do relacionamento com os turistas, de abordá-los, de oferecer seus serviços e produtos. Eles não estão acostumados a comercializar os seus serviços e produção, ao menos que sejam procurados, e para isso é necessário uma mudança de postura, que será proposta por meio de atividades práticas, formação e capacitação.

Outro entrave relatado pelo professor é a dispersão das pessoas envolvidas sem a presença do grupo na comunidade, pois toda vez que o LABEX retoma as atividades é preciso mobilizar e capacitar novamente essas pessoas para a realização de alguma ação. Isso interfere no objetivo do núcleo, que é em dado momento sair e entregar toda a coordenação da Rota para a comunidade.

O professor Itaan acredita que a Rota promoverá uma significativa dinâmica econômica pra quem nela se inserir. A ideia, segundo ele, não é começar com todo mundo da comunidade ao mesmo tempo. Os resultados positivos que aparecerão com o andamento do projeto levarão outras famílias a participar.

O que a gente imagina é que a hora que Santa Maria tiver 10 a 12 famílias envolvidas no projeto, e que todo mundo consiga ter seu nicho, conseguindo ter seus recursos a partir dali, aquilo vai virar um espelho para o restante da comunidade e para as outras comunidades e aí a rota vai funcionar sozinha. (Professor Itaan)

A comunidade, ao mesmo tempo em que possui alguns entraves, apresenta grandes possibilidades, não só por conta das belezas naturais, ou das demais características da comunidade, mas pelo enorme potencial observado no envolvimento e na crença dos moradores que o turismo de base comunitária pode dar resultados nesse lugar.

O objetivo era realizar o lançamento da nova Rota Guaxenduba em 26 de outubro de 2021, aniversário do município de Icatu, mas a pandemia alterou os planos dessa etapa e o lançamento teve que ser suspenso.

5.3.3. A viabilidade do TBC na comunidade.

A Rota Guaxenduba levou até a comunidade a possibilidade de desenvolvimento local através da oferta de produtos e serviços pelos moradores aos turistas. As pessoas que se beneficiam diretamente do turismo na comunidade, a exemplo de Dona Catarina e Aguinaldo, que possuem bares, hospedagens e restaurante, acreditam que a atividade pode ser uma alternativa viável para o desenvolvimento local.

O turismo na perspectiva comunitária, como proposto pelo LABEX, é uma estratégia de desenvolvimento local, pois possibilita a inserção de atores sociais e econômicos, que passam a assumir a condução e organização da atividade, e a ofertar produtos e serviços nas suas localidades, agora transformadas em destinos turísticos (BRASIL, 2010).

Nesta perspectiva, indivíduos de uma comunidade se reúnem para produzir de forma diferenciada; buscando alternativas de sobrevivência econômica na atividade turística, aliadas a outros fatores como a valorização do modo de vida da cultura e/ou a defesa do meio ambiente. (Brasil, 2010, p. 11)

Para Coriolano (2009), a atividade turística desenvolvida de modo comunitário pode ser encarada como uma oportunidade para a erradicação da pobreza e da miséria nas comunidades, ao estimular o comércio local e a geração de emprego e renda, com o suprimento das demandas dos visitantes.

Ao desenvolver o TBC, Santa Maria passa a se posicionar contra as práticas turísticas geridas através da exploração capitalista do território, que promovem desigualdades socioespaciais e ganho concentrado de capital para empresários, sem causar melhoria nas condições de vida das pessoas que habitam nesses locais explorados.

Contudo, esse modelo de turismo pode produzir efeitos indesejáveis à dinâmica comunitária onde se insere, pois o turista não realiza apenas a visão contemplativa da paisagem, ele também interage com os elementos que constituem o território, inclusive com as pessoas. A maior presença de pessoas externas à comunidade pode ser um fator conflitante por colocar perspectivas culturais distintas em um intenso contato.

Ademais, a violência, a degradação dos ambientes, o descarte irregular de lixo e a pressão do capital para a exploração do turismo no local são outras preocupações advindas com a proposta do TBC. Santa Maria já sofre com pressões

externas do capital, que busca desenvolver, por meio da construção de resorts, outra lógica de turismo, que não beneficiaria a comunidade.

Santa Maria pode ser considerada como um “fundo territorial” (MORAES, 2000). Os fundos territoriais representam um estoque do território, em que o uso capitalista do território não é hegemônico ou não atende as necessidades de acumulação das relações capitalistas, como é o caso dos quilombolas, para a expansão da acumulação do capital (COSTA, 2017).

No mais, a viabilidade da construção da proposta de TBC em Santa Maria depende de fatores externos, como ações para melhoria da infraestrutura da comunidade e do planejamento, fiscalização e colaboração de órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Além disso, os fatores internos, como a autonomia, a mobilização e cooperação dos moradores, são determinantes para a concretização da proposta.

5.4. “O turismo é bacana, mas a pesca aqui seria a melhor coisa para nós”: a alternativa do turismo e os ensejos pelo desenvolvimento da pesca na comunidade Santa Maria.

Para os moradores consultados, o turismo é uma alternativa viável para o desenvolvimento econômico da comunidade, através da oportunidade de geração de emprego e renda. Todavia, como trazido no título dessa seção, através da fala do pescador Agnaldo, a pesca é a atividade produtiva que possui um grande potencial dentro de Santa Maria e que se explorada da maneira ideal poderia ter maior retorno financeiro e engajamento da população do que o turismo, por ser um ofício já conhecido dos moradores e desenvolvido por grande parte da comunidade.

Segundo eles, projetos que tivessem a pesca como o eixo principal produziram resultados mais satisfatórios, pois é a atividade produtiva que mais movimentava a vida econômica da comunidade, por ter a possibilidade mais imediata de ganho de dinheiro com a captura e venda dos pescados em praticamente todas as épocas do ano.

O melhor projeto aqui seria produção da pesca. A gente tem o camarão, o branco, o piticaia, e ele chega a 40 reais, na época da Semana Santa até 50. E tem as espécies de peixe que a gente pode trabalhar também. A pesca é boa porque o período é pouco de arrecadar até vender, menos que a mandioca que é mais e dá mais trabalho (Maria Augusta)

De acordo com o pescador Agnaldo, a atividade precisa de apoio para sanar alguns problemas que limitam o seu maior desenvolvimento e restringem uma arrecadação de dinheiro mais elevada. Ele elenca a questão da comercialização da produção como o principal entrave para a atividade pesqueira na comunidade.

O maior problema aqui é a venda. Se tivesse, no caso, alguém que comprasse peixe e camarão direto, fixo, o caboco já sabia. Quando dá bastante, não tem comprador aí o pessoal diz: "ah rapaz, eu nem vou, não tem para quem venda". Aí tu sai oferecendo para um para outro. (Agnaldo Torres)

Os pescadores de Santa Maria possuem um mercado ainda restrito para a comercialização do apurado na pescaria. Esse mercado é composto em sua maioria por atravessadores de São José de Ribamar, da sede de Icatu e de algumas comunidades circunvizinhas, que acabam adquirindo o pescado por um preço inferior para que possam lucrar com a revenda.

Nesse contexto, os pescadores se veem reféns dessa prática e deixam de capitalizar mais por não ter um comprador que assegure um preço maior e que garanta adquirir toda a produção coletada. A falta de mercado para esse setor reflete diretamente, segundo eles, no interesse da comunidade em realizar essa atividade.

Se tu disser assim, vou abrir uma compra de camarão, vai todo mundo arrastar. Todo mundo tem pulsar, todo mundo tem redinha. Todo mundo arrasta, só não arrasta mais porque não tem quem compre. (Dona Catarina)

Outro fator que conforme os pescadores dificulta a atividade pesqueira na comunidade e poderia ser alvo de algum projeto é referente ao acondicionamento da produção. Eles apontam que a falta de estratégias de armazenamento adequado para os pescados tem impacto direto na comercialização, pois os pescadores têm que vender imediatamente o que foi pescado antes que apodreça.

Os pescadores Agnaldo e Ronaldo acreditam que se na comunidade existisse uma câmara frigorífica coletiva ou um acesso mais fácil a fabricas de gelo (a mais próxima é no Município de São José de Ribamar) seria possível armazenar por mais tempo todo aquele produto coletado e comercializar em tempos em que não tiver tendo uma ocorrência maior de pescados na região e com isso vender com o preço mais elevado.

Aqui o pessoal se obriga a pegar o peixe dele e vender logo, mesmo que seja por um preço menor, ele não tá nem se importando se hoje tá dando muito peixe e amanhã não. (Agnaldo Torres)

Para desenvolver a pesca na comunidade, eles sugerem que seja criada uma cooperativa ou associação própria dos pescadores de Santa Maria, onde possam

acessar melhores mercados e direitos próprios dessa categoria, como o auxílio defeso e aposentadoria. Em Icatu existem colônias de pescadores, mas como relatado por eles, não representam seus interesses e possuem um viés altamente político.

Aqui precisa, sabe de que? De uma cooperativa! Vamos supor, tem um camarão para o cara agarrar aqui e tem que ter aquela pessoa para comprar e assim botar todo mundo para trabalhar para pegar o camarão. (Agnaldo Torres)

Questionados se não poderiam desenvolver por esforços próprios tais sugestões, relataram que sem a possibilidade de investimentos nessa prática para aquisição desses itens mencionados, sem formação técnica e sem a coordenação de setores do poder público, a concretização dessas propostas seria totalmente inviável.

Aqui é um pouco difícil fazer algo junto porque cada um puxa brasa para a sua sardinha, aí é complicado. Aqui a gente precisa do poder público pra ajudar, para organizar. (Agnaldo Torres)

O professor Itaan afirma que a potencialidade da atividade pesqueira na comunidade foi identificada no diagnóstico feito pelo LABEX, onde foi constatado que os moradores de Santa Maria se valem mais dessa atividade do que da agricultura, pois as condições do solo naquela região não favorecem o plantio de outra variedade que não seja a mandioca.

No diagnóstico que nós fizemos, nós identificamos que a agricultura é uma base econômica muito pequena e que quase todo mundo ali depende mais da pesca do que da agricultura e que o turismo poderia dar mais resultados. (Professor Itaan)

Para a Élide Torres, a proposta do turismo de base comunitária envolve todas as atividades produtivas tradicionais realizadas na comunidade. Segundo ela, ao se potencializar o turismo, as demais atividades, como a pesca, também seriam contempladas pela maior dinâmica de visitantes e a oportunidade de comercialização da produção e a oferta de demais serviços que essa categoria pode realizar.

5.4.1. A pesca e a perspectiva do desenvolvimento local.

Ao apontarem a pesca como o ponto chave para o desenvolvimento de Santa Maria, os moradores indicam que o caminho para a melhoria da comunidade reside justamente em suas territorialidades. A opção da pesca em detrimento ao turismo se justifica por essa ser a base da produção local, com saber acumulado e interesses internos, enquanto o turismo significa trazer fatores externos e algo que a comunidade ainda não domina.

Para Lima (2017), os projetos e políticas públicas de desenvolvimento precisam ser construídos a partir de bases que tenham como ponto de referência o lugar, levando em consideração assim as características econômicas, históricas, sociais, culturais e as especificidades que os grupos sociais desenvolvem no decorrer de sua história.

O local tem um papel-chave no processo de construção de uma política de desenvolvimento, pois a identidade cultural local assimila ou rechaça as novas realidades produtivas, os novos desenhos das relações sociais e os novos valores que são propostos pelas iniciativas que ali venham a se instalar. (VAZQUEZ BARQUERO, 1998).

Abramovay (1998) aponta que o local representa uma estratégia de desenvolvimento para o território em questão, seja comunidade, município, ou microrregião, por meio de cidadania, com instituições fortalecidas e mecanismos de participação, garantido, a médio e longo prazo, a melhoria das condições socioeconômicas.

O desenvolvimento local é um processo que envolve a inserção e coordenação de iniciativas e/ou empreendimentos estatais, empresariais, associativos, individuais, comunitários, ou cooperativos, que insira uma nova dinâmica socioeconômica de modo a beneficiar um determinado lugar (ALBUQUERQUE, 1998).

O desenvolvimento local é definido como o processo que pressupõe uma transformação consciente da realidade local através do qual se promove o desenvolvimento endógeno em um determinado espaço geográfico pequeno, territorialmente definido e que representa uma identidade cultural comum, através do qual ocorrem os processos de organização, participação e relações sociais. (BÜTTENBENDER, 2021, p.224)

Brose (2000) indica cinco componentes priorizados no desenvolvimento local: a inclusão social; o fortalecimento e a diversificação da economia local; a inovação

na gestão pública; a proteção ambiental e o uso racional de recursos naturais; e a mobilização social. O desenvolvimento local promove a valorização e promoção do território e seus produtos, o fortalecimento das identidades culturais locais, a mobilização e a insurgência de novos atores sociais, e a difusão da dinâmica local para outros espaços sociais (BÜTTENBENDER, 2021).

Diante do exposto, uma questão se mostra latente: por que o Estado prefere as propostas genéricas ao invés das demandas populares?

Brand (2016) pontua que historicamente o Estado desorganiza as forças mais frágeis e dominadas e organiza ativamente as forças dominantes, para assegurar a reprodução das relações sociais dominantes. O autor complementa afirmando que os aparelhos do Estado pensam que possuem conhecimento suficiente dos problemas, desejos, interesses e conflitos sociais. É justamente essa perspectiva dominante, a razão pela qual muitas políticas públicas são ineficazes.

Para Brand (2016), desenvolver políticas públicas emancipadoras implicaria uma mudança total no papel do Estado, que passaria a organizar, de maneira cuidadosa e não hierárquica, e ter conhecimento sobre a sociedade, seus problemas, demandas, interesses e valores (BRAND, 2016).

Em Santa Maria, o desenvolvimento por meio da pesca é tão almejado, pois representa um elemento de sua campesinidade, derivada da ancestralidade e com forte mobilização local. Wortmann (1990) indica que o caminho para um futuro ideal reside na manutenção da campesinidade e de suas tradições, sobrevivendo às grandes transformações, ou ao processo de proletarização e de empobrecimento. “A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (WORTMANN, 1990, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa territorialidade de Santa Maria construída ancestralmente e reproduzida no cotidiano pelos moradores é um elemento identitário da comunidade. As simbologias impressas nesse território através da cultura, da religiosidade e pelas relações familiares e de reciprocidade são marcas particulares que caracterizam uma territorialidade específica.

O desenvolvimento de modo tradicional das atividades produtivas na comunidade, além de ser um instrumento para a geração de alimentos e de renda, representa um elemento ancestral de grande importância para os moradores, pois são heranças que ainda se mostram vibrantes apesar de todo o tempo e das grandes transformações vivenciadas no mundo.

As relações sociais empreendidas durante os processos produtivos na agricultura e na pesca são outras particularidades que ainda sobrevivem na comunidade. Essas relações que se pautam pela reciprocidade são imprescindíveis no desenvolver da vida cotidiana dos moradores, além de constituir um arranjo que permite e reforça a mobilização coletiva da comunidade.

O modo de vida e de produção em Santa Maria garante aos moradores autonomia na produção de alimentos e na condução dos seus ofícios. Contudo, as condições dispendiosas e pouco rentáveis das atividades tal qual são realizadas, somadas ao interesse por novos arranjos produtivos e econômicos acabam levando essa e outras comunidades quilombolas em Icatu a demandarem políticas de desenvolvimento local que promovam mudanças em seus modos de produção, tornando-os mais lucrativos.

As investidas estatais em projetos para o desenvolvimento econômico de Santa Maria e das demais comunidades quilombolas de Icatu foram caracterizadas por propostas produzidas a partir de uma realidade não condizente com essas territorialidades tradicionais. Na maioria dos casos, as particularidades dessas comunidades não são levadas em conta na construção e condução dos projetos, que buscam em seus objetivos, a adequação da comunidade a eles e não o contrário.

Os programas realizados em Santa Maria partiram de ideias elaboradas em núcleos e laboratórios ou adaptadas de outra realidade para servirem como projetos-chave para o desenvolvimento econômico da comunidade. A trajetória inversa, de

ter um projeto construído a partir das características e ensejos da comunidade, até o momento não foi considerada pelo poder público como ponto inicial e regente de qualquer proposta a ser feita que prime pelo desenvolvimento econômico local.

A lógica de construção e adaptação de projetos gerais aplicados em uma realidade específica leva, como observado em Santa Maria, a entraves no que se referem ao envolvimento da comunidade em torno de uma proposta nova, assim como na falta de condições dos moradores em dar prosseguimento por conta própria de algo que não costumam desenvolver.

A experiência vivenciada em Santa Maria revela a importância da realização de consultas públicas com a comunidade, além de estudos prévios, para que se possa apontar ou não a viabilidade de execução do projeto pretendido.

A atuação do Governo do Estado do Maranhão nas comunidades quilombolas em Icatu, por meio da Rota de Desenvolvimento Sustentável de Guaxenduba, ou melhor, a “proposta do governo do estado”, pois até o momento não se efetivou por completo, partiu de uma concepção técnica que tomou como exemplo de desenvolvimento econômico a ser seguido pelas comunidades uma prática geral e idealizada, sem algum estudo de viabilidade.

Nesse projeto, estão as principais demandas das comunidades quilombolas de Icatu, em relação à melhoria na infraestrutura, na educação, na saúde e na valorização da produção. Apesar de conter tais demandas, esse projeto se mostra ineficiente na promoção dessas ações, que são realizadas de modo regrado, com pouco impacto na vida dos quilombolas do município. Quando realizadas, as ações envolvendo a inclusão produtiva envolvem infraestrutura, saberes e modos de produção que destoam da característica agrícola de Icatu.

A rota turística comunitária do LABEX é o projeto que mais se aproxima de uma ideia construída coletivamente, e por consequência foi a que obteve maior efetividade em Santa Maria, produzindo efeitos em termos produtivos e de mobilização da comunidade em torno da proposta. Todavia ainda busca se afirmar enquanto uma possibilidade viável de desenvolvimento local, que permita o envolvimento e continuidade por parte da comunidade mesmo após o encerramento da participação do núcleo nesse lugar.

Apesar de ser construída com a comunidade e a partir de suas demandas, a Rota apresenta como característica o desenvolvimento de uma atividade nova para

aquela realidade e que precisa de grande engajamento dos moradores para seu desenvolvimento. Os moradores de Santa Maria possuem muita resistência em aderir a um novo modelo de produção e de atividade econômica no qual nunca haviam se relacionado.

As propostas em desenvolvimento nessa comunidade, apesar da prerrogativa da melhoria da qualidade de vida local, precisam se atentar para os ensejos emanados pelos moradores, pois neles podem residir os caminhos ideais para o desenvolvimento de Santa Maria.

A comunidade quilombola de Santa Maria, pelo sua identidade étnica e territorial, desenvolve secularmente os seus modelos produtivos tradicionais, a partir de suas técnicas, seus saberes, suas concepções de mundo. A pesca e a agricultura são tocadas no ritmo e no tempo próprio dos moradores, com fins que levam a sua reprodução cotidiana.

A principal característica produtiva da comunidade, que é a pesca artesanal, é justamente a atividade mais apontada pelos moradores para que sejam realizadas ações que busquem o desenvolvimento local. A atividade nunca foi explorada por projetos que potencializam a produção local e seria ela, segundo os moradores, a mais adequada para a comunidade de Santa Maria.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural**: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: IPEA, 1998.
- ABREU, M. A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C.;CORRÊA, R. L. (orgs). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do Século.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ACOSTA, A. Extrativismo e Neoextrativismo: duas Faces da mesma maldição. In: DILGUER, G; LONG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgas). **Descolonizar o Imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. 2016.
- _____. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Fortaleza: Editora do Banco do Nordeste,1998.
- ALMEIDA, A. W. B.. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA- UFAM, PPGDA - UEA, 2006.
- ALMEIDA, J. **Icatu**: terra de Guaxenduba. Imperatriz, MA: Ética, 2016.
- ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. São Paulo: Lua nova, 2009.
- ALVES, A. M.O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010.
- ANDRADE, M. C. **Ensaio sobre a realidade maranhense**. São Luís: Governo Estado do Maranhão, 1984.
- _____. **Geografia Econômica**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BACHELARD. G. **A formação do espírito científico**: contribuições para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARBOSA, L. G. M. (org.). **Estudo de competitividade de produtos turísticos**. Brasília, DF: SEBRAE, 2011.
- BARBOSA, M. P.; BRAGA, L. A. M. RODRIGUES, C. T. **Programa Brasil Quilombola: análise do processo de implementação**. Minas Gerais: UFMG, 2016. Disponível em < https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/125-197-1-RV_2016_10_09_00_54_58_626.pdf> acesso em 29/01/2021.

BERREDO, B. P.. **Annais Históricos do Estado do Maranhão**: em que se dá notícias de seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido até o ano em que foi descoberto até o de 1718. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1988.

BRAND, U. Estado e Política Pública: sobre os processos de instalação. In: DILGUER, G; LONG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgs). **Descolonizar o Imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. 2016. p. 122-139

BRASIL. **Decreto nº 6.261**, de 20 de novembro de 2003.

_____. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária**: Desafio para a formulação de política pública. Brasília, 2010.

_____. **Decreto nº 4.887, de 2013**.

_____. **Territórios da Cidadania**. Brasil, 2008. Disponível em <territoriosdacidadania.gov.br> acesso em julho de 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: FGV, 2008.

_____. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. São Paulo: Lua Nova, 2014

BROSE. M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**. experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul. EDUNI. 2008

BÜTTENBENDER, P. L. Desenvolvimento Local. In. GRIEBELER, M. P. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2 ed. Uruguaiana/RS: Editora Conceito, 2021. p. 224-228

CARVALHO, F. C. Políticas públicas do estado do Maranhão: um olhar sobre o desenvolvimento regional e territorial. In. **Temas da Geografia do Maranhão**: território e desenvolvimento regional. Lugar educação e cultura. RODRIGUES, S. J. D. et al (Org). São Luís: Café & Lápis, EDUFMA, 2017.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do Gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. Edições SECMA: São Luís, 1992.

CASTELO BRANCO, A. S. **Um punhado de História e um Bocado de saberes**: territorialidades e saberes tradicionais nas comunidades quilombolas Mata e Santa Maria em Icatu-MA. 2018, 102 f. Monografia (Curso de Geografia). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

CASTRO, I. E. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Explorações Geográficas**: percursos no fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHAGAS, M. F.. Reconhecimento de direitos quilombolas como promoção da cidadania pluriétnica. In: BRASIL, MPF. **Reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas**. Brasília: MPF, 2018. p. 23-53.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. Coleção primeiros passos. - São Paulo: Brasiliense, 1980.

CLAVAL, P. As Abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C.;CORRÊA, R. L. (orgs). **Explorações Geográficas: percursos no fim do Século**.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CODETER. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território Lençóis Maranhenses-Munim**. São Luís, 2010.

COELHO NETTO, E. **Geo-História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1985.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no Nordeste Brasileiro. In: BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-288.

COSTA, C. R. R. O Maranhão e a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil. In. **Temas da Geografia do Maranhão: território e desenvolvimento regional. Lugar educação e cultura**. RODRIGUES, S. J. D. et al (Org). São Luís: Café & Lápis, EDUFMA, 2017

COSTA, Y. M. P. **Sociedade e escravidão no Maranhão no século XIX**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol 10 nº20, p.241-263, 2018.

CRUZ, R. C. A. **Turismo, território e o mito do desenvolvimento**. Espaço e Geografia, vol. 3, no 1, jan-jun 2000: 19-26.

DELGADO, G. **Do “capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio”**: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012

EMBRATUR. **Inventário da oferta turística: metodologia**. Rio de Janeiro: DIPLAN/CEBITUR, 1984.

DIEGUES, A. C.. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB-USP/CEC, Ampliada, 2008.

FEITOSA, A. C.; TROVÃO, J. R. **Atlas Escolar do Maranhão: espaço Geo-histórico e Cultural**. João Pessoa: Grafiset, 2006.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

FURTADO. C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

FURTADO, M. L. S. **Aquilombamento contemporâneo no Maranhão**: um rio grande de possibilidades e suas barragens. São Luís: EDUFMA, 2018.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: atlas, 2008, 6 ed.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Campinas, v.16 n. 47, mai./ago., 2011.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. In: DILGUER, G; LONG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgas). **Descolonizar o Imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. 2016.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade**: um debate. Rio de Janeiro: GEOgraphia - Ano IX - Nº17, 2007.

INCRA. **Política Quilombola**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>> acesso em: 07 de mar de 2021.

ICMBIO. **Reserva Extrativista da Baía do Tubarão**: estudo socioambiental. São Luís: 2017.

_____. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação**: princípios e diretrizes. Brasil, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI. M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGUER, G; LONG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgas). **Descolonizar o Imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. 2016.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4ª ed. Barcelona: Ediciones península, 1978.

LIMA, T. P. Territórios da Cidadania no estado do Maranhão: o lugar na construção das políticas públicas de desenvolvimento regional. In. **Temas da Geografia do Maranhão**: território e desenvolvimento regional. Lugar educação e cultura. RODRIGUES, S. J. D. et al (Org). São Luís: Café & Lápis, EDUFMA, 2017

LITTLE. P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MADUREIRA, E. M. P. **Desenvolvimento Regional**: principais teorias. Revista Thêma et Scientia, vol. 5, no 2, jul/dez 2015.

MARANHÃO. **Comunidades quilombolas são alcançadas em programa estadual de desenvolvimento**. Maranhão, publicado em 09/02/2019. Disponível em <<https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=242209>> acesso em 20/1/2021.

_____. **Em Icatu, quilombolas recebem mais de R\$ 450.000,00 em investimentos do Governo do Estado**. Maranhão, publicado em 21/05/2017.

Disponível em: <<https://igualdaderacial.ma.gov.br/em-icatu-quilombolas-recebem-mais-de-r-450-00000-em-investimentos-do-governo-do-estado/>> acesso em 20/1/2021.

_____. **Decreto nº 30.981**, de julho de 2015

_____. **Lei Complementar nº 174**, de 25 de maio de 2015.

_____. **Secretaria de Meio Ambiente vistoria impactos ambientais na Cachoeira do Boqueirão**, em Icatu. Maranhão, publicado em 18/11/2016. Disponível em: <<https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=156411>> acesso em 20/1/2021.

_____. **Passageiros aprovam instalação da rota de ferryboat que interligará a capital ao leste maranhense**. Maranhão, 2017. Disponível em: <<http://www.mob.ma.gov.br/passageiros-aprovam-instalacao-da-rota-de-ferryboat-que-interligara-a-capital-ao-leste-maranhense/>> acesso em 15/10/2020.

_____. Secretaria Estadual do Turismo. **Plano maior - Maranhão 2020: "turismo a certeza do futuro"**. São Luís: SETUR, 2011.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEIRELES, M. M. **França Equinocial**. 2ª ed. São Luís: SECMA – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MESQUITA, B. A. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTA, A. S. **Família e Fortuna no Maranhão Colônia**. São Luís: EDUFMA, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao Método da teoria Social**. CFESS/ABENS. Serviço Social, Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília/DF, 2009.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. **Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. Revista FAE. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai/dez. 2003.

O. M. T. **Introdução ao Turismo**. Tradução Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PITTA, F. T.; BOECHAT, C. A.; MENDONÇA, M. L.. **A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício**. Estudos Internacionais. Belo Horizonte, v.5 n.2, pp. 155 -179, 2017.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO JÚNIOR, J. A. S. O planejamento burocrático-burguês em questão: análise das estratégias de desenvolvimento do Maranhão. In: **Temas da Geografia do Maranhão: território e desenvolvimento regional**. Lugar educação e cultura. RODRIGUES, S. J. D. et al (Org). São Luís: Café & Lápis, EDUFMA, 2017.

SANSOLO, D. G. **O trabalho de Campo e o ensino da Geografia**. São Paulo: Revista Geosp, 2000, n.7. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/9239>> acesso em: 02 março 2021.

SANTOS, I. J. P.; ROCHA, M. S. Rota das Areias e Rota Guaxenduba: análise sobre os projetos de turismo de base comunitária no Território Lençóis Maranhenses/Munim no Maranhão. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). **Anais**. Brasília(DF) UnB, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343294-ROTA-DAS-AREIAS-E-ROTA-GUAXENDUBA--ANALISE-SOBRE-OS-PROJETOS-DE-TURISMO-DE-BASE-COMUNITARIA-NO-TERRITORIO-LENCOIS>> acesso em: 2 de outubro de 2021.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, María Laura. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SERRA, D. J. S. **O potencial turístico do Boqueirão em Icatu: dinâmicas da natureza e comunidade**. 2019. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

SILVA, M. O. S; et al. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, São Luís: GAEP (Grupo Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas À Pobreza), 2008.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SVAMPA, M. Extrativismo Neodesenvolvimentista e movimentos sociais: UM giro ecoterritorial rumo a novas alternativas?. In: DILGUER, G; LONG, M.; PEREIRA FILHO, J. (orgas). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. 2016. p. 140-173.

TEIXEIRA, T. G.; SAMPAIO, C. A. M. Análise orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o ocaso de uma política pública. **Revista de administração pública**. Rio de Janeiro, p.461-480, mar.- abr. 2019.

TUAN, I. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VAZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local**: una estrategia de creación de empleo. Madrid, ed. Pirâmide.1998.

VIEIRA, E. W. **Turismo e uso do território no polo Munim, Maranhão**: dinâmicas e perspectivas socioespaciais. 2018. 184f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

VIEIRA, E. W. ; FERREIRA, A. J. A.; SERRA, D. J. S. **Turismo e Território**: planejamento turístico para o desenvolvimento sustentável do Polo Munim, Maranhão. Revista da Casa da Geografia, Sobral/CE, v. 18, n. 2, p. 100-117, Set. 2016. Disponível em <<http://uvanet.br/rcgs>> acesso em 20 de março de 2021.

VIVEIROS, J. **História do comércio do Maranhão de 1612 a 1895**. São Luís: LITHOGRAF, 1992.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral, in Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília/Rio de Janeiro, Edunb/Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **Casa e família operária**. Anuário Antropológico, 5(1), 2018. p. 119-150. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139>> acesso em 25 de abril de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista aberta com o Professor Itaan Santos.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ABERTAS

Data: 08/06/2021

Entrevistador: Alexandry Serra Castelo Branco.

Entrevistado: Professor Itaan Santos, Coordenador do Laboratório de Extensão Rural e do Projeto Rota Guaxenduba.

Temas:

1. História e atuação do LABEX;
2. A relação do grupo com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial, do Território Lençóis Maranhenses-Munim;
3. Os porquês do Turismo de Base Comunitária e em Icatu;
4. Processo de criação do projeto da Rota Guaxenduba, em Icatu;
5. Escolha de Santa Maria como referencial para o projeto;
6. Encerramento, retomada e andamento do projeto em Icatu;
7. Parcerias e participação da comunidade de Santa Maria no projeto;
8. Perspectivas e entraves para a efetivação da Rota Guaxenduba.

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista aberta com Élide Torres.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ABERTAS

Data: 07/07/2021

Entrevistador: Alexandry Serra Castelo Branco.

Entrevistada: Élide Torres, Presidente da Associação Quilombola da Região de Santa Maria de Guaxenduba.

Temas:

1. História e Características da Comunidade de Santa Maria de Guaxenduba;
2. Relações de produção, parentesco e reciprocidade na comunidade;
3. Conflitos e principais demandas da comunidade;
4. Atuação da Associação e sua relação com a Comunidade;
5. A Associação e os projetos de Desenvolvimento;
6. A relação da Associação com o Projeto de Turismo de Base Comunitária do LABEX;
7. O porquê da aposta no Turismo de Base Comunitária

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas abertas com Pescadores e Agricultores da Comunidade Santa Maria de Guaxenduba.



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**



**Programa de Pós-graduação
em Desenvolvimento
Socioespacial e Regional**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS ABERTAS

Data: 07-11/07/2021

Entrevistador: Alexandry Serra Castelo Branco.

Público Alvo: Pescadores e agricultores da comunidade de Santa Maria de Guaxenduba.

Temas:

1. Principais características da pesca e da agricultura na comunidade.
2. Relações sociais de produção;
3. A comunidade e os projetos de desenvolvimento;
4. Relação: Comunidade x Turismo;
5. Relação: Produtores x Turismo;
6. Conflitos, mudanças e perspectivas da comunidade em relação ao turismo.
7. As demandas e ensejos da comunidade em relação aos projetos de desenvolvimento;